

**MEC**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**RENAPI**

REDE DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS

**IFG**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

**OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO**

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

**EQUIPE TÉCNICA EXECUTIVA**

Geraldo Coelho de Oliveira Júnior – Pesquisador Gestor

Walmir Barbosa – Pesquisador Orientador

Maxmillian Lopes da Silva – Pesquisador Orientador

Denise Talitha Soares Carneiro – Economista

Jakeline Cerqueira de Moraes – Assistente em Administração

Letícia Daniele Silva Ferreira – Aluna Bolsista

Luiza Batista da Costa – Aluna Bolsista

Jéssica Farias Paiva – Estagiária

**O Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás** é uma publicação do **Observatório do Mundo do Trabalho**. Esse Boletim tem como perspectiva proporcionar dados, indicadores e análises semestrais acerca da economia e do mercado de trabalho do Estado de Goiás, geral e desagregados por microrregião, tendo em vista subsidiar a atuação dos Institutos Federais (em Goiás e no Distrito Federal) e das demais instituições de ensino que atuam com educação profissional e tecnológica. O Observatório tem a responsabilidade de desenvolver metodologias, pesquisas e projetos, socializando-os junto às instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, concorrendo para a consolidação da referida rede.

Os textos não assinados do Boletim são de responsabilidade do Observatório. Os textos assinados se constituem artigos de responsabilidade de seus autores.

## SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
----------------	---

### ANÁLISE CONJUNTURAL

PANORAMA ATUAL DA ECONOMIA GOIANA.....	7
EMPREGOS FORMAIS EM GOIÁS.....	18

### ARTIGOS

A EXPANSÃO CANAVIEIRA E OS EFEITOS SOCIAIS EM GOIÁS.....	37
--	----

Adriano de Carvalho Paranaíba; Glauco Leão Ferreira

TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E ESTRUTURA E FORMAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL, DOS ANOS 1950 AOS ANOS 1990.....	49
---	----

Walmir Barbosa

### RELATÓRIOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

DADOS E INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA MICRORREGIÃO DE ANÁPOLIS PARA SUBSIDIAR A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO.....	70
--	----



## EDITORIAL

Esta edição faz parte das edições piloto do Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás. O projeto editorial e a metodologia ainda não estão plenamente consolidados.

Da edição anterior do Boletim para esta foram realizadas algumas modificações no que se refere à estrutura dos textos e às apresentações dos dados. Algumas subseções foram incluídas para acrescentar robustez nas análises e algumas tabelas foram modificadas a fim de fornecerem mais dados ou para serem melhor compreendidas pelos leitores. No que se refere à metodologia, permanece a mesma.

As seções *Panorama Atual da Economia Goiana e Empregos Formais em Goiás* compõem nosso quadro de Análise Conjuntual, e são desenvolvidas pela equipe técnica do Observatório.

A primeira seção, *Panorama Atual da Economia*, apresenta uma análise conjuntural da economia brasileira, em geral, e da goiana, em particular. São utilizados os seguintes dados: Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Atividade Industrial (IAA), Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), Volume de Vendas no Varejo, Índice de Preços ao Consumidor (IPC), e Balança Comercial.

A seção *Empregos Formais em Goiás* oferece uma análise conjuntural do mercado de trabalho goiano, utilizando principalmente dados referentes ao ano de 2010. A maior parte dos dados que compõem esta análise foi retirada do banco de dados da RAIS/MTE<sup>1</sup>.

Artigos que tratem de temas relevantes ao Estado de Goiás são publicados na seção *Artigos*. Estes são de autoria de colaboradores e não necessariamente refletem as opiniões e os apontamentos do Observatório.

Na seção *Relatórios Técnico-Científicos* são publicados relatórios desenvolvidos pelo Observatório que contribuam com a análise da conjuntura do Estado de Goiás e ofereçam suporte às ações públicas na área da educação.

---

<sup>1</sup>Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php> .

Algumas outras seções eventualmente são acrescentadas para maior aprofundamento do tema tratado no Boletim. No número passado foi publicada a seção *Resenhas*.

## PANORAMA ATUAL DA ECONOMIA GOIANA

No ano de 2012, a economia brasileira cresceu pouco em termos de PIB<sup>1</sup>, atingindo um valor de apenas 0,9%. Este crescimento foi inferior às médias do grupo de países considerado desenvolvido pelo FMI (1,3%) e do grupo considerado emergente (5,1%). O valor do PIB brasileiro também foi inferior à média mundial calculada pelo World Bank, 3,2%.

Diversos fatores concorreram para o baixo crescimento do PIB brasileiro, mas pode-se destacar, dentre eles, a desvalorização do Real em relação ao Dólar Americano (acima de 10%), o baixo crescimento dos países considerados pelo FMI como desenvolvidos (fator que reduz importações de commodities primárias e de produtos manufaturados intensivos na utilização de recursos naturais) e a incerteza e a insegurança do setor privado brasileiro quanto ao quadro econômico internacional (marcado por taxas de crescimento abaixo das grandes economias mundiais: China, Estados Unidos e Europa).

Já a economia goiana contrastou com a situação nacional: seu PIB cresceu acima do mundial (e do PIB dos países desenvolvidos), alcançando 3,8%, e seu comércio estava superaquecido, o que levou a inflação da capital do Estado, Goiânia, a ser quase o dobro da brasileira.

### 1 Produto Interno Bruto no Brasil e em Goiás

A Tabela 1 mostra o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e de Goiás no período compreendido entre 2008 e 2012. O PIB goiano correspondeu, em 2012, a cerca de 2,36% do PIB nacional. Na classificação realizada pelo IBGE dos 100 municípios com maior PIB no Brasil (2010), Goiânia ocupou o 21º lugar e Anápolis, o 53º.

Quanto ao PIB *per capita*, os últimos dados disponíveis são de 2010, quando o brasileiro atingiu R\$ 19.016,00 e o goiano, R\$ 15.706,00<sup>2</sup>. Esses valores representam crescimentos de 12,4% e 8,7%, respectivamente, em relação ao ano de 2009.

---

<sup>1</sup> O Produto Interno Bruto (PIB) mede a produção e a renda gerada por uma economia (municipal, estadual, nacional, continental, mundial etc.) em determinado período. É um indicador bastante utilizado para apontar a evolução do desenvolvimento da economia em questão.

<sup>2</sup> Dados do IBGE.

**Tabela 1 – Produto Interno Bruto no Brasil e em Goiás: 2008 – 2011 (milhões de R\$)**

Ano	PIB	
	Brasil	Goiás
2008	3.032.204	75.271
2009	3.239.404	85.615
2010	3.770.085	94.298
2011	4.143.015	103.446
2012	4.402.537	107.377*

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE.

\*Valor ainda não consolidado, sujeito a revisão.

O Gráfico 1 apresenta as taxas de crescimento dos PIBs em questão comparados ao mundial, no mesmo período.

Pode-se notar que o crescimento do PIB em Goiás foi superior ao do Brasil, mas acompanhou este em suas oscilações.

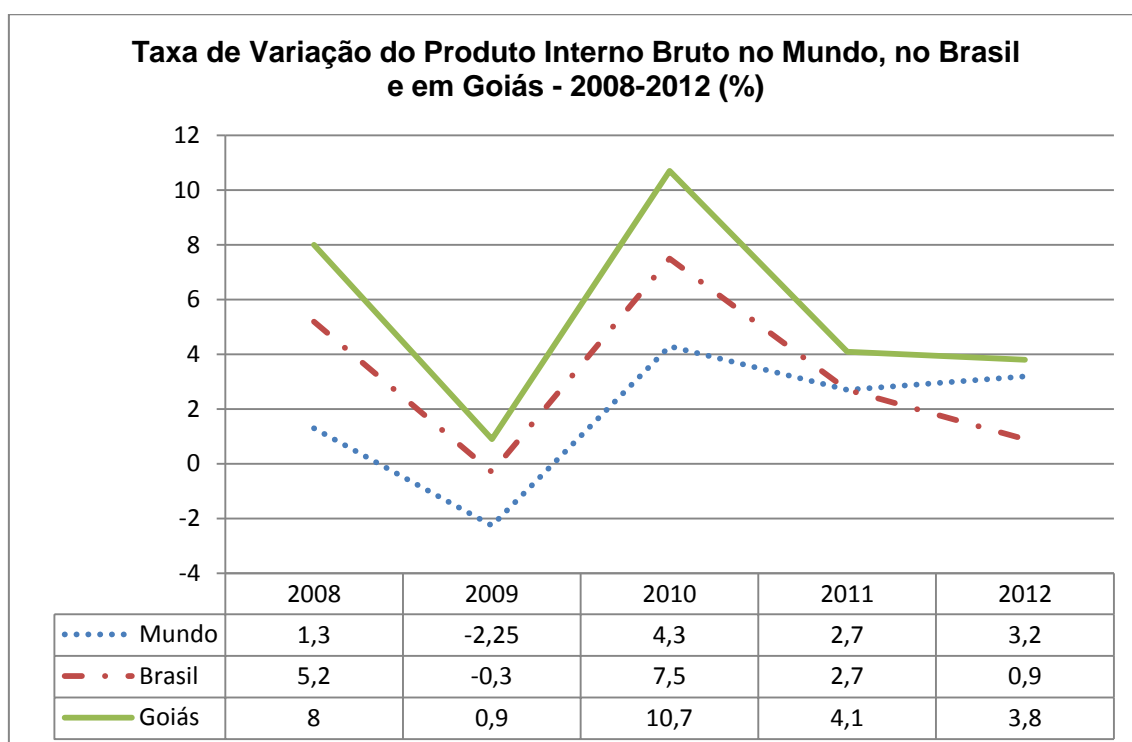


Gráfico 1 – Taxa de Variação do Produto Interno Bruto no Mundo, no Brasil e em Goiás - 2008-2012

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE e do Banco Mundial.

As taxas de crescimento, tanto do PIB brasileiro quanto do goiano, superaram as mundiais no período 2008-2010. Já em 2011, a taxa de crescimento do PIB mundial



alcançou a do PIB brasileiro, ultrapassando-a em 2012. Também é importante destacar a grande influência do PIB mundial nos PIBs nacional e estadual, o que é possível notar pela grande similaridade das oscilações desses indicadores.

## 2 Atividade Industrial<sup>3</sup>

O Índice de Atividade Industrial (IAA) pode ser analisado por meio da Tabela 2, que considera o período compreendido entre maio de 2011 e janeiro de 2013. Pode-se perceber que o desempenho da indústria goiana superou o da brasileira, principalmente no ramo da Indústria de Transformação.

A atividade industrial brasileira foi melhor na Indústria Extrativa do que nas Indústrias Geral e de Transformação. Quanto ao Estado de Goiás, sua atividade industrial foi especialmente alta na Indústria de Transformação, seguida da Indústria Geral e, por último, da Indústria Extrativa.

**Tabela 2 – Atividade Industrial no Brasil e em Goiás: Mai/2011 – Jan/2013 (Ano-Base 2002 = 100<sup>4</sup>)**

	Brasil			Goiás		
	Indústria Geral	Indústria Extrativa	Indústria de transformação	Indústria Geral	Indústria Extrativa	Indústria de transformação
<b>mai-11</b>	134,24	151,83	133,33	172,55	168,4	172,9
<b>jun-11</b>	129,34	151,03	128,21	180,95	155,02	183,13
<b>jul-11</b>	133,18	155,6	132,01	192,5	152,36	195,87
<b>ago-11</b>	139,52	155,71	138,68	178,07	155,35	179,98
<b>set-11</b>	132,29	151,26	131,3	193,18	153,39	196,52
<b>out-11</b>	134,19	153,16	133,2	173,57	164,87	174,3
<b>nov-11</b>	132,01	153,06	130,91	185,36	166,11	186,98
<b>dez-11</b>	119,78	155,45	117,92	159,55	139,95	161,19
<b>jan-12</b>	113,19	139,85	111,92	162,77	149,16	163,91
<b>fev-12</b>	115,69	140,69	114,22	158,25	153,22	158,67
<b>mar-12</b>	128,82	147,2	127,86	186,51	153,51	189,28
<b>abr-12</b>	118,55	144,53	117,2	157,91	153,66	158,27
<b>mai-12</b>	128,61	155,13	127,22	181,56	164,32	183,01
<b>jun-12</b>	122,42	148,55	121,06	171,78	150,02	173,6
<b>jul-12</b>	129,97	153,77	128,73	169,23	156,71	170,28
<b>ago-12</b>	137,38	153,86	136,53	184,65	168,16	186,03

<sup>3</sup> O Índice de Atividade Industrial é utilizado para medir o desempenho de uma economia nos segmentos que compõem o setor industrial.

<sup>4</sup> O ano-base da série é 2002, considerado como 100. Os demais estão representados como variações em relação ao ano-base.

<b>set-12</b>	128,16	145	127,29	179,02	144,59	181,91
<b>out-12</b>	138,15	159,11	137,06	203,46	184,83	205,03
<b>nov-12</b>	131,02	147,47	130,16	166,9	169,01	166,72
<b>dez-12</b>	115,61	157,5	113,42	172,12	106,72	177,61
<b>jan-13</b>	119,71	143,43	118,48	*	*	*

\*Dados indisponíveis.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE.

No período analisado, o pior desempenho da Indústria Geral do Estado de Goiás foi em abril de 2012, quando a atividade industrial superou em 57,91% o indicador do ano de 2002 (ano-base). Já o desempenho da Indústria Geral nacional atingiu seu ápice, no período analisado, em agosto de 2011, quando superou o índice de atividade industrial de 2002 em 39,52%, enquanto o ápice do Estado de Goiás foi em outubro de 2012, quando superou o índice de 2002 em 103,46%. Ou seja, no período, o desempenho do Estado de Goiás foi sempre superior à 50% em relação ao ano de 2002, já o brasileiro não ultrapassou 40%.

Nesse processo, pode-se destacar que grande parte do impulso dessa indústria decorreu da expansão do setor químico, que cresceu 36% em 2011 (SEGPLAN, 2012)<sup>5</sup>. Outro fator relevante foi o processo de expansão de complexos agroindustriais (CAI) na Região Centro-Oeste, sobretudo em Goiás.

### 3 Variação Bruta de Capital Fixo<sup>6</sup> no Brasil

O Gráfico 2 apresenta a evolução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) na economia nos anos de 2010 a 2012. Deve-se considerar, anteriormente à análise deste gráfico, que os níveis de investimento da economia brasileira variaram muito entre 2008 e 2011, declinando no último trimestre de 2008 e ao longo de 2009.

A retomada dos níveis de investimento da economia brasileira teve curso no decorrer de 2010, ano no qual atingiu o ápice de expansão, quando analisado o período 2000-2012.

<sup>5</sup> O crescimento do setor químico foi puxado pelo ramo farmoquímico. Todavia, saliente-se que se trata de um ramo fortemente marcado pela condição “maquiladora” (ou “indústria maquiladora”), posto que praticamente se restringe a compor e embalar produtos farmacêuticos. Não por acaso os produtos farmacêuticos (na forma de insumos elaborados) representam 26,9% do total das importações de Goiás (SEPIN, 2012).

<sup>6</sup> A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) mede o aumento ou a redução dos bens de capital em uma economia. É um indicador muito utilizado para aferir o grau de investimento na economia.

Todavia, os níveis de investimento declinaram de modo acentuado ao longo de todo o ano de 2011 e da maior parte de 2012. A ampliação dos níveis de investimento público não foram suficientes para assegurar que os níveis de investimento se situassem em torno de 18% ou 20% do PIB.

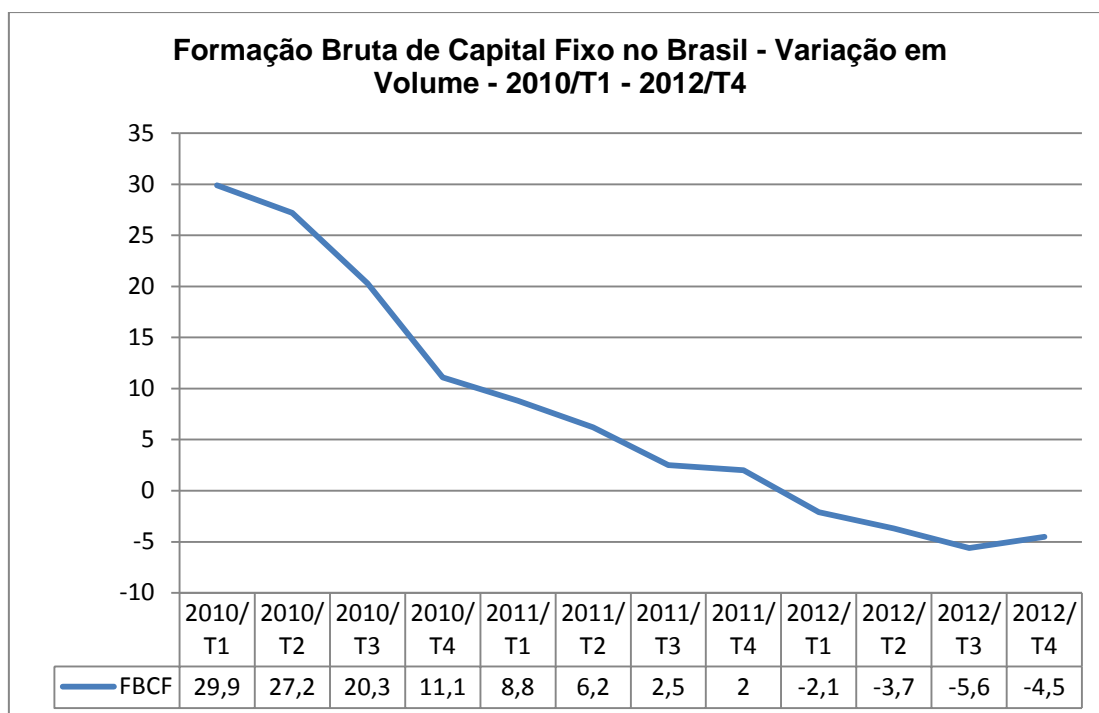


Gráfico 2 – Formação Bruta de Capital Fixo no Brasil – Variação em Volume - 2010/T1 – 2012/T4  
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do IBGE - Séries Históricas.

A tendência de queda dos níveis de investimento foi perceptível. As políticas macroeconômicas do Governo Federal voltadas para o curto prazo, basicamente sustentadas na oferta de financiamento público mediante ampliação da dívida pública, na redução de impostos e na ampliação de compras governamentais, não foram suficientes para estimular o mercado diante do clima de incerteza e desconfiança quanto ao desempenho da economia brasileira e economia mundial. Os dados de desempenho da economia chinesa, norte-americana e da Zona do Euro, no primeiro trimestre de 2013, por exemplo, ficaram abaixo das projeções internacionais, o que constituiu em um fator que concorre para realimentar o clima de incerteza e desconfiança econômica.

Enfim, se a queda do PIB e dos níveis de investimento em 2011 e 2012 era, em princípio, fator de estímulo à retomada dos níveis de investimento na economia brasileira comparáveis a 2010, o cenário internacional atuou em sentido contrário, à

medida que tendeu a reduzir volume e valor das exportações de commodities primárias e de bens manufaturados intensivos no uso de recursos naturais.

#### 4 Vendas no Varejo<sup>7</sup> no Brasil e em Goiás

No tocante às vendas no varejo, é possível perceber, através do Gráfico 3, que os comércios varejistas brasileiro e goiano, em 2012, superaram os níveis alcançados no ano de 2011 em quase todos os meses. Segundo dados do IBGE, o comércio varejista brasileiro fechou o ano de 2012 com alta de 8,4%.

Esse dado indica que, apesar do aumento da inflação, a demanda não está se retraindo, pelo contrário, o consumo está se fortalecendo. É possível mesmo que a sustentação do crescimento do consumo desde 2004 pode estar ultrapassando a capacidade de oferta de mercadorias em diversos setores e se constituindo em uma das variáveis importantes da atual retomada do crescimento da inflação no Brasil.

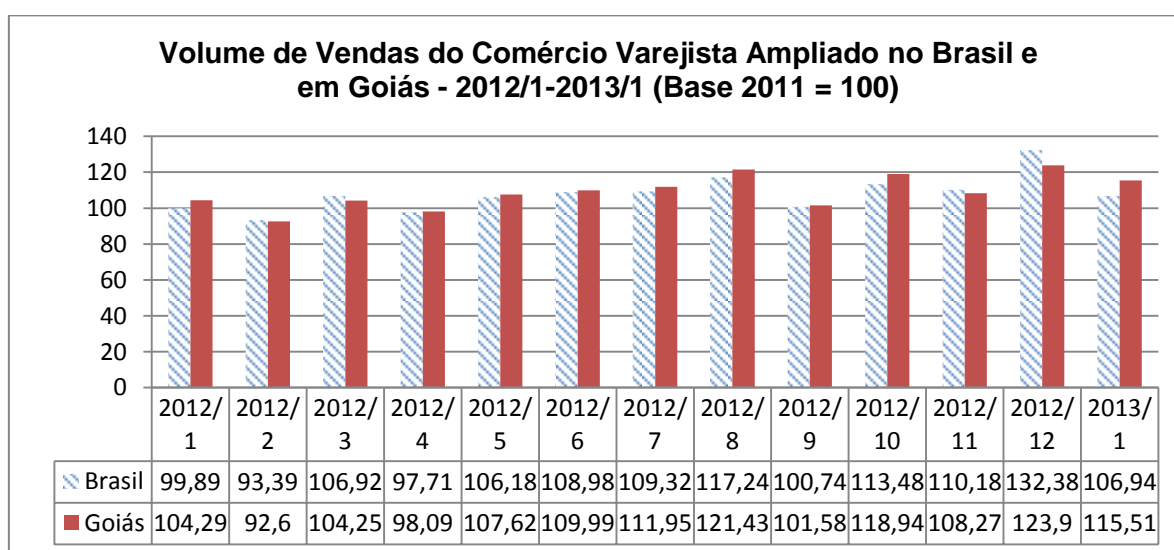


Gráfico 3 – Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado no Brasil e em Goiás – 2012/1 – 2013/1 (Base 2011 = 100)

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

<sup>7</sup> As vendas no varejo são um bom indicador do aquecimento do mercado e do nível de consumo. Os dados utilizados são os do volume de vendas e excluem as vendas de veículos, motocicletas, partes e peças. Os dados foram retirados dos Indicadores do IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio. Maio 2012. Disponível em:

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio\\_e\\_Servicos/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Comercio/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/pmc\\_201205caderno.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pmc_201205caderno.pdf)> Acesso em: 20/07/2012.

A manutenção do crescimento do consumo é, em parte, resultado da política tributária federal, que vem reduzindo impostos sobre produtos (como o IPI e os impostos sobre a cesta básica, mais recentemente), como tentativa de manutenção do poder de compra da população em face da desvalorização monetária. Essa conclusão é possível em face da quase estagnação do crescimento do poder de compra do salário mínimo, da queda da oferta de emprego e da redução da média de crescimento do PIB, isto é, o comportamento desfavorável destas variáveis macroeconômicas que interferem de modo fundamental na sustentação dos níveis de consumo, mas que não promoveram uma inflexão na tendência de expansão dos níveis de consumo delineados desde 2004.

No entanto, é importante observar que a manutenção do poder de compra é, em grande medida, artificial e, em parte, apenas aparente, pois está sendo realizada por meio da isenção de impostos, barateando o preço final dos produtos. No entanto, esse dinheiro não arrecadado com os impostos deverá sair de outro setor, deslocando as despesas, ou os investimentos com bem estar social deverão ser reduzidos, barateando os preços diretos às expensas dos serviços oferecidos gratuitamente aos cidadãos, dos quais se destacam saúde, segurança e educação.

## **5 Índice de Preços ao Consumidor<sup>8</sup> no Brasil em Goiás**

O comportamento da inflação brasileira pode ser analisado a partir do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). O Gráfico 4 permite comparar esse comportamento em relação a outros países, posto que compara o IPC brasileiro aos dos Estados Unidos, Alemanha, Japão, Argentina e Chile.

Pode-se perceber que a taxa de inflação brasileira foi superior às dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e Chile, mas relativamente estável e não muito alta, como a da Argentina. Todavia, a taxa de inflação brasileira apresentou uma elevação rápida e persistente nos últimos meses. Como na maior parte dos países apresentados, com exceção do Japão e da Argentina, a taxa de inflação brasileira caiu no começo de 2012.

---

<sup>8</sup> O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é calculado tendo por base uma cesta fixa de bens e serviços habitualmente consumida pela maioria das famílias em uma economia. É um indicador bastante utilizado para medir a taxa de inflação.

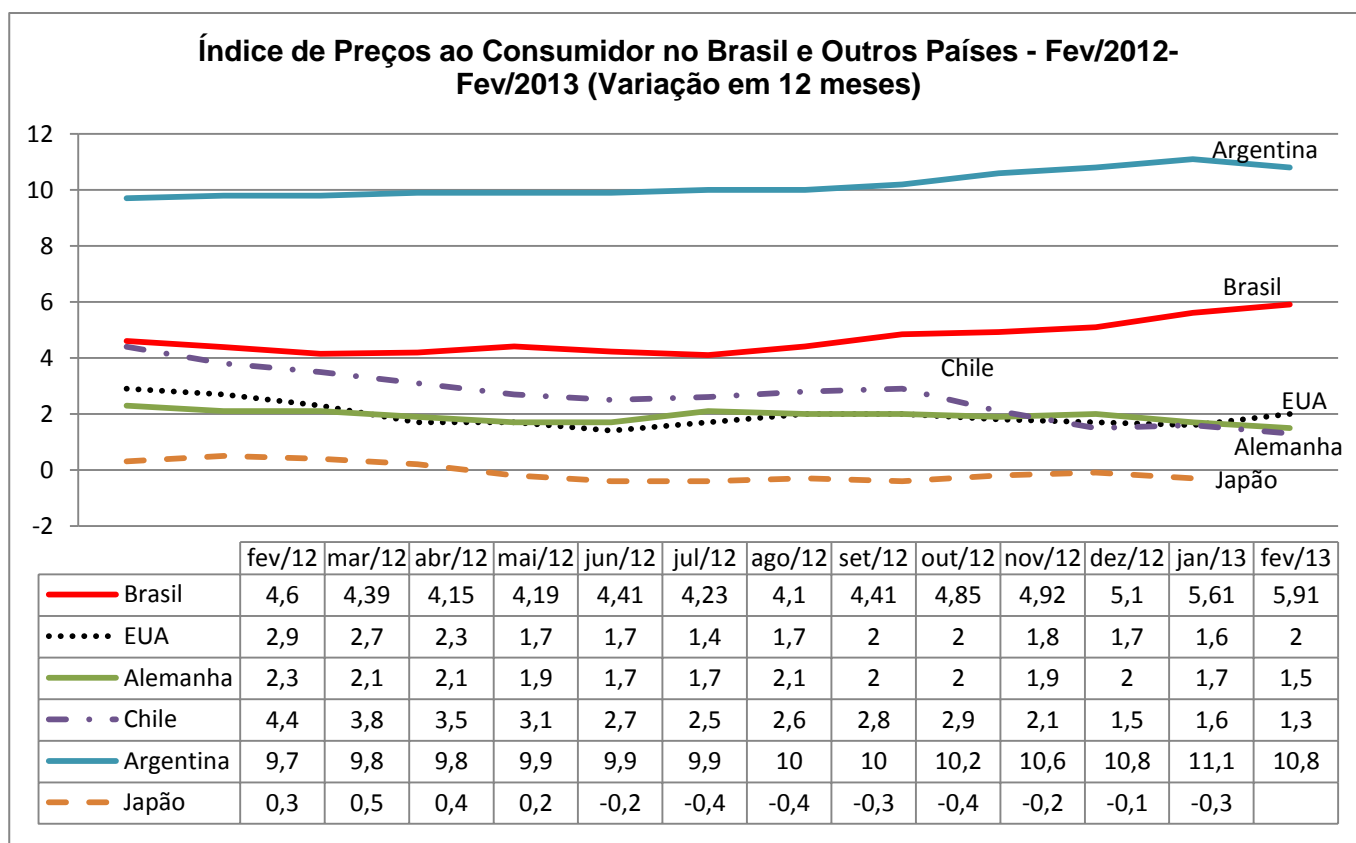


Gráfico 4 – Índice de Preços ao Consumidor no Brasil e Outros Países – Fev/2012-Fev/2013 (Variação em 12 meses)

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Banco Central - Dados Consolidados.

O Gráfico 5 permite acompanhar a evolução dos IPCs do Brasil e de Goiânia: o índice goianiense foi maior do que o brasileiro (em média, 3,7 pontos percentuais para o período analisado). Os principais serviços e produtos inflacionados presentes em Goiânia nos últimos meses foram a alimentação, as despesas pessoais e a educação.

Dentre outros fatores, o preço dos produtos alimentícios se encontrou alto por conta de problemas climáticos que impactaram negativamente a produção agropecuária. Dentre os principais fatores inflacionários que estavam e ainda estão concorrendo para inflacionar serviços e produtos, pode-se destacar o fenômeno climático, representado pela seca nos extremos norte e sul do hemisfério (com a consequente redução dos estoques mundiais de grãos), a manutenção da grande oferta de crédito para o consumidor, a redução de impostos, a redução dos níveis de desemprego (com pressão favorável para o trabalho em relação ao capital nas negociações coletivas e contratuais de trabalho) e a suboferta de bens em relação à demanda em expansão.

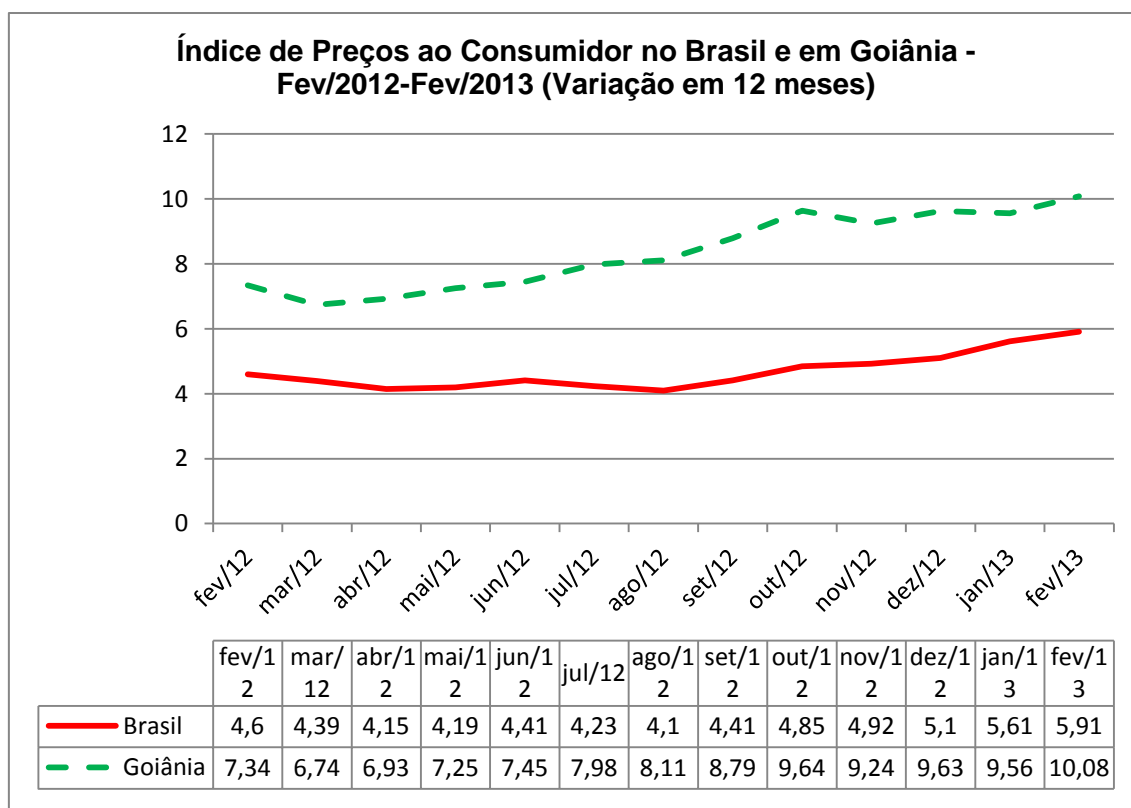


Gráfico 5 – Índice de Preços ao Consumidor no Brasil e em Goiânia – Fev/2012-Fev/2013 (Variação em 12 meses)

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Banco do Brasil e do Instituto Mauro Borges.

A grande disparidade dos IPCs do Estado de Goiás e do Brasil é previsível quando se leva em conta que o mercado de trabalho, a atividade industrial, o comércio e a produção de modo geral do Estado de Goiás estiveram mais aquecidos do que os nacionais, ou seja, o Estado de Goiás cresceu mais do que o Brasil em termos econômicos. Assim, é natural que sua demanda tenha sido proporcionalmente superior, o que levou a um aumento superior nos preços, ou seja, a uma maior inflação.

## 6 Balança Comercial

As exportações e as importações goianas em 2011 cresceram, respectivamente, a taxas de 38,6% e 37,2% em relação a 2010. O fluxo de comércio total obtido foi de US\$ 11.333.592.000,00. A Tabela 3 permite comparar a balança comercial goiana à brasileira. A goiana cresceu, em exportações e em importações, 11,8 e 12,7 pontos percentuais a mais do que a brasileira, respectivamente.

**Tabela 3 – Balança Comercial em Goiás e no Brasil (Em US\$ 1000 FOB)**

	Goiás		Brasil	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
<b>2010</b>	4.044.661	4.175.313	201.915.285	181.768.427
<b>2011</b>	5.605.193	5.728.399	256.039.575	226.243.409
<b>Varição</b>	38,6%	37,2%	26,8%	24,5%

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da SEGPLAN – GO/ SEPIN.

Goiás exportou principalmente produtos primários (75,5%) e industrializados intensivos do uso de recursos naturais (24,5%), que são produtos de baixa e de média-baixa agregação tecnológica, totalizando 100% das exportações.

Os principais produtos importados foram veículos, partes e acessórios (37,7%) e produtos farmacêuticos (26,9%) (SEPIN, 2012), que são produtos de média-alta e de alta agregação tecnológica. Esse comportamento e composição das exportações e das importações expressam uma economia dependente da exportação de produtos primários e manufaturados intensivos em recursos naturais e da importação de bens industrializados de utilização intensiva de tecnologia e de capitais.

## 7 Considerações Finais

O quadro conjuntural do Estado de Goiás apresenta-se favorável à expansão e ao crescimento econômico. Há forte tendência de que para este ano (2013) tal crescimento continue acima das médias nacionais.

Colaboram para a expectativa de expansão as medidas de incentivo ao consumo (redução de impostos e expansão de crédito) promovidas pelo Governo Federal e as iniciativas de construção de obras de infraestrutura de transporte e comunicação realizadas pelos Governos Federal e Estadual.

O Governo de Goiás lançou, dia 22 de abril, ações para o fomento da aquicultura no Estado, atividade econômica que se encontra em expansão, embora carente de infraestrutura para se tornar uma atividade econômica expressiva. Essas ações serão reforçadas com o lançamento de cursos técnicos em piscicultura por parte do Instituto Federal Goiano (GOIÁS AGORA, 2013).

Com a expansão econômica e a grande oferta de empregos, a inflação em Goiás também deve se manter alta. A expectativa é que a inflação goianiense (IPC acumulado



de 12 meses) atinja os valores 10,54% e 10,78% nos meses de abril e de maio de 2013<sup>9</sup>, respectivamente, mantendo sua tendência de alta.

O atual quadro conjuntural do Estado de Goiás, por ser bastante favorável ao crescimento econômico, revela também a necessidade de políticas e de obras que permitam ao Estado manter essa trajetória de crescimento; bem como de aproveitar tais tendências para ampliar os níveis de desenvolvimento social. Essas políticas e obras devem focar, dentre as áreas que ocupam grande importância nessa direção, os investimentos nas áreas sociais (educação, saúde, moradia etc.) e em infraestrutura econômica (estradas, hidrovias, hidroelétricas etc.), assegurando suporte para um crescimento econômico que se caracterize como democratizador do acesso à renda e aos serviços públicos de qualidade para a maior parte da população.

---

<sup>9</sup> Projeções realizadas utilizando séries temporais.

## **EMPREGOS FORMAIS EM GOIÁS**

Na sociedade brasileira, entre meados dos anos 1980 e meados dos anos 1990, o salário mínimo perdeu muito de seu valor real, fato principalmente causado pelos problemas econômicos presentes na década que ficou conhecida como a “Década Perdida”: inflação, perda de produtividade, defasagem do valor dos ativos fixos etc.

Desde meados da década de 1990, o Governo Federal lançou uma política de valorização real do salário mínimo mediante estabilização da inflação, política esta que foi reforçada pela retomada do crescimento econômico, sobretudo a partir de meados dos anos de 2000, trazendo crescimento de empregos e salários. O crescimento da oferta de empregos a partir de 2004 ocorreu tanto no âmbito formal quanto no informal, porém com maior concentração no âmbito formal.

Outro fator relevante no mercado de trabalho foi a elevação da escolarização média do trabalhador. A maior escolarização, frequentemente acompanhada de elevação dos níveis de qualificação profissional e de incorporação de tecnologias mais avançadas, concorreu para elevar a produtividade, o que também concorreu para o aumento do salário mínimo real e dos salários em geral.

Uma das formas de medir os ganhos reais do salário mínimo é mensurando a participação que o custo da cesta básica representa no mesmo. O Gráfico 1 apresenta esta participação para o Município de Goiânia entre os anos de 2007 a 2012, com dados coletados referentes ao mês de março desses anos. É possível perceber a tendência de queda dessa participação, o que significa que, ao longo desses anos, o trabalhador pôde comprar a cesta básica com uma menor parcela do salário mínimo, ou seja, o poder de compra do trabalhador aumentou.

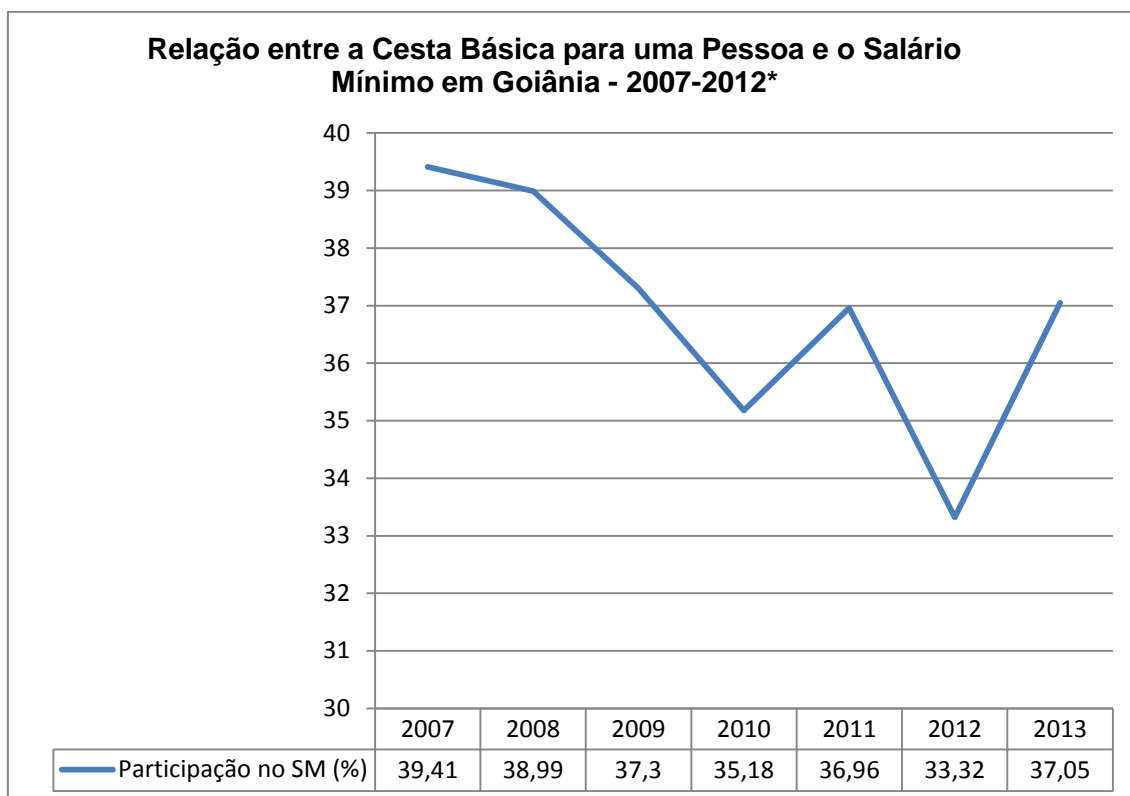


Gráfico 1 – Relação entre a Cesta Básica para uma Pessoa e o Salário Mínimo em Goiânia – 2007-2012  
 Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

\*Dados referentes ao mês de Março.

Segundo o DIESSE (2009), cerca de 43,4 milhões de pessoas tinha seus rendimentos referenciados no salário mínimo no ano de 2009. Entre eles se encontravam, além de trabalhadores formais ativos, beneficiários do INSS e trabalhadores informais. Desse modo, o crescimento do valor real do salário mínimo afeta positivamente a renda de milhões de pessoas.

Embora tenha ocorrido uma grande melhora das condições de trabalho no Brasil nas últimas décadas, ainda há muitos problemas. Um deles é a alta rotatividade do trabalhador brasileiro quando comparada às taxas de rotatividade em termos internacionais. A rotatividade é utilizada como um mecanismo de redução salarial, pois geralmente as empresas despedem trabalhadores que ganham mais para contratar outros que ganham menos para ocupar o mesmo cargo, e trabalhadores que são despedidos geralmente não conseguem ocupação semelhante com o salário que recebiam.

O valor do seguro-desemprego e o seu usufruto por meses é outro fator responsável pela alta rotatividade do trabalhador brasileiro, pois se acredita que o trabalhador pouco especializado, o qual geralmente é contratado nos empregos que

remuneram menos, prefira ganhar seu salário sem trabalhar do que trabalhando, principalmente pelo fato de poder ser contratado informalmente no período do seguro-desemprego e receber duas rendas.

A rotatividade também é responsável por perda de experiência e de aprendizagem do trabalhador, principalmente referente aos custos de treinamento, além de onerar os recursos públicos com o volume de recursos necessários para pagar o seguro-desemprego.

Especialistas alegam que outro problema referente à empregabilidade é a elevada rigidez das leis trabalhistas, que dificultariam muito tanto a contratação quanto a dispensa do trabalhador. Eles afirmam que essas leis geralmente desmotivam pessoas físicas e jurídicas a contratarem trabalhadores, especialmente os menos produtivos, que são justamente os mais pobres e menos qualificados.

Nas últimas décadas, houve ganhos salariais expressivos por parte do trabalhador brasileiro, o que decorreu de processos como maior formalização dos contratos de trabalho, aumento real do salário mínimo, elevação do número de empregos e ampliação dos níveis de escolarização. No entanto, persistem problemas como a alta rotatividade.

## **1 Panorama da Última Década**

Podemos observar através Gráfico 2 que, em média, o emprego formal em Goiás cresceu a uma taxa superior à brasileira (0,615 pontos percentuais superior, em média<sup>1</sup>) no período observado (2002-2011). Taxa esta cujo desvio padrão<sup>2</sup> foi menor, indicando que Goiás apresentou menor flutuação no número de empregos formais gerados em comparação à nacional.

Já os empregos formais na capital do Estado de Goiás, Goiânia, cresceram a uma taxa inferior à brasileira, porém inferior à taxa de crescimento do Estado. O desvio-padrão superior (2,45)<sup>3</sup> indica que a geração de empregos em Goiânia foi mais instável do que em Goiás (1,23) e do que no Brasil (1,65), pois sofreu maiores flutuações.

---

<sup>1</sup> A taxa de crescimento média de 2001 a 2011 para Goiânia, Goiás e Brasil foi, respectivamente, 5,15%, 6,51% e 5,9%.

<sup>2</sup> Média dos desvios das observações em relação à média aritmética. Quanto maior, mais as observações oscilam, ou seja, mais instável é a série.

<sup>3</sup> A unidade é o próprio desvio-padrão.

O crescimento dos empregos formais em Goiás estava em queda entre 2002 e 2004. A partir desse ano, a taxa de crescimento voltou a subir de maneira relativamente estável, com picos consideráveis em 2005 e em 2010, quando cresceu a taxas de 2,55% e 1,94% , respectivamente.

Enquanto uma região que possui baixo desemprego tem limitações em criar novos empregos, a geração de empregos em uma região pode ser mais alta simplesmente porque a sua taxa de desemprego é também mais alta, ou sua taxa de atividade, mais baixa. Pois, neste caso, o número de empregos tem maior possibilidade de expandir e qualquer expansão representa muito percentualmente. Este não é o caso de Goiás em relação ao Brasil, pois de acordo com dados da PNAD 2009, a taxa de desocupação em Goiás, em 2008 e em 2009, estava em 6,8% e em 7,8%, respectivamente. Portanto, menor do que a média nacional, que nesses anos foram de 7,1% e 8,3%. A taxa de atividade do estado nesses anos, por sua vez, foram 64,9% e 65,8%, ambas acima da nacional (62% e 62,1%).

Assim, a maior geração de empregos no Estado de Goiás em relação ao Brasil não foi devido às suas possíveis piores condições de empregabilidade anteriores, pois a sua taxa de desocupação já era menor do que a brasileira e sua taxa de atividade, maior. Isto significa que as condições de empregabilidade de Goiás no período considerado foram melhores e mais estáveis do que as nacionais.

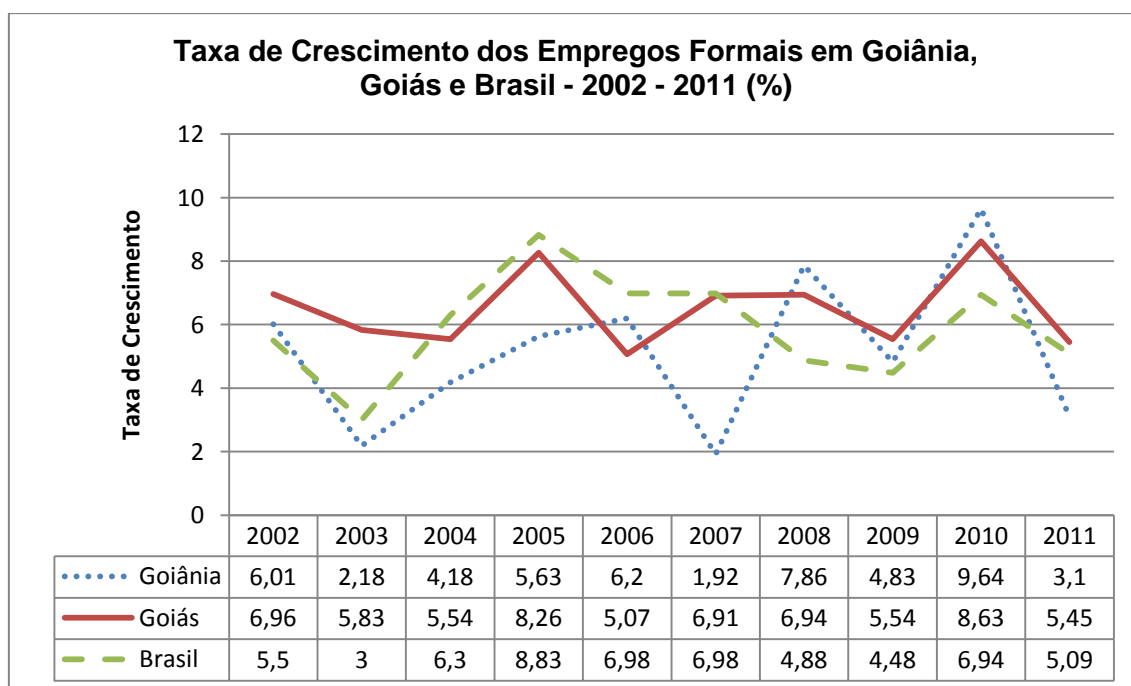


Gráfico 2 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais em Goiânia, Goiás e Brasil - 2002-2011(%)  
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

O Gráfico 3 apresenta o comportamento da taxa de crescimento do número de empregos formais em Goiás e nas Microrregiões de Goiânia e de Anápolis entre 2002 e 2011. Percebe-se que, embora o crescimento dos empregos formais na Microrregião de Goiânia seja inferior, em média, ao apresentado pelo Estado de Goiás (5,81% e 6,51%, respectivamente), ambos seguem a mesma tendência, aumentando e diminuindo com certa sincronia, pois a Microrregião de Goiânia, sozinha, foi responsável por 53,22% dos empregos formais no Estado de Goiás<sup>4</sup> no ano de 2011.

O crescimento dos empregos formais na Microrregião de Anápolis foi bastante mais variável do que no Estado e na Microrregião de Goiânia (seu desvio-padrão foi de 2,79, enquanto o desvio da Microrregião de Goiânia e de Goiás foram, respectivamente, 1,23 e 1,87): caiu de 2001 a 2003; cresceu muito e rapidamente até 2005; voltou a cair em 2006; de 2006 a 2008 cresceu novamente; caiu de 2008 a 2009; voltou a crescer, com uma taxa menor, no biênio 2009/10, porém declinou rapidamente em 2011.

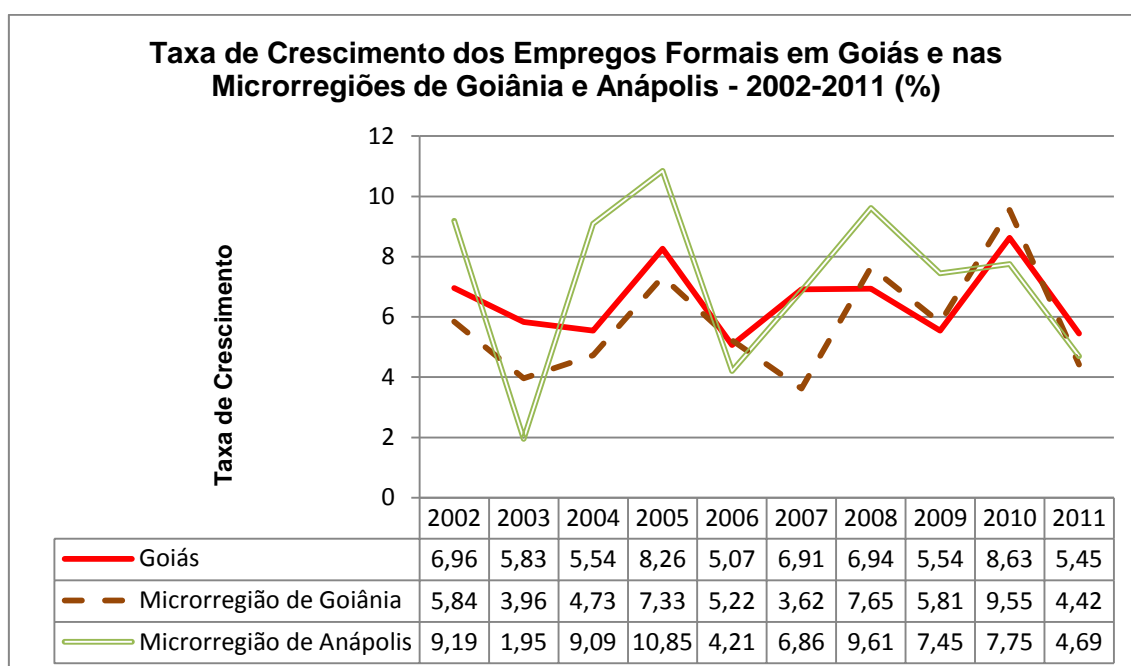


Gráfico 3 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais em Goiás e nas Microrregiões de Goiânia e Anápolis: 2002 – 2011 (%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

No Gráfico 4, referente ao período 2002-2011, podemos observar o comportamento de outras microrregiões do Estado de Goiás. A Microrregião do Sudoeste Goiano apresentou um crescimento médio dos empregos formais superior à

<sup>4</sup> Dado referente ao ano de 2011.

média do Estado (a taxa foi 8,08% na microrregião e 6,51% em Goiás). No entanto, a criação de empregos na Microrregião sofreu maior variação. Na Microrregião do Entorno de Brasília, o crescimento foi bem mais estável. Sua média também foi superior à goiana: 8,83%.

Nas demais microrregiões do Estado de Goiás, o crescimento do número de empregos formais (7,82%) também excedeu à média do Estado, como é visível no Gráfico 4. No entanto, seu número de empregos foi muito pouco representativo no total, atingindo apenas 2,23% em 2011. A Microrregião de Goiânia apresentou crescimento do número de empregos formais menor quando comparada às demais microrregiões e, por possuir uma grande representação no número total de empregos do estado, abaixou a média de Goiás. Isso ocorreu porque a microrregião já possuía grande número de empregos (mais da metade do total de Goiás), o que reduziu sua possibilidade de expansão.

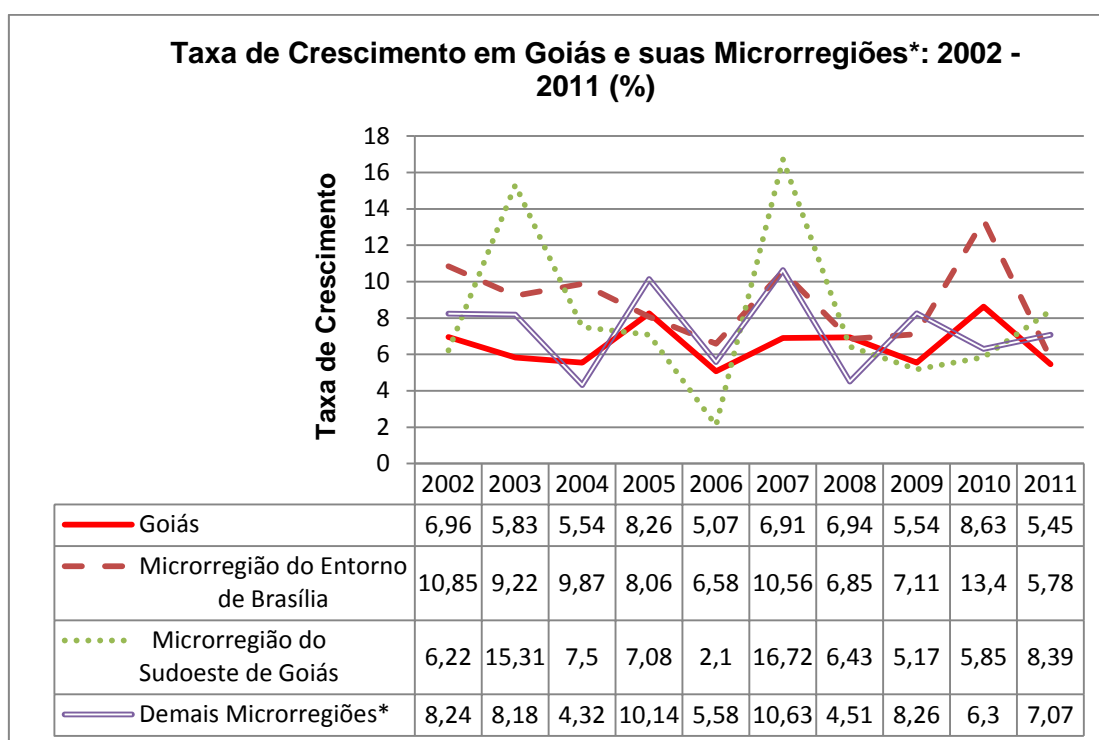


Gráfico 4 – Taxa de Crescimento em Goiás e suas Microrregiões\*: 2002 – 2011(%)

\* Exceto as microrregiões de Anápolis e Goiânia, já apresentadas no gráfico anterior.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

O Gráfico 5 ilustra a distribuição dos empregos formais em Goiás por suas microrregiões em 2011. As microrregiões que totalizavam menos de 1% do total de

empregos formais em Goiás foram agregadas sob a denominação “Demais Microrregiões”.

A Microrregião de Goiânia foi a que mais concentrou empregos formais no Estado de Goiás (54%), seguida pelas Microrregiões de Anápolis (9%), do Entorno de Brasília (7%) e do Meia Ponte (6%). O baixo número de empregos formais na Microrregião do Entorno de Brasília decorreu do fato de que grande parte de sua população trabalha em Brasília, com vínculos empregatícios registrados no Distrito Federal.

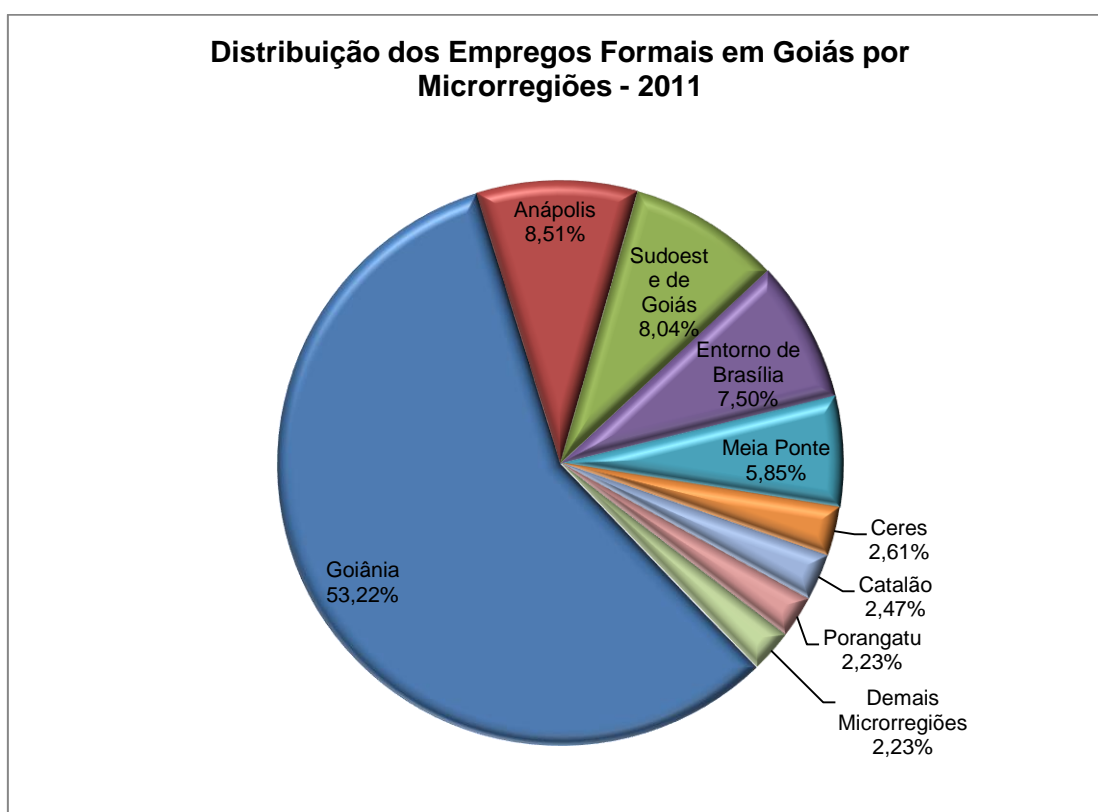


Gráfico 5 – Distribuição dos Empregos Formais em Goiás por Microrregiões – 2011

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar que a geração e a formalização de empregos no Estado de Goiás têm crescido rapidamente na última década, superando os índices nacionais. Esse processo acompanhou e refletiu a elevação dos indicadores econômicos regionais (PIB, vendas no varejo, atividade industrial e balança comercial), o que evidencia que a média do crescimento econômico do Estado de Goiás está acima do crescimento econômico nacional.



## 2 Empregos Formais em Goiás por Faixa Etária

A maior parte dos empregos formais no Estado de Goiás no ano de 2011 (Gráfico 6) concentrou-se na faixa etária de 30 a 39 anos (29%), em seguida na faixa de 40 a 49 anos (20%) e na de 18 a 24 anos (18%). Apesar da pouca concentração de trabalhadores nas faixas etárias mais avançadas, a tendência é que essa concentração aumente, tanto por haver um processo de envelhecimento populacional quanto pelo aumento da expectativa de vida, fatores que permitem o trabalho em faixas mais avançadas, tendo em vista que os trabalhadores ativos pagam a previdência que, por sua vez, repassa esse pagamento por meio de salários aos trabalhadores aposentados.

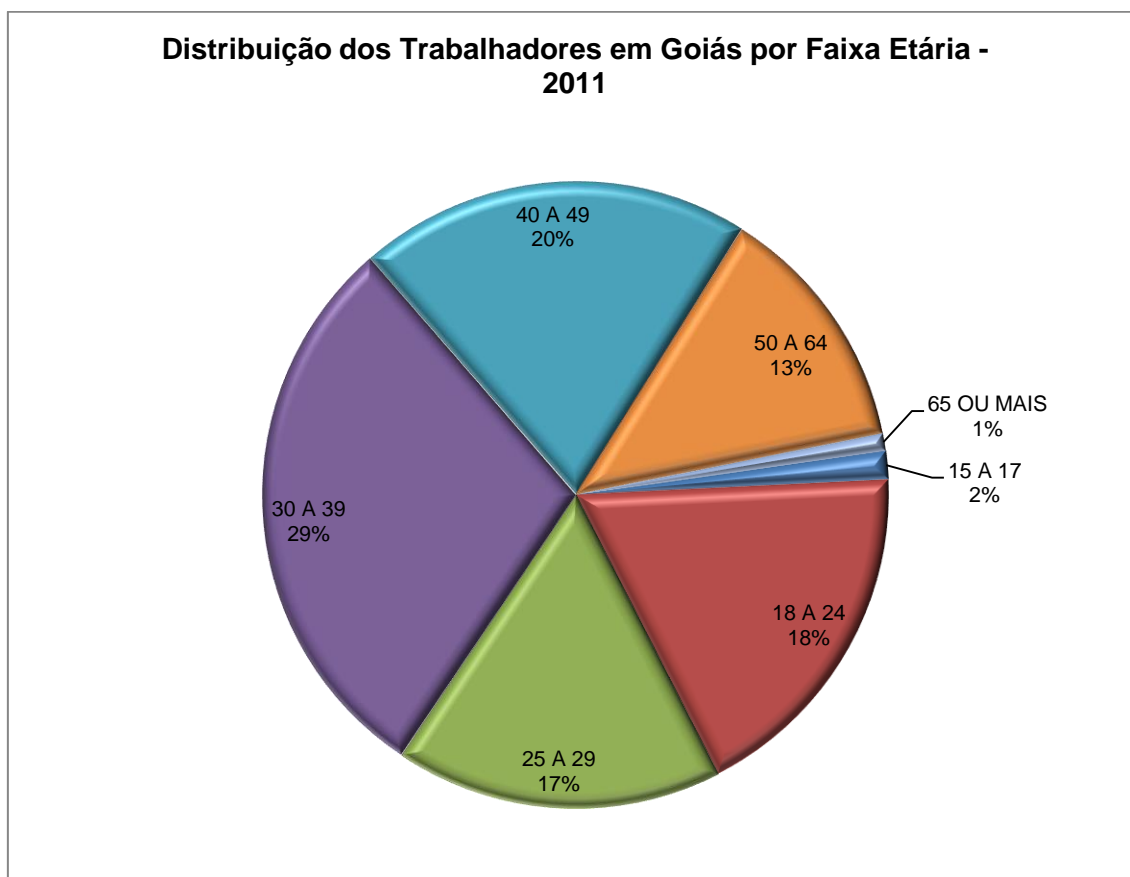


Gráfico 6 – Distribuição dos Trabalhadores em Goiás por Faixa Etária - 2011  
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A distribuição dos trabalhadores por faixa etária em Goiás (apresentada no gráfico anterior) é quase idêntica à brasileira e à da Região Centro-Oeste, como podemos observar pela Tabela 1. Goiás tem maior predominância de trabalhadores jovens do que o Brasil, superando a porcentagem brasileira até a faixa de 25 a 29 anos.

**Tabela 1 – Empregos Formais por Faixa Etária no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás – 2011 (%)**

	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais
<b>Brasil</b>	1,07	16,86	16,71	29,29	21,41	13,76	0,87
<b>Centro-Oeste</b>	1,41	18,23	17,1	29,46	20,35	12,64	0,79
<b>Goiás</b>	1,45	18,24	16,92	29,2	20,28	12,98	0,9

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Conforme é apresentado no Gráfico 7, referente ao ano de 2011, a remuneração média dos empregos formais em Goiás foi de 2,69 salários mínimos e aumentou conforme a faixa etária, ultrapassando a média na faixa etária de 30 a 39 anos. Isso pode indicar que um dos motivos para a baixa remuneração dos trabalhadores é a grande concentração de trabalhadores jovens e com pouca experiência profissional.

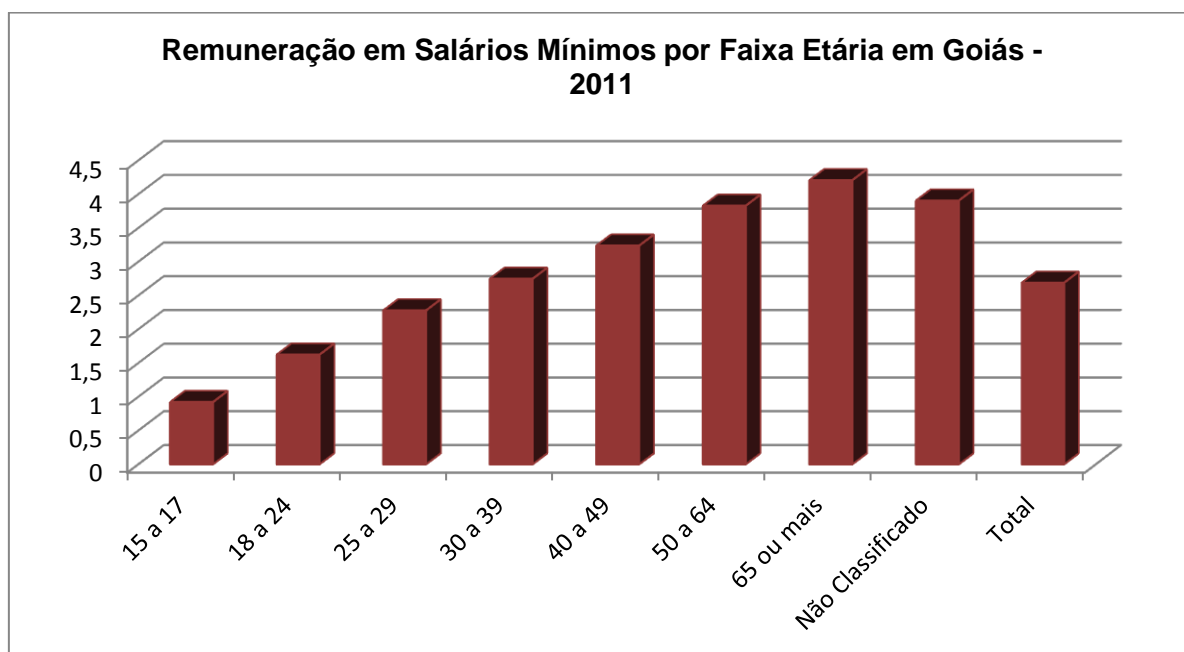


Gráfico 7 – Remuneração em Salários Mínimos por Faixa Etária em Goiás – 2011

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 2 apresenta a remuneração média por faixa etária no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás no ano de 2011. É possível verificar que a remuneração média em Goiás foi inferior à brasileira e à do Centro-Oeste no ano de 2011.

**Tabela 2 – Remuneração Média em Salários Mínimos no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás - 2011**

	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Não Classificado	média
<b>Brasil</b>	1,05	1,76	2,55	3,22	3,87	4,56	4,78	2,13	3,18
<b>Centro-Oeste</b>	0,96	1,66	2,34	2,83	3,37	3,98	4,18	2,63	2,77
<b>Goiás</b>	0,92	1,62	2,28	2,75	3,24	3,83	4,25	3,9	2,69

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Os indicadores coletados demonstram que, apesar do Estado de Goiás gerar mais empregos, proporcionalmente, aos gerados no Brasil e possuir uma taxa de desemprego menor, a remuneração do trabalhador goiano foi, em média, inferior à nacional. Um dos principais fatores que concorrem para esse quadro é a baixa escolaridade dos trabalhadores goianos, a qual será analisada em tópicos posteriores neste mesmo texto.

### 3 Empregos Formais em Goiás por Remuneração

O Gráfico 8 apresenta a distribuição dos empregos formais em Goiás por faixa de remuneração em 2011. A maior concentração estava nos empregos que pagam acima de um e até dois salários mínimos (53%). Somando as faixas de maior concentração, percebe-se que apenas 22% dos empregos formais goianos remuneravam acima de 3 salários mínimos.

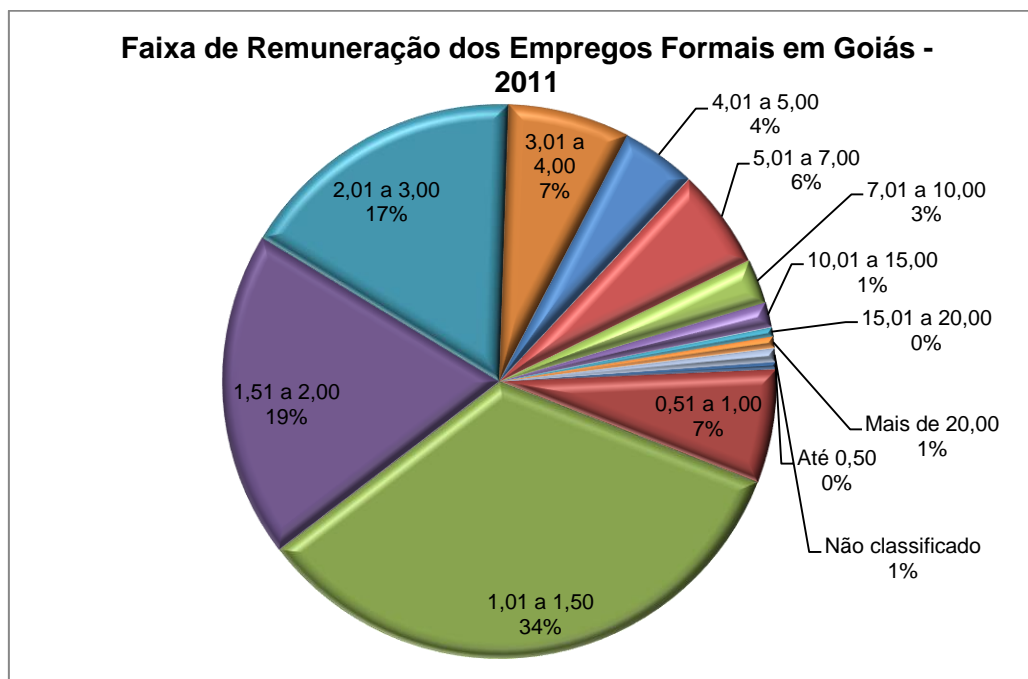


Gráfico 8 – Faixa de Remuneração dos Empregos Formais em Goiás – 2011

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 3 apresenta a distribuição por faixa de remuneração no Brasil em 2011. As semelhanças são perceptíveis. Podemos destacar:

- Em Goiás, 40,3% dos empregos formais remuneravam na faixa de 0,51 a 1,5 salários mínimos. No Brasil, essa faixa correspondeu a 33,8%.
- A disparidade salarial entre o Estado de Goiás e o Brasil aumentou nas faixas de remuneração mais elevadas, acima de 5 salários mínimos.
- O Brasil apresentou remuneração média levemente superior a Goiás.

**Tabela 3 – Remuneração Média no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás por Faixa Salarial (em salários mínimos) – 2011**

	Até 0,5	0,51 a 1	1,01 a 1,5	1,51 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20,00
<b>Brasil</b>	0,4	4,3	29,5	19,6	18	8,4	4,8	5,3	3,5	2,4	1,0	1,3
<b>Centro-Oeste</b>	0,4	5,3	32,3	19,9	17,8	7,7	4,4	5,3	2,8	1,6	0,6	0,8
<b>Goiás</b>	0,4	6,6	33,7	19,0	16,8	7,1	4,4	5,8	2,6	1,4	0,6	0,6

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Em relação ao Centro-Oeste, destaca-se que:

- A remuneração do Centro-Oeste foi levemente mais elevada do que a de Goiás.
- No Centro-Oeste, as faixas de remuneração abaixo de 1,51 salários mínimos foram levemente inferiores em relação à Goiás; já as faixas de remuneração acima de 7,01 salários mínimos foram levemente superiores.

A Tabela 4 mostra a tendência de queda das remunerações dos empregos formais em Goiás no período de 2003 a 2011: a concentração de empregos nas faixas mais baixas (de até 2 salários mínimos) aumentou, enquanto nas mais altas, diminuiu.

**Tabela 4 – Distribuição dos Empregos Formais em Goiás por Faixa de Remuneração (%) – 2003-2011**

Faixa Remun. Média (SM)	2003	2005	2007	2009	2011
<b>Até 0,50</b>	0,53	0,45	0,55	0,72	0,43
<b>0,51 a 1,00</b>	6,08	6,59	7,00	7,15	6,60
<b>1,01 a 1,50</b>	30,54	31,63	35,09	36,47	33,70
<b>1,51 a 2,00</b>	18,42	18,71	18,60	18,31	19,05
<b>2,01 a 3,00</b>	18,89	17,59	15,50	15,28	16,84
<b>3,01 a 4,00</b>	7,84	7,69	6,92	6,84	7,09
<b>4,01 a 5,00</b>	5,12	5,18	4,28	4,23	4,36
<b>5,01 a 7,00</b>	5,36	5,36	5,47	5,27	5,84

<b>7,01 a 10,00</b>	3,22	2,92	2,94	2,41	2,63
<b>10,01 a 15,00</b>	1,94	1,81	1,47	1,33	1,44
<b>15,01 a 20,00</b>	0,85	0,74	0,61	0,52	0,58
<b>Mais de 20,00</b>	1,05	0,95	0,84	0,68	0,65

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Esse quadro, que expressa um processo de compressão da estrutura salarial, pode ter decorrido de fatores como a maior oferta relativa de pessoal qualificado e a redução de poder político-reivindicativo das categorias profissionais compostas por pessoal qualificado, posto que os salários mais altos tendem a não ser reajustados juntamente com o salário mínimo. A compreensão desse processo demanda a condução de pesquisas qualitativas.

#### **4 Empregos Formais por Setores de Atividade**

O Gráfico 9 apresenta a distribuição dos empregos formais por setores de atividade econômica<sup>5</sup> no Estado de Goiás em 2011. Podemos ver que os setores que mais empregaram foram o de Serviços (27,6%) e a Administração Pública (23,8%), seguidos do setor de Comércio (19,15%) e da Indústria de Transformação (16,19%).

Os setores de Serviços e Comércio foram responsáveis por 46,75% do total de empregos formais no Estado de Goiás e representaram 52% do total do PIB goiano. É provável que o setor de Comércio esteja subestimado, posto que grande parte dos estabelecimentos são pequenos e familiares, e muitos deles não registram seus funcionários<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Para melhor compreensão, subdividimos as atividades econômicas por Grandes Setores (Agropecuária, Indústria e Serviços), por Setores (Extrativa Mineral; Indústria de Transformação; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio; Serviços; Administração Pública; Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca) e por Subsetores.

<sup>6</sup> Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (DIEESE, 2009), o setor de comércio é conhecido pelo alto número de contratações informais, sendo que esse tipo de contratação chegou a atingir 21,5% do total de contratações nesse setor na região Metropolitana de São Paulo em 2008. A jornada de trabalho no Comércio costuma ser extensa, incluindo domingos e feriados, e os trabalhadores geralmente permanecem no estabelecimento mais horas do que são contratados, com o objetivo de aumentarem suas vendas e, conseqüentemente, a comissão que captam com estas.

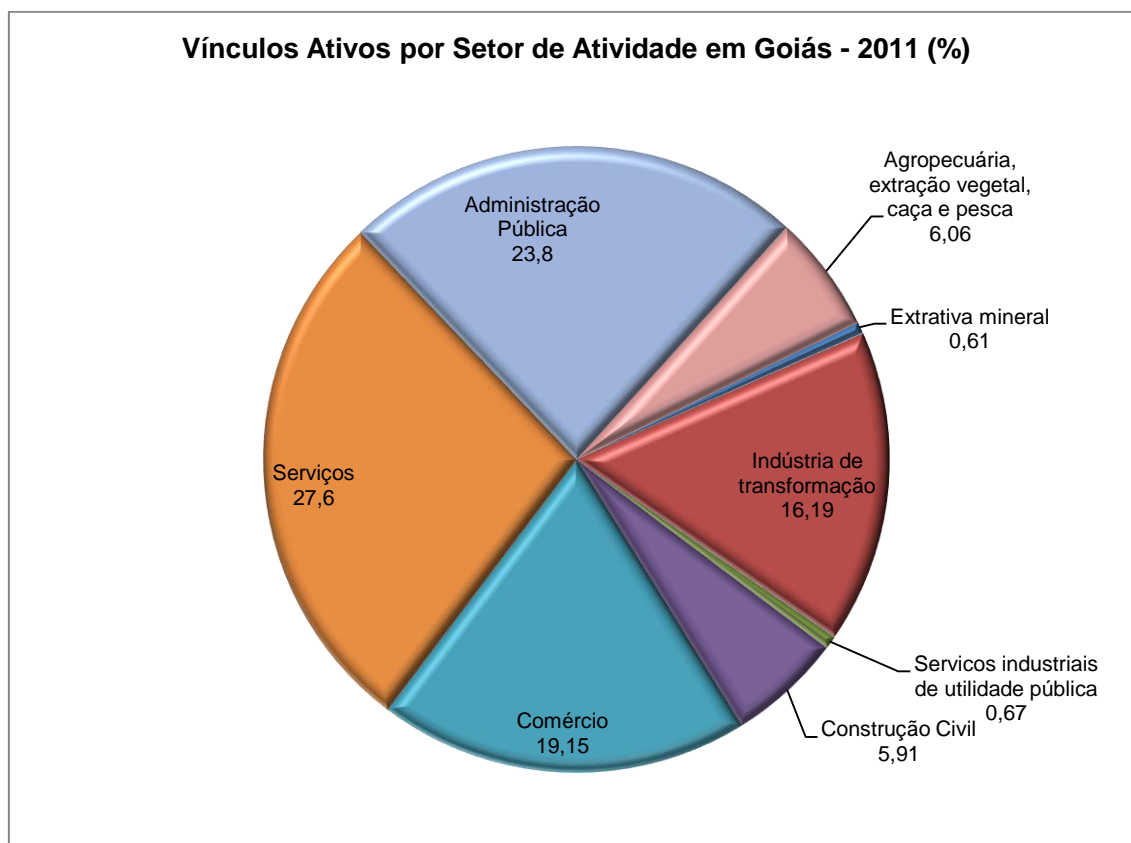


Gráfico 9 – Vínculos Ativos por Setor de Atividade em Goiás – 2011 (%)

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Conforme é possível acompanhar pela Tabela 5, referente ao ano de 2011, o setor com maior participação percentual no número de empregos formais em Goiás foi o de Serviços. Porém, a sua participação ainda foi menor do que no Brasil. Em segundo lugar, veio a Administração Pública, que foi proporcionalmente maior no Estado do que no Brasil e no Centro-Oeste. O terceiro setor que mais empregou foi o de Comércio, cuja participação foi levemente acima da brasileira e menor que a do Centro-Oeste. O setor de Agropecuária também se destacou pela maior concentração em relação à brasileira, embora menor do que a do Centro-Oeste.

**Tabela 5 – Distribuição dos Empregos Formais por Setor de Atividade no Brasil, em Goiás e no Centro-Oeste (%) - 2011**

Setor de Atividade	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
Extrativa mineral	0,5	0,52	0,61
Indústria de transformação	17,52	15,13	16,19
Serviços industriais de utilidade pública	0,89	0,66	0,67
Construção Civil	5,94	5,57	5,91
Comércio	19,09	20,42	19,15

<b>Serviços</b>	33,19	26,11	27,6
<b>Administração Pública</b>	19,66	22,52	23,8
<b>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	3,2	9,06	6,06
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 6 mostra a distribuição dos empregos formais por microrregiões nos setores de Indústria de transformação, de Serviços e de Comércio em 2011. A Microrregião de Goiânia deteve o maior número de empregos formais nos três setores, apresentando mais da metade destes nos setores de Serviços e de Comércio.

**Tabela 6 – Distribuição dos Empregos Formais nos Grandes Setores por Microrregião em Goiás – 2011 (%)**

	<b>Indústria</b>	<b>Construção Civil</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Agropecuária</b>
<b>São Miguel do Araguaia</b>	25,41	0,45	11,45	39,22	23,47
<b>Rio Vermelho</b>	15,81	2,91	16,45	41,03	23,79
<b>Aragarças</b>	6,61	2,1	15,36	54,11	21,82
<b>Porangatu</b>	17,73	5,85	19,93	47,74	8,75
<b>Chapada dos Veadeiros</b>	4,48	0,58	18,82	61,79	14,33
<b>Ceres</b>	27,5	2,14	17,63	40,23	12,5
<b>Anápolis</b>	30,08	4,31	21,71	40,47	3,42
<b>Iporá</b>	16	0,4	18,61	52,23	12,75
<b>Anicuns</b>	38,53	1,19	14,61	38	7,66
<b>Goiânia</b>	12,91	8,04	18,31	59,83	0,91
<b>Vão do Paranã</b>	6,86	0,75	21,52	55,27	15,61
<b>Entorno de Brasília</b>	9,32	4,51	24,55	50,71	10,91
<b>Sudoeste de Goiás</b>	23,57	3,8	20,37	34,27	17,99
<b>Vale do Rio dos Bois</b>	34,36	2,68	10,72	32,56	19,68
<b>Meia Ponte</b>	20,37	2,99	20,74	45,66	10,24
<b>Pires do Rio</b>	25,78	1,29	17,73	38,31	16,89
<b>Catalão</b>	26,53	4,81	19,85	37,28	11,53
<b>Quirinópolis</b>	36,52	1,13	16,28	31,92	14,15
<b>Goiás</b>	17,48	5,91	19,15	51,4	6,06

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

## 5 Empregos Formais e Ocupações

A Tabela 7 apresenta as 20 ocupações que mais concentraram empregos formais no Estado de Goiás em 2011, bem como a remuneração média (em salários mínimos) e a taxa média de crescimento anual de 2006 a 2011. As maiores taxas de crescimento foram as das ocupações profissionais ligadas à construção civil e aos serviços de saúde.

**Tabela 7 – As 20 ocupações que mais empregaram em Goiás, sua remuneração média (em salários mínimos) e sua taxa de crescimento de 2006 a 2011 – 2011**

CBO 2002 Subgrupo	2011	Taxa	SM
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	191.247	35%	3,19
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios	92.788	34,1%	1,38
Vendedores e demonstradores	90.624	43,3%	1,87
Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação	63.055	64,4%	2,33
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	48.182	52,3%	1,37
Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança	42.580	30%	1,99
Trabalhadores de informações ao público	39.439	49,5%	1,42
Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental	36.091	-18,4%	4,21
Trabalhadores da construção civil e obras públicas	34.827	105,9%	2,35
Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário	34.783	4,8%	4,14
Embaladores e alimentadores de produção	30.307	48,3%	1,41
Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	29.966	16,6%	1,64
Ajudantes de obras	29.611	102,9%	1,48
Caixas, bilheteiros e afins	27.426	71,4%	1,49
Trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo	24.831	29,2%	1,77
Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção	23.096	90,5%	1,88
Trabalhadores da confecção de roupas	22.192	28%	1,22
Gerentes de áreas de apoio	22.087	76,9%	4,75
Trabalhadores dos serviços de saúde	21.242	170,9%	2,71
Escriturários contábeis e de finanças	18.432	54,3%	4,24

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 8 apresenta as 20 ocupações que melhor remuneraram no Estado de Goiás em 2011 e sua remuneração média em salários mínimos. Sua maioria foi de profissionais com nível superior, com destaque para as áreas de exatas e engenharias.



**Tabela 8 – As 20 ocupações que melhor remuneraram (em salários mínimos) em Goiás – 2011**

<b>CBO 2002 Subgrupo</b>	<b>Total</b>
Advogados do poder judiciário e da segurança pública	37,2
Profissionais de investigação criminal	21,7
Audidores fiscais públicos	19,5
Matemáticos, estatísticos e afins	15,4
Diretores de produção e operações	12,1
Advogados, procuradores, tabeliões e afins	11,6
Agrônomos e afins	11,0
Engenheiros, arquitetos e afins	10,6
Operadores na geração e distribuição de energia (centrais hidrelétricas, termelétricas etc)	10,3
Físicos, químicos e afins	10,0
Diretores gerais	9,8
Profissionais da medicina	9,3
Profissionais de relações públicas, publicidade, marketing e comercialização	7,9
Profissionais em navegação aérea, marítima e fluvial	7,8
Supervisores de joalheria, vidraria, cerâmica e afins	7,6
Diretores de áreas de apoio	7,4
Pesquisadores	7,2
Profissionais da eletromecânica	7,0
Atletas, desportistas e afins	7,0
Cientistas sociais, psicólogos e afins	6,7

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

As profissões mais bem remuneradas são indicadores importantes sobre qual tipo de trabalho é mais valorizado na região e apresentam um possível foco para a atuação na educação, em seus diversos níveis e modalidades. No entanto, é necessário notar que essa mensuração é relativamente imprecisa, uma vez que algumas profissões recebem rendimentos por vezes não declarados.

## **6 Empregos Formais por Escolaridade**

Como é possível perceber pela Tabela 9, Goiás apresentou empregos formais com nível de escolaridade percentualmente menor do que aqueles apresentados no Brasil em 2011. O segmento mais expressivo foi o de trabalhadores que possuíam ensino médio completo (37,3%), em seguida vinha os trabalhadores com ensino superior completo (14,49%) e os trabalhadores com ensino médio incompleto (12,69%).

**Tabela 9 – Trabalhadores por Escolaridade no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás – 2011 (%)**

	Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado	Total
<b>Brasil</b>	0,39	3,5	4,21	7,38	12,35	7,87	43,22	4,1	16,45	0,39	0,13	100
<b>Centro-Oeste</b>	0,45	4,72	4,79	9,43	11,54	11,33	38,16	3,9	15,36	0,25	0,07	100
<b>Goiás</b>	0,42	4,49	5,17	9,3	11,95	12,69	37,3	3,93	14,49	0,22	0,06	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

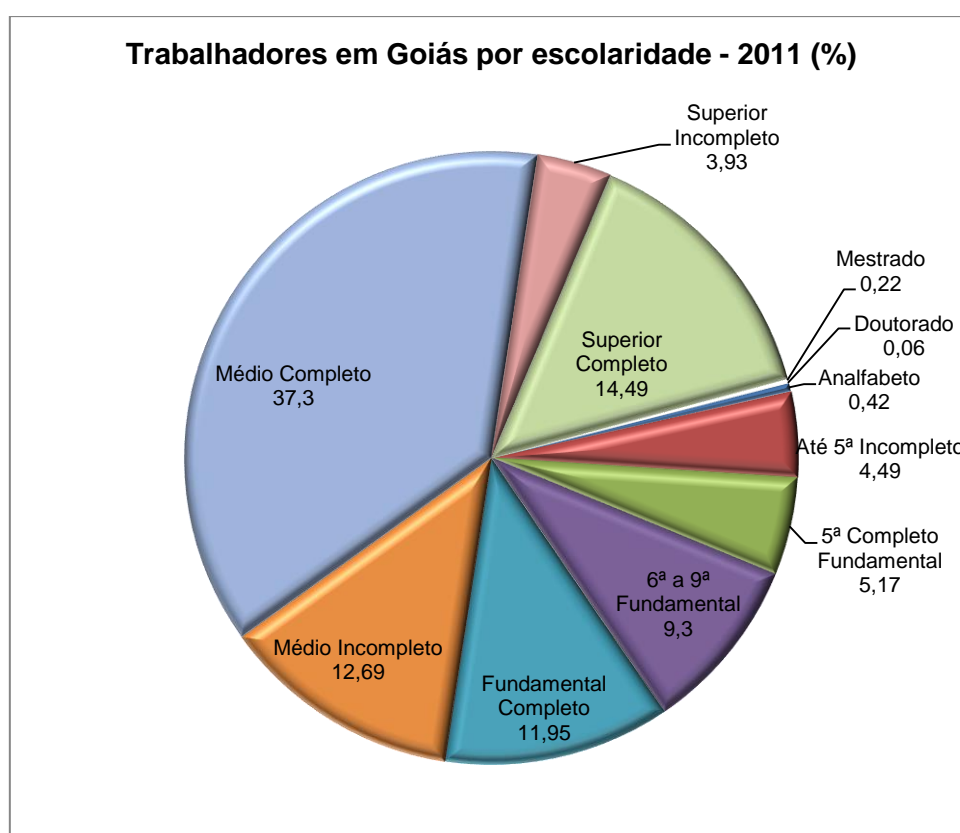


Gráfico 10 – Trabalhadores em Goiás por Escolaridade – 2011

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Conforme apresentado no Gráfico 11, os níveis de escolarização subiram de 2006 a 2011, com destaque para os níveis “ensino médio completo” e “ensino superior completo”, que cresceram mais rapidamente. O número de trabalhadores com ensino médio completo, em 1996, era muito próximo ao número de trabalhadores com fundamental completo, mas cresceu mais rapidamente a partir desse ano, sendo que, em 2010, já ultrapassava o dobro do número de trabalhadores com ensino fundamental

completo. O ensino superior também cresceu rapidamente, ultrapassando o número de trabalhadores com ensino fundamental completo.

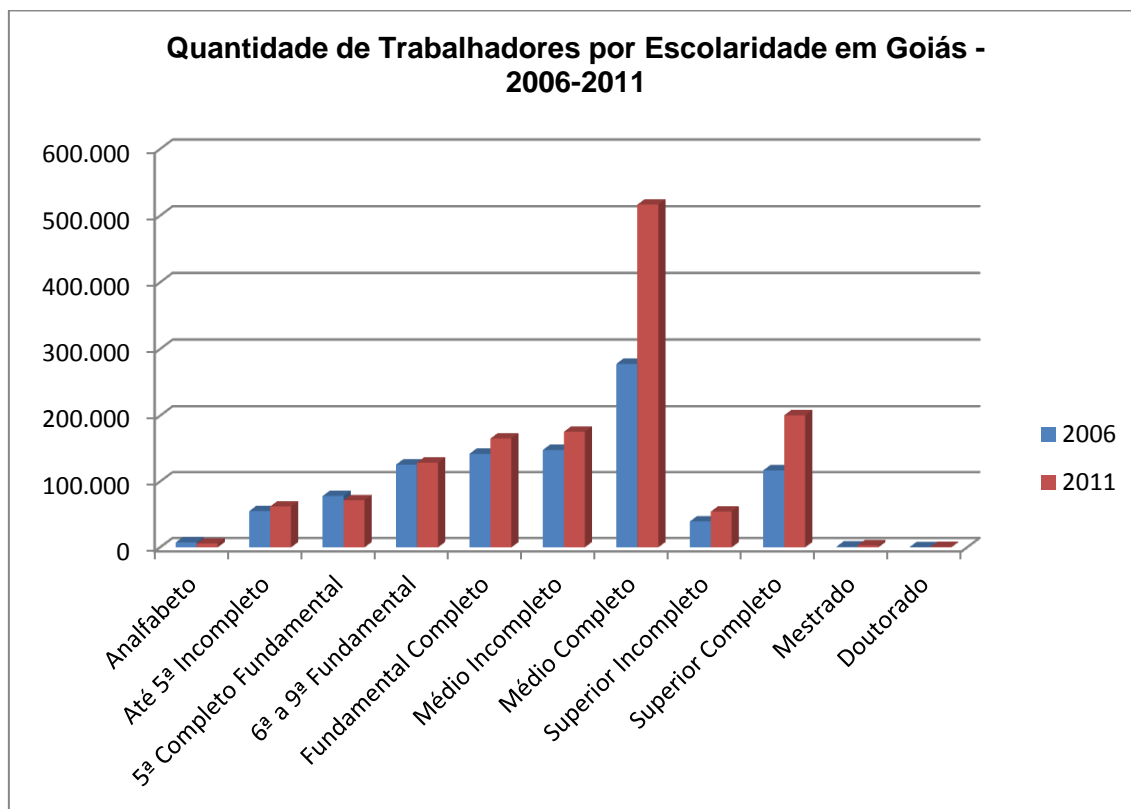


Gráfico 11 – Quantidade de Trabalhadores por Escolaridade em Goiás – 2006-2011  
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Verifica-se que apenas o número de analfabetos e de pessoas com escolaridade até o 5º ano do fundamental (classificação após 2005) sofreram decréscimos. O número de pós-graduados ainda foi bastante reduzido no Estado de Goiás.

## 7 Empregos Formais por Gênero

O Gráfico 12, que trata da participação no emprego por gênero entre 2002 e 2011, mostra que a participação feminina no mercado de trabalho em Goiás foi levemente menor do que a masculina, embora a quantidade de mulheres seja levemente superior a de homens, segundo a PNAD/IBGE 2009.

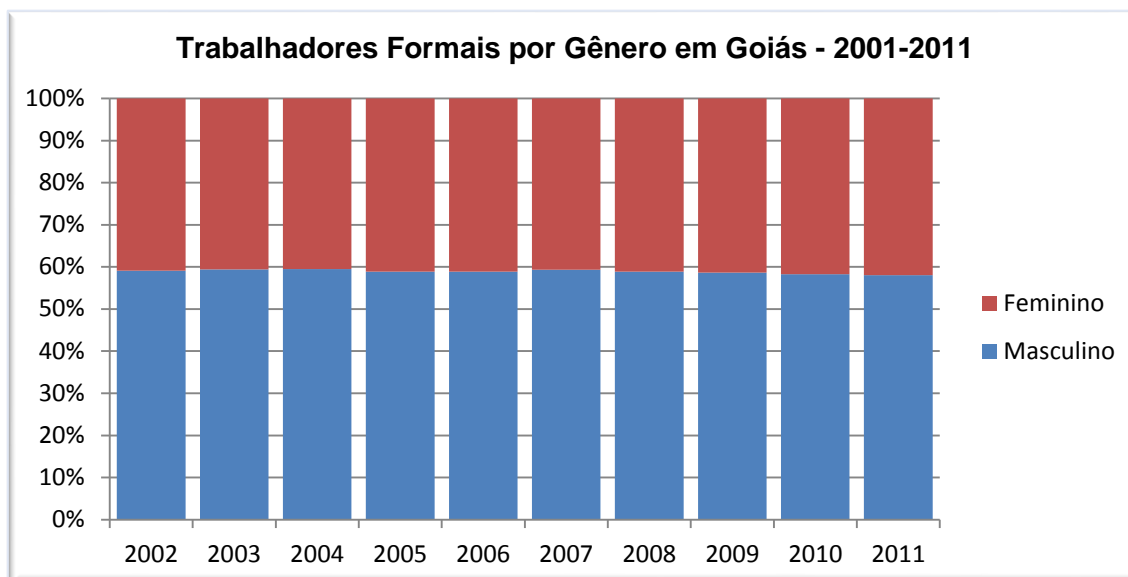


Gráfico 12 – Empregos Formais por Gênero em Goiás – 2002-2011  
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

É importante ressaltar que parte desta disparidade pode ser explicada, entre outros fatores, pelo fato de um grupo expressivo de mulheres se afastar do mercado de trabalho nas primeiras fases da criação dos filhos e também pelo fato das mulheres poderem se aposentar com menos tempo de contribuição previdenciária do que os homens. Tendo em vista que os dados só se referem aos vínculos formais, também pode contribuir para essa distorção o número expressivo de trabalhadoras domésticas sem vínculos formais.

## A EXPANSÃO CANAVIEIRA E OS EFEITOS SOCIAIS EM GOIÁS<sup>1</sup>

Adriano de Carvalho Paranaíba<sup>2</sup>

Glauco Leão Ferreira<sup>3</sup>

**RESUMO:** Em Goiás, o processo de ocupação do território acontece ainda nos dias atuais. A pecuária, o arroz, o milho e a soja que outrora avançaram sobre o cerrado goiano, aos poucos, vão cedendo área para a cana-de-açúcar. A expansão canavieira foi influenciada pelo aumento da demanda por etanol decorrente ao crescimento na venda de veículos bicompostíveis, principalmente na última década. Dessa forma, houve um aumento da área cultivada de cana-de-açúcar, demonstrando uma mudança de consumo da matriz energética. Assim, o objetivo do artigo é apresentar a preocupação de vários setores da sociedade é que, em muitas regiões, a colheita da cana é ainda feita manualmente através da poda e os problemas sociais advindos da migração da mão-de-obra, principalmente do Nordeste, que têm se agravado cada vez mais. Alguns municípios não estão prontos para receber esse grande número de pessoas, faltando infraestrutura nos centros urbanos em relação ao transporte, atendimento hospitalar e renda para esses trabalhadores no período da entressafra. A consequência é a fome, a miséria e a violência no campo, resultando em um maior sentimento de insegurança dos moradores locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Processo de ocupação; Expansão canavieira; Problemas Sociais; Infraestrutura; Sentimento de insegurança.

**ABSTRACT:** In Goiás, the process of occupation of territory it still happens today. Livestock, rice, corn and soybeans that once advanced on the savanna in Goiás, gradually give way area for cane sugar. The sugarcane expansion was influenced by increased demand for ethanol due to growth in sales of flex fuel vehicles, especially in the last decade. Thus, there was an increase in cultivated area of sugar cane, demonstrating a shift in consumption of energy. The concern of various sectors of society is that in many regions, the cane harvesting is still done manually through the pruning and associated social problems of migration of manpower, especially in the Northeast, has increasingly worsened. Some municipalities are not ready to receive this great number of people, lacking in urban infrastructure for transport, hospital care and income for these workers during the offseason. The result is hunger, misery and violence in the countryside, resulting in an increased feeling of insecurity among local residents.

**KEYWORDS:** Process of occupation; Sugarcane expansion; Social Problems; Infrastructure; Feeling of insecurity.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado no 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, realizado em Vitória (ES) em 2012 (ISBN 978-85-98571-08-9).

<sup>2</sup> Economista. Mestre em Agronegócio (UFG). Professor de Economia do IFG.

<sup>3</sup> Bacharel em Direito. Mestre em Agronegócio (UFG). Professor de Pós-Graduação de Direito da Faculdade Araguaia (GO).

## INTRODUÇÃO

Aguiar (2007)<sup>4</sup> ressalta que diversos países, e o Brasil em particular, reproduziram internamente o modelo de divisão do trabalho, que resultou em grandes discrepâncias espaciais, no que diz respeito ao processo de acumulação, acarretando as conhecidas desigualdades regionais. Referente à região Centro-Oeste, a autora aponta que sua incorporação mais efetiva ao mercado nacional está muito ligada às demandas do mercado nacional e internacional por produtos da agropecuária e das necessidades do processo de industrialização que se intensificaram no início do séc. XX.

Nos últimos anos, a demanda internacional por etanol cresceu muito devido à busca por novas fontes de energia renováveis e mais baratas. Nesse contexto, Ferreira (2010) menciona que o Brasil, atualmente, é o maior produtor mundial de etanol a partir da cana-de-açúcar, decorrente de uma recente expansão canavieira. O Estado de Goiás configura-se em área favorável ao cultivo de cana, através de suas características geoambientais, disponibilidade de infraestrutura existente para as agroindústrias sucroalcooleiras e terras mais baratas, ao se comparar com a região Sudeste brasileira.

Pesquisas em alguns municípios brasileiros que tiveram essa expansão do agronegócio indicaram a atração de trabalhadores rurais de diversas partes do país. Além de vários problemas sociais, evidenciou-se um aumento do sentimento de insegurança dos moradores locais relacionado à migração.

Assim, o objetivo desse artigo é analisar como o sentimento de insegurança decorre do desenvolvimento regional a partir da expansão canavieira. Portanto, este trabalho se divide em três partes, sendo que a primeira fará um breve histórico sobre a ocupação do solo goiano e o avanço do setor sucroalcooleiro em Goiás. A segunda parte abordará alguns dos problemas sociais gerados pela expansão do cultivo da cana-de-açúcar e a parte final verificará o sentimento de insegurança, uma das transformações sociais presentes nas sociedades da modernidade tardia.

---

<sup>4</sup> Maria do Amparo Albuquerque Aguiar demonstrou os vínculos estabelecidos entre as ideias de região e de divisão social do trabalho, sustentando que a teoria das vantagens comparativas integra a busca permanente pelo aumento de produtividade. “Integração das terras do Centro-Oeste: o caso de Goiás” tem como base as formulações liberais, especialmente as de Adam Smith e de David Ricardo.

## 1 A OCUPAÇÃO DO SOLO GOIANO E A EXPANSÃO CANAVIEIRA

Em Goiás, o processo de ocupação do território iniciou-se a partir dos anos 20 do século XVIII, pela ocupação do ouro. Pires (2000) afirma que os bandeirantes, expedicionários paulistas, na incessante busca por metais preciosos, desbravaram a região do Centro-Oeste e construíram os primeiros vilarejos no Estado de Goiás, às margens dos rios favoráveis à mineração.

Ultimando o período aurífero, a agropecuária passou a responder pelo desbravamento da fronteira goiana, empreendendo a posse das terras e articulando o gado como principal responsável pela economia regional.

De acordo com Chaul (2000), foi a partir de 1910 que a economia goiana passou a integrar a economia nacional, porém, foi um processo lento. Isso, porque o Estado de Goiás deparava-se com gargalos que tornavam difícil o seu desenvolvimento, pois havia carência de infraestrutura básica como pontes e estradas, contribuindo para elevar os custos da produção. À medida que o capitalismo se ampliava, fazia-se necessário a consecução dessa infraestrutura como, por exemplo, a malha ferroviária, fator que provocaria o desenvolvimento de regiões que, até então, não faziam parte do polo econômico.

O momento seguinte foi marcado pela Marcha para o Oeste desenvolvida a partir de 1940, destacando-se o discurso de Integração Nacional de Getúlio Vargas, o qual objetivava a ocupação de regiões supostamente isoladas.

Nesse sentido, Aguiar (2007) aponta que a inserção do Estado de Goiás no contexto nacional ocorreu a partir do pós-guerra:

O Estado, em princípio, manteve as suas condições de produtor, basicamente de produtos tradicionais (milho, arroz, feijão) e pecuária. Por outro lado, havia a tentativa de modernizar a produção, através do crédito e financiamento, interesse diretamente ligado à expansão de alguns ramos industriais. E a maior facilidade de financiamento ocorre notadamente a partir da década de 1960 (AGUIAR, 2007, p. 785).

Para Diniz (2006), o governo de Juscelino Kubitschek, por meio do Plano de Metas e também com a construção de Brasília, foi responsável por modificar a região do Centro-Oeste. Houve a criação de malhas rodoviárias e programas que marcaram o planejamento, o crescimento e a integração nacional dessa região.

Carrijo (2008) elenca que a partir de meados de 1970 houve investimento estatal, como a criação do Polocentro<sup>5</sup>. Ocorreu então a mudança da forma de produção de uma agricultura rudimentar e de uma pecuária extensiva através de adoção de pacotes tecnológicos da Revolução Verde (tecnologia em genética, equipamentos, insumos, fertilizantes e sementes). A autora exemplifica que o Sudoeste goiano, caracterizado por uma cultura capitalista com terras de propriedade privada, foi alvo de um pacote tecnológico que corrigiu a acidez do solo, resultando em uma maior fertilidade da terra.

Como consequência, a produção de gado e arroz foi dando espaço para o cultivo da soja, até então não cultivada nessa região. Aos poucos, há um deslocamento do plantio dessa leguminosa para outras áreas da federação e o cultivo da cana-de-açúcar vem sendo expandido, proporcionando um novo dinamismo na agricultura goiana.

De acordo com Silva e Miziara (2010), em Goiás, a história da cana-de-açúcar não é recente, pois já em 1935 existiam nos municípios goianos cerca de 1400 engenhos, ressaltando que na safra de 1940 houve uma produção de 166.833 toneladas de cana. A produção se elevou até 1988, em seguida, uma queda, com um novo impulso em 1996, chegando a 19,85 milhões de toneladas em 2008 (Figura 1).

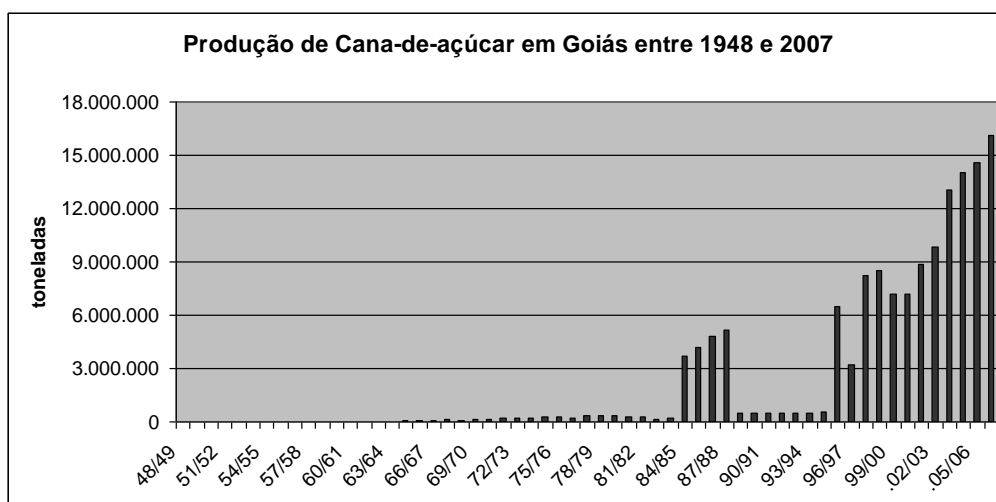


Figura 1 - Histórico da produção de cana-de-açúcar em Goiás entre 1948 e 2007.  
Fonte: IBGE (2009).

<sup>5</sup> O POLOCENTRO foi criado em 1975 e teve como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do Estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial.



Segundo Vieira (2007), na primeira grande crise mundial do petróleo, ocorrida em 1973, o país importava cerca de 80% de sua necessidade de consumo. Para enfrentar essa crise, o governo federal idealizou três programas: a substituição do diesel, do óleo combustível e da gasolina por outras fontes internas de energia.

O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi criado em 1975, com a função de regulamentar o uso do álcool anidro misturado à gasolina em todo o país, para reduzir a importação de óleo cru e conter, dessa forma, uma crise no balanço de pagamentos.

Com o Proálcool, o governo lançou uma grande operação de financiamento, contando, mesmo, com recursos do Banco Mundial, o que possibilitou o aumento das áreas plantadas com cana-de-açúcar.

Silva, Aguiar, Rudorff, Sugawara e Aulicino (2009) avaliam que a expansão canavieira é caracterizada por áreas que nas safras anteriores eram destinadas a outros usos do solo e na safra corrente estão sendo cultivadas com cana-de-açúcar e estarão disponíveis para colheita pela primeira vez. Também são consideradas as lavouras de cana-de-açúcar que foram convertidas em outro uso por um período igual ou maior a duas safras e voltaram a ser cultivadas com cana.

A área cultivada com cana-de-açúcar na região Centro-Sul vem aumentando a cada safra analisada, segundo mapeamento da cana via imagens de satélite do Projeto Canasat<sup>6</sup>. Os Estados de Goiás (Figura 2), Mato Grosso do Sul e Minas Gerais registraram os maiores crescimentos na área disponível para colheita, pois, entre as safras 2005/06 e 2008/09, eles cresceram 126,2%, 99,9% e 99,2%, respectivamente.

O Estado de São Paulo, o maior produtor de cana-de-açúcar do País, concentrou 67,6% da área total disponível para colheita na região Centro-Sul na safra 2008/09 (Figura 3).

---

<sup>6</sup> O projeto CANASAT do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE fornece informações sobre a distribuição espacial da área cultivada com cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil utilizando imagens de satélites de sensoriamento remoto. O mapeamento é realizado desde 2003 para o Estado de São Paulo e desde 2005 para os demais estados produtores de cana da região centro-sul: Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Paraná (INPE, 2010).

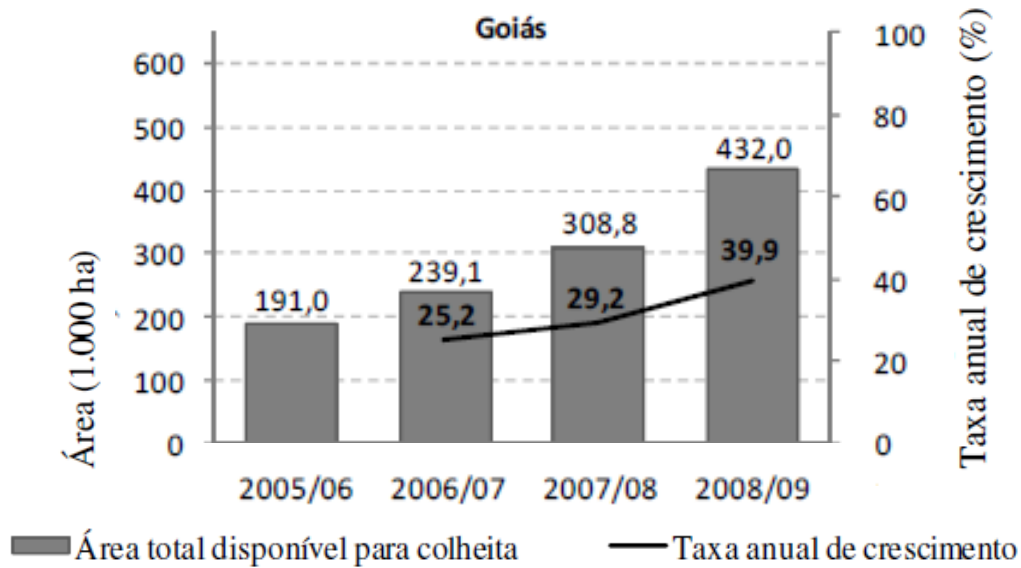


Figura 2 - Evolução da área disponível para colheita da safra 2005/06 à safra 2008/09 para o Estado de Goiás.

Fonte: INPE, 2009.

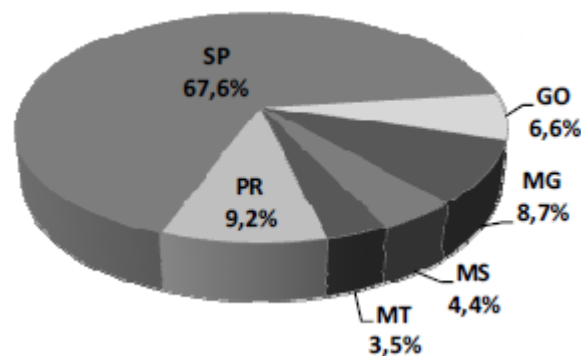


Figura 3 - Representatividade dos Estados na área total disponível para colheita na região Centro-Sul – safra 2008/2009.

Fonte: INPE, 2009.

Silva et al. (2009) conclui, a partir desse sensoriamento remoto, que um dos principais fatores que influenciaram a expansão do cultivo de cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil foi o aumento da demanda por etanol devido ao crescimento, nos últimos anos, na venda de veículos bicombustíveis. Assim, foi necessário aumentar tanto a área cultivada como a produtividade da cana-de-açúcar no Brasil, demonstrando também o interesse mundial em diminuir a dependência pelos combustíveis fósseis com o intuito de diversificar a matriz energética.

## 2 EFEITOS SOCIAIS DO CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR

Ferreira (2010) ressalta que o Brasil vem se destacando ao ser, atualmente, o maior produtor de etanol de cana-de-açúcar do mundo. Nessa recente expansão canavieira, o Estado de Goiás configura-se em área favorável ao cultivo de cana, seja pelas características geoambientais e/ou infraestrutura existentes e terras mais baratas, se comparado à região Sudeste.

A autora aponta que as usinas dinamizam socioeconomicamente o Estado movimentando a economia, gerando novos empregos e trazendo novas relações entre o empreendimento e os moradores, os comerciantes/prestadores de serviço e produtores rurais, porém há a incidência negativa de alguns fatores:

Contudo, esses complexos empreendimentos trazem uma série de impactos negativos, como a sazonalidade na geração de empregos, devido ao período da entressafra e a precarização do trabalho, sobretudo, relacionado ao corte e colheita manual da cana (FERREIRA, 2010, p. 8).

Há ainda de considerar o inchaço urbano, devido à vinda de migrantes para trabalhar na colheita manual da cana-de-açúcar e ao êxodo rural causado, principalmente, pelos arrendamentos, onde sem o prévio planejamento, os municípios não possuem infraestrutura suficiente para comportar a vinda de aproximadamente 1000 pessoas de uma só vez.

Gomes e Teixeira Neto (1993) analisam os efeitos do êxodo rural:

Causa o inchaço das cidades por uma massa populacional despreparada para o trabalho urbano, superpovoamento de bairros pobres, sem conforto, sem moradia decente, sem assistência social adequada e, o que é pior, sem esperança de uma vida melhor (GOMES E TEIXEIRA NETO, 1993, p. 82).

Ferreira (2010) avalia que a infraestrutura refere-se à saúde, educação, segurança pública, moradia e saneamento básico. Além disso, em relação ao corte da cana, há uma quantidade mínima diária de toneladas que força o trabalhador<sup>7</sup> a se sacrificar fisicamente, para obter produtividade, e, mentalmente, pois este, na maioria das vezes, não consegue ser alocado em outra função que receba um salário igual ao do cortador de cana.

---

<sup>7</sup> “Segundo recente notícia, Antônio da Silva de 28 anos de idade, alagoano, considerado um dos melhores cortadores de cana pelos colegas, faleceu em função do excessivo esforço, provocando-lhe dores, câimbras e a morte, numa usina do município de Denise-Mato Grosso, em 29 de set. de 2005” (*Jornal do Comércio*, Especial, Morte e vida de um sonho Severino, Recife, 28 de maio de 2006, p. 9).

A queima da palha da cana é um recurso utilizado pelas usinas sucroalcooleiras para a realização do corte, sendo, portanto, necessário eliminar a palha, pois essa dificulta o corte e pode ferir o trabalhador.

Nesse contexto, Ometto (2005) evidenciou os impactos causados pelas partículas resultantes da queima da cana-de-açúcar e sua distribuição espacial e tem-se que o lançamento de partículas poluentes na atmosfera, dentre elas, fuligem, monóxido de nitrogênio (NO), dióxido de nitrogênio (NO<sub>2</sub>), amônia (NH<sub>3</sub>) e dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), estão diretamente relacionadas a doenças respiratórias e circulatórias, tais como: asma, hipertensão, câncer de pulmão e até mesmo o raro câncer peniano.

Silva e Martins (2006) mencionam que a busca por maior produtividade obriga os cortadores de cana a colher até 15 toneladas por dia. Esse esforço físico encurta o ciclo de trabalho na atividade.

Nas atuais condições, passaram a ter uma vida útil de trabalho inferior à do período da escravidão, sendo que nas décadas de 1980 e 1990, o tempo em que o trabalhador do setor ficava na atividade era de 15 anos. Desde 2000, pressionado a produzir mais, o trabalhador atua cerca de 12 anos, como na época da escravidão.

Em algumas regiões ainda é grande a precariedade das relações de trabalho no setor. Em 1993, 25% dos cortadores de cana de Pernambuco tinham entre 7 e 17 anos de idade. Desse montante, 42,2% não recebiam salários e 89,7% não eram registrados legalmente. Muitas vezes estas crianças são integradas ao trabalho pelos próprios pais, como forma de incrementar os níveis de produção e alcançar as elevadas cotas de produção definidas para cada trabalhador remunerado no corte de cana (ARAÚJO, 1999).

### 3 O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

De acordo com a pesquisa de Andrade (2003) no interior de São Paulo, há registros do uso de drogas - maconha e crack - para o aumento da capacidade de trabalho durante o corte da cana.

A maconha alivia as dores nos braços, já que para o corte de 10 toneladas de cana, são necessários quase 10 mil golpes de facão. Quanto ao crack<sup>8</sup>, trata-se de uma droga estimulante, possibilitando maiores ganhos de produtividade, atenuando o cansaço físico.

---

<sup>8</sup> “Eu parecia um raio no corte. Era o meu Biotônico Fontoura. O crack me deixava um touro, eu esquecia de tudo, a concentração no corte era total”, afirma A.A.S., 25 anos, que começou como cortador de cana aos

Para a autora, a invasão do entorpecente no canavial é consequência da violência social e moral existente na cadeia produtiva da cana-de-açúcar desde o Brasil colonial. Mesmo com a modernização tecnológica nesta década e o aumento da demanda do etanol no Brasil e no mundo, o setor se baseia em uma cultura de trabalho arcaica, com trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão. A ausência de recursos públicos na assistência às populações rurais faz com que informações sobre a droga não cheguem a esses indivíduos.

Silva e Martins (2006) contextualizam que este fato, além de invisível, é proibido, pois, numa sociedade permeada pela violência como a brasileira, o silêncio, muitas vezes, é uma estratégia de sobrevivência. O aumento da taxa de exploração põe em risco não somente a força de trabalho, como também o próprio trabalhador.

Santos (2004) analisa a violência difusa na sociedade como os fenômenos de violência que adquirem novos contornos, passando a disseminar-se por toda a sociedade. São multiplicidades das formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas – violência ecológica, exclusão social, violência entre os gêneros, racismos, violência na escola, no trânsito – processo de dilaceramento da cidadania. Ainda complementa:

As diferentes formas de violência presentes em cada um dos conjuntos relacionais que estruturam o social podem ser explicadas se compreendermos a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social. A ideia de força, ou de coerção, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia, a um grupo etário ou cultural (SANTOS, 2004, p.8).

Segundo Dirk et al. (2004), a violência e a criminalidade tornaram-se um problema comumente mencionado nas grandes cidades, considerando que o sentimento de insegurança se estrutura mais a partir de percepções subjetivas dos fatos acontecidos e menos de percepções objetivas quanto à proximidade do perigo ou do risco da violência e do crime.

Os autores evidenciam que as percepções subjetivas se referem a um sentimento de insegurança, que se define também como uma inquietação e se cristaliza através do crime e nos seus atores, definido em dois níveis ideal-típicos desse sentimento: o medo e a preocupação com a ordem. O medo é uma construção social, onde se teme o que se

---

14 em Santa Adélia – SP e se viciou em crack no canavial em 2007. Com três meses de uso contínuo, o usuário começou a sentir os efeitos devastadores: cansaço físico, aumento da frequência cardíaca e fissura pela droga (ABREU, Allan de Abreu – **Nova praga na lavoura: bóias-frias se viciam em crack para cortar mais cana-de-açúcar.** diarioweb.com.br. São José do Rio Preto, 8 de junho de 2008.)

considera ser um grande perigo e não os riscos mais frequentes. O crescimento efetivo dos índices de criminalidade não seria capaz, assim, de explicar o medo e o sentimento de insegurança.

Por outro lado, as percepções objetivas se remetem aos aspectos sociológicos do crime – crime organizado, tráfico de armas e de drogas, crimes de “colarinho branco”, crimes cibernéticos, crimes contra a vida, o patrimônio, a liberdade sexual.

O sentimento de insegurança associado à cidade faz-nos pensar à primeira vista que a criminalidade e a delinquência acompanham a urbanização, o crescimento econômico, o aumento dos bens de consumo, a modificação dos estilos de vida e dos valores. É na cidade que se verificam dois fenômenos cruciais para a compreensão da sociedade contemporânea, a individualização e a mobilidade espacial e social, no entanto é preciso ter em mente também a multiplicidade das cidades, os diferentes modos de vida, diferentes modos de relacionamento, diferentes tensões e projetos, diferentes definições das mesmas situações, que se encaixam numa lógica de integração ou de marginalização (DIRK et al., 2004, p. 7).

Machado da Silva (2000) aponta que, como problema social, a violência urbana é uma construção das vítimas atuais ou potenciais, que se reconhecem como participantes subalternas de duas ordens sociais coexistentes. O problema é essa coexistência, que expressa de maneira clara a fragmentação da vida cotidiana nas grandes cidades brasileiras, instaurando um inusitado paralelismo entre formas de vida reciprocamente incompatíveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade sucroalcooleira afetou profundamente o processo de desenvolvimento de Goiás e, atualmente, representa uma das principais atividades agrícola e econômica, gerando empregos e impostos.

Municípios goianos que tiveram essa expansão do agronegócio indicaram a atração de trabalhadores rurais de diversas partes do país. Além de vários problemas sociais, evidenciou-se que esses municípios não estão prontos para receber esse grande número de pessoas, faltando infraestrutura nos centros urbanos para esses trabalhadores no período da entressafra.

Há registros do uso de drogas - maconha e crack - para o aumento da capacidade de trabalho durante o corte da cana, possibilitando maiores ganhos de produtividade, atenuando o cansaço físico. Após alguns meses de uso contínuo, o usuário começou a

sentir os efeitos devastadores: cansaço físico, aumento da frequência cardíaca e fissura pela droga.

A dependência da droga aliada à ociosidade pela falta de trabalho no período da entressafra pode levar o trabalhador braçal da cana a desenvolver desvios de comportamento, transgressões e até cometer crimes. Não é um fato peculiar ao boia-fria, mas a todo usuário que, em busca de saciar seu vício, tenta encontrar refúgio na violência.

O aumento do consumo de droga em um município canavieiro gera uma maior atividade do tráfico e este desenvolve um efeito semelhante em outros delitos (Quadro 1). A violência é incrementada, assim como a sensação de insegurança por parte dos moradores desse município.

#### Quadro 1 - Indicadores Criminais Agregados.

Grupos	Subgrupos
Crimes Violentos Letais e Intencionais	Homicídios Dolosos, Roubo Seguidos de Morte e Lesões Seguidas de Morte
Crimes Violentos Não Letais contra a Pessoa	Tentativas de Homicídio, Estupros, Atentados Violentos ao Pudor e Torturas
Crimes Violentos contra o Patrimônio	Roubo e Extorsões Mediante Sequestro
Delitos de Trânsito	Homicídios Culposos e Lesões Corporais Culposas Resultantes de Acidentes de Trânsito
Delitos Envolvendo Drogas	Tráfico, Uso e Porte de Drogas

Fonte: SENASP (2006).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. **Integração das terras do centro-oeste: o caso de Goiás.** Estudos, Goiânia, v. 34, n.º 9/10, p. 783-802, set./out. 2007.

ANDRADE, Arlete Fonseca. **Cana e crack: sintoma ou problema? Um estudo sobre os trabalhadores no corte de cana e consumo do crack.** Dissertação em Psicologia. PUC-SP, São Paulo, 2003.

ARAÚJO, T. C. de. **Trabalhadores invisíveis – crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco.** Centro Josué de Castro – GT. Condições de Vida e Trabalho de Crianças e Adolescentes; Recife, 1999.

CARRIJO, Ed Licys de Oliveira. **A expansão da fronteira agrícola no Estado de Goiás: setor sucroalcooleiro.** Monografia Mestrado. UFG. 2008.

CHAUL, Nasr Fayad. **Marchas para o oeste.** In: Relações Cidade-campo: Fronteiras, 2000.

DINIZ, Bernado Palhares Campolina. **O grande cerrado do Brasil central: geopolítica e economia**. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DIRK, Renato Coelho et al. **Avaliando o sentimento de insegurança nos bairros da cidade do Rio de Janeiro**. Núcleo de Pesquisa de Segurança Pública do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUPESP/ISP), 2004.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes. **A evolução do setor sucroalcooleiro na microrregião Ceres (GO): dinâmica espacial e impactos sócio-econômicos**. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Monografia Mestrado. UFG. 2010.

GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A. **Geografia: Goiás – Tocantins**. Goiânia: UFG, 1993.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Violência e agenda pública**. Revista Democracia Viva n.º 8, 2000.

OMETTO, Aldo Roberto et al. **Mapeamento de potenciais de impactos ambientais da queima de cana-de-açúcar no Brasil**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, XII, 16-21 abr. 2005, Goiânia, Brasil, Anais eletrônicos. Disponível em: <http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr>. Acesso em 12 jan 2011.

PIRES, Mauro Oliveira. **Região centro-oeste: consolidando a fronteira**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://ifas.org.br>. Acesso em 7 de janeiro de 2011.

SANTOS, José Vicente Tavares dos Santos. **Violências e dilemas do controle social nas sociedades da modernidade tardia**. São Paulo em Perspectiva, 18 (1): 3-12, 2004.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP. **Análise das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civas (Jan-2004 a Dez-2005)**. Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenv. de Pessoal em Segurança Pública, 2006. 82 p.

SILVA, A. A.; MIZIARA, F. **A expansão da fronteira agrícola em Goiás e a localização das usinas de cana-de-açúcar**. Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás, 2010.

SILVA, M. A. de M. S.; MARTINS, R. C. **Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio**. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 91-106, set. 2006.

SILVA, W. F. et al. **Análise da expansão da área cultivada com cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil: safras 2005/2006 a 2008/2009**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14. (SBSR), 2009, Natal. Anais... São José dos Campos: INPE, 2009. p. 467-474. DVD, On-line. ISBN 978-85-17-00044-7. (INPE-16028-PRE/10637).

VIEIRA, Maria Célia Azeredo. **Setor sucroalcooleiro brasileiro: evolução e perspectivas**. Perspectivas do investimento 2007/2010. Rio de Janeiro: BNDES, 2007. 348 p.



## TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E ESTRUTURA E FORMAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL, DOS ANOS 1950 AOS ANOS 1990

Walmir Barbosa<sup>1</sup>

**RESUMO:** A estrutura e as formas de financiamento da economia brasileira, dos anos 1950 aos anos 1990, refletiram a consolidação, o desenvolvimento e a transição dos padrões de reprodução do capital, em termos mundiais, e dos modelos econômicos e seus padrões de acumulação e financiamento, em termos nacionais. Neste período, foram preservados a concentração e o poder do Sistema Bancário Nacional de cobrar elevados *spreads* e de especular com títulos públicos, sob a proteção do Estado. Processos como o livre fluxo de capitais, o agigantamento da dívida pública e a diversidade e complexidade das aplicações financeiras determinaram a financeirização da economia, com a propriedade e a rentabilidade financeira compondo de forma significativa os ganhos de bancos, empresas e famílias. Nesse contexto, o Estado rendeu-se à dívida pública interna, instrumento central da financeirização, e a hegemonia do bloco no poder foi transformada, com a fração burguesa industrial cedendo lugar para a fração burguesa bancário-financeira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia, estrutura e financiamento.

### INTRODUÇÃO

A estrutura e as formas de financiamento de uma economia encontram-se determinadas por aspectos como o padrão de reprodução do capital que vigora internacionalmente e os modelos econômicos e seus padrões de acumulação e financiamento que são estruturados no contexto da trajetória política e econômica de cada país.

O objetivo deste texto é identificar a estrutura e as formas de financiamento da economia brasileira dos anos 1950 aos anos 1990, à luz das transformações econômicas em curso no país, com atenção aos aspectos externos e internos que as condicionaram.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFG, historiador pela UFG, professor e pesquisador orientador do Observatório do Mundo do Trabalho do IFG.

## 1 METODOLOGIA

No âmbito da abordagem econômica marxista, existem diferentes unidades de análises que vão desde as mais abstratas às mais concretas, onde se podem distinguir conceitos como modo de produção, sistema mundial, formação econômico-social, padrão de reprodução do capital e conjuntura. Estas e outras unidades de análises concorrem para a compreensão (sob uma estrutura social, período histórico e espaço geográfico) das articulações assumidas pelo processo de reprodução do capital como parte de uma ‘totalidade’ de relações, bem como para a identificação das contradições sobre os quais ele se estabelece (OSORIO, 2004).

Nessa direção, a abordagem dialética materialista histórica pode lançar mão de conceitos e noções que permitem, em nível da abstração teórica, recompor os múltiplos fatos empíricos estudados. As noções de padrão de reprodução do capital, de modelo econômico e de padrão de acumulação e financiamento concorrem para a compreensão do processo de reprodução do capital em termos mais gerais, dominante e mundializado<sup>2</sup>, bem como para a identificação das especificidades regionais e nacionais. Essas noções não anulam o caráter hierárquico que as economias capitalistas nacionais assumem no sistema capitalista como países de desenvolvimento capitalista central, periférico e semiperiférico, mas concorrem para a caracterização de fases e períodos do processo de reprodução do capital, permitindo identificar as continuidades e descontinuidades presentes no referido processo.

Essas noções permitem, ainda, superar tendências fragmentárias presentes em diversas análises econômicas contemporâneas. Realidades como capital financeiro, processos de trabalho, análises econômicas setoriais, crises etc. não raramente são abordados de forma isolada. Todavia, estas e outras realidades estão relacionadas e interdeterminadas por uma rede de relações que uma abordagem apoiada em noções que capturem e expressem a realidade a partir da idéia de estrutura pode revelar.

Quando estabelece certas regularidades no seu processo de reprodução ao longo de um determinado período histórico, o capital institui um padrão que é uma estrutura de relações de reprodução. Um padrão de reprodução envolve aspectos como os setores

---

<sup>2</sup> O conceito de mundialização difere do conceito de globalização. Enquanto este é utilizado com a finalidade de descrever um processo que, teoricamente, culminará com a derrocada das barreiras nacionais, o termo mundialização implica apenas uma lógica diferente de atuação político-econômica dos Estados Nacionais.

e ramos que recebem os maiores investimentos de capital e que se tornam os mais dinâmicos, a estrutura e formas de financiamento da economia conformados, o padrão tecnológico e organizacional da produção adotado, o papel atribuído ao Estado, bem como as habilidades e competências requeridas dos trabalhadores, as formas de arregimentação da força de trabalho, a regulação da relação capital-trabalho, e assim por diante.

A noção de padrão de reprodução do capital se constitui em um recurso de análise que permite estabelecer mediações entre o nível abstrato mais geral de análise (o qual se expressa no esquema de reprodução simples e ampliada do capital) e o histórico (que materializa a forma assumida pela reprodução do capital ao longo de um determinado período histórico) em escala mundial. A noção de modelo econômico permite a materialização da multiplicidade de formas específicas que o padrão de reprodução do capital assume em cada sociedade capitalista específica, em decorrência de aspectos como as características das suas estruturas produtivas, os recursos naturais disponíveis e a forma de sua inserção no mercado mundial. A noção de padrão de acumulação e financiamento procura identificar as bases sobre as quais foram edificadas a acumulação e o financiamento de um modelo econômico.

As referidas noções permitem a apreensão das modalidades e formas assumidas pelo desenvolvimento capitalista, tanto em termos históricos mais abrangentes e comuns às diversas sociedades quanto em termos históricos mais estritos e específicos a uma sociedade determinada, numa dimensão de tempo de média e de longa duração. Subjacente a essas noções, fazem-se presentes elementos como a estrutura heterogênea do desenvolvimento do sistema capitalista, em termos de países de desenvolvimento central, periférico e semiperiférico, a qual retrata a dominação e o grau de dependência entre os Estados e regiões; a divisão internacional do trabalho, que define a forma de inserção de cada sociedade capitalista no mercado mundial; a noção de ciclos de crescimento e de retração econômica (sob formas variadas de crises), que permite apreender as reorientações da produção capitalista ou os limites da sua reprodução segundo características e contradições intrínsecas a ela; e a conjuntura vivenciada pela produção e reprodução do sistema capitalista, que permite identificar a disposição da relação capital-trabalho, a influência dos Estados nacionais no mercado mundial, a conjuntura de um ciclo reprodutivo etc.

Estas noções permitem historicizar, no desenvolvimento da economia capitalista, a ascensão, o auge e o declínio dos padrões de reprodução do capital e, por

consequência, dos modelos econômicos e dos padrões de acumulação e financiamento, bem como os períodos e formas assumidas nas transições para novos padrões e modelos. Portanto, este artigo propõem a compreensão da estrutura e formas de financiamento no Brasil, dos anos 1950 aos anos 1990, à luz das estruturas de relações que informam as transformações econômicas em curso no período, com base em conceitos e noções abrigados no método dialético materialista histórico.

## **2 CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA E FORMAS DE FINANCIAMENTO DOS ANOS 1950 AOS ANOS 1980**

Entre o final dos anos 1940 e meados dos anos 1970, vigorou o padrão de reprodução do capital fordista-keynesiano<sup>3</sup>. Ele foi marcado por aspectos como o controle acentuado dos fluxos internacionais de mercadorias e de capitais, a forte intervenção do Estado na economia e a vigência do ‘modo de regulação social fordista’.

O sistema monetário-financeiro internacional<sup>4</sup> integrado ao referido padrão, foi regulado pelo Acordo de Bretton Woods, que vigorou até o início dos anos 1970. As principais características desse acordo foram o controle sobre a mobilidade de capitais, o regime de taxas de câmbio administrado, o controle dos bancos centrais pelos governos nacionais e a autonomia da política econômica doméstica. O controle do sistema bancário-financeiro, em termos nacionais e internacionais, e da movimentação internacional de capitais especulativos, concorreu, respectivamente, para a segmentação dos sistemas bancários nacionais e a contenção de processos de desnacionalização dos referidos sistemas. Quanto ao papel do dólar, embora fosse convertido na moeda de conta internacional, foi assegurada aos países detentores de divisas externas em dólar a sua livre conversão em ouro (TAVARES E BELLUZZO, 2004).

---

<sup>3</sup> Um marco da transição para esse padrão foi a política econômica de inspiração keynesiana do Governo Franklin Roosevelt, nos Estados Unidos, nos anos 1930.

<sup>4</sup> O sistema monetário-financeiro internacional (SMI) apoia-se sobre três elementos: o grau de liberdade do movimento de capitais, o regime cambial (estabilidade ou flexibilidade das taxas de câmbio fixas ou flexíveis) e o grau de autonomia da política econômica. Eles formam a “trindade impossível”, ou seja, somente é possível combinar dois elementos de cada vez (grande mobilidade de capitais, câmbio fixo ou política econômica independentes), ficando o terceiro excluído. A cada combinação, por sua vez, corresponde a uma ordem financeira internacional vigente em um período histórico determinado (CARNEIRO, 2002).

No Brasil, dos anos 1930 aos anos 1940, teve início a transição do modelo econômico liberal-agroexportador para o modelo econômico desenvolvimentista. Nos anos 1950, este modelo se consolidou como parte integrante do padrão de reprodução do capital fordista-keynesiano.

Entre os anos 1930 e meados dos anos 1950, vigorou o padrão de acumulação e financiamento dependente-autofinanciado, que se pautou pela aquisição internacional de bens tecnológicos, de bens intermediários e de bens de consumo duráveis, viabilizados por meio das divisas externas geradas pelas exportações agropecuárias. Entre meados dos anos 1950 e final dos anos 1980, vigorou o padrão de acumulação e financiamento dependente-associado, que se caracterizou pela exportação de bens agropecuários e minerais, pela entrada de investimentos diretos estrangeiros na forma das filiais das multinacionais e pelo padrão de endividamento externo estabelecido junto a governos e instituições multilaterais.

## **2.1 Estrutura e formas de financiamento entre os anos 1930 e meados dos anos 1950**

A primeira fase da conformação da atual estrutura e formas de financiamento no Brasil estendeu-se da Revolução de 1930 ao Plano de Metas. Elas foram requeridas como parte do processo de consolidação do capitalismo sobre bases industriais e em transição para a indústria moderna, sob estágio monopolista de caráter nacional e estatista<sup>5</sup>. O Estado, implementando forte intervenção e regulação, dirigiu a conformação da estrutura e as formas de financiamento, mas determinando uma relação público-privada cuja acumulação era intensificada em favor dos interesses privados e os ônus conjunturais decorridos de crises e depressões da taxa de acumulação, eram transferidas para o Estado - característica que se fez presente ao longo da história da economia brasileira do século XX.

Embora o bloco no poder refletisse a hegemonia da fração burguesa industrial paulista e a elite política conduzissem o processo de industrialização por substituição de importações, as frações burguesas bancária e industrial paulista não conformaram um

---

<sup>5</sup> A estrutura e as formas de financiamento de uma economia acompanham o estágio de desenvolvimento dessa própria economia, que no capitalismo ocidental expressaram-se como as fases concorrencial nacional, monopolista nacional e oligopolista internacional, bem como as configurações de independência, dependência e interdependência das economias nacionais.

pacto que imprimisse a estrutura e as formas de financiamento características do capital financeiro, isto é, o capital bancário não liderou e/ou aglutinou grupos industriais e/ou assumiu propriedade industrial. De fato, poucos capitais bancários privados se voltaram para as operações de financiamento produtivo e as indústrias privadas nacionais em estágio pré-monopolista não demandavam grandes volumes de financiamentos, de modo que as condições materiais para a constituição do capital financeiro no Brasil não estavam dadas e a configuração do bloco no poder não refletia a possibilidade de relações econômicas nas quais as indústrias figurassem lideradas por bancos.

A conformação da estrutura e formas de financiamento do sistema bancário nacional refletiu o contexto político e econômico. Os bancos privados nacionais realizavam a intermediação financeira, ofertando crédito de curto e de médio prazo, basicamente voltados para o financiamento do consumo. A forte relação entre o Estado e o capital bancário privado nacional, por sua vez, assegurou baixo risco nas atividades de financiamento e nas aplicações alternativas aos ofertantes e demandantes de crédito. A constituição dos bancos de financiamento produtivo foi assumida, fundamentalmente, pelo Estado.

Os bancos privados nacionais passaram a explorar a inflação e o consumo de bens de elevado valor agregados como os principais geradores de ganhos, respectivamente, pela via da intermediação e especulação financeira tradicional em torno de títulos públicos e dos valores irrealistas incorporados no financiamento do consumo. Uma ampla estrutura bancária foi sendo estendida sobre o território nacional tendo em vista explorar as referidas especulação e intermediações, cujos ganhos obtidos asseguravam, por sua vez, a cobertura dos custos da contínua expansão da referida estrutura.

Conforme Corrêa e Adati (2004), a estrutura e as formas de financiamento das atividades produtivas ficaram a cargo dos bancos públicos (BNDES e Banco do Brasil). As condições favoráveis em termos de custos de financiamento e de alargamento de prazos para os setores produtivos industriais, foram viabilizadas por meio de arranjos financeiros que se apoiavam sobre os adicionais do imposto de renda dirigidos para o BNDES e a emissão inflacionária realizada pelo Banco do Brasil. Os bancos públicos de financiamento, prioritariamente voltados para apoiar o processo de diversificação industrial, completavam a lógica privatista do Estado.

## **2.2 Estrutura e formas de financiamento nos anos 1960 e 1970**

A fase final de conformação da estrutura e formas de financiamento da economia brasileira, sob a vigência do modelo econômico desenvolvimentista, ocorreu nos anos 1960, no contexto da consolidação do padrão de acumulação e financiamento dependente-associado. A perspectiva era ampliar as condições de financiamento de consumo após a maturação dos investimentos diretos estrangeiros realizados desde o Plano de Metas, em especial das indústrias multinacionais que se voltavam para a produção de bens de consumo duráveis. Esta fase foi conduzida por meio da reforma monetário-financeira dos anos 1960.

No âmbito do sistema de crédito, foram criadas as novas formas de alavancagem de recursos para a construção civil, por meio do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, de financiamento para as famílias (por meio da consolidação das instituições financeiras) e de financiamento agrícola (por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural). Para o financiamento do investimento, foram estabelecidas regulações com o objetivo de incentivar o desenvolvimento do mercado de capitais e de fazê-lo articulado aos Bancos de Investimento.

Foi criado o sistema de emissão de títulos de dívidas, tendo em vista mobilizar capitais. Destacaram-se os títulos públicos pós-fixados (cambiais e com correção monetária), com a possibilidade de trabalhar com diversos tipos de contratos e com vários indexadores (contratos estabelecidos em termos nominais com correção pré-fixada, contratos com correção cambial, contratos com correção monetária etc.). A emissão de títulos públicos abriu novas fronteiras para a reprodução do capital bancário no Brasil.

Foram criados, ainda, instrumentos compulsórios e não compulsórios de captação de recursos, tendo em vista o financiamento da atividade produtiva. Em favor da agricultura, estabeleceram-se exigibilidades sobre depósitos à vista, e da construção civil, recursos mobilizados pelo FGTS e Cadernetas de Poupança. Apesar da reforma ter previsto o financiamento da atividade industrial e de infraestrutura por meio de bancos de investimentos privados, esta atividade permaneceu concentrada na esfera pública, mais precisamente no BNDES. A captação de recursos em favor do BNDES foi compulsória, inicialmente na forma de recolhimento de adicionais do imposto de renda

e, posteriormente, de fundos oriundos do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP)<sup>6</sup>.

A aprovação da Resolução 63 permitiu que os capitais financeiros internacionais se fizessem presentes na estrutura e nas formas de financiamento, mas indiretamente por meio da captação de recursos financeiros internacionais por bancos privados nacionais, que os repassavam internamente no mercado de crédito. Esse processo, em função da sua pequena magnitude no período, ainda não impactava fortemente o balanço de pagamentos por conta das remessas geradas no setor de serviços.

A reforma aprofundou a alavancagem no mercado de crédito e manteve fragilizado o mercado de capitais. Os bancos privados nacionais, conglomerados, mantiveram-se à frente do mercado de crédito.

Os ganhos especulativos foram ampliados a partir da reforma, visto que esta coincidiu com a dinâmica inflacionária e o desequilíbrio macroeconômico progressivos, intensificados após a primeira crise do petróleo. Neste contexto, ocorreu expansão da estrutura bancária e da oferta de crédito, com ganhos assegurados por meio da cobrança de *spreads* bancários elevados.

### **2.3 Estrutura e formas de financiamento nos anos 1980**

No Brasil, desde os anos 1970, teve curso a crise do padrão de acumulação e financiamento dependente-associado. Ela foi precipitada por meio do primeiro choque do petróleo de 1973<sup>7</sup>, com consequências como a elevação do déficit da balança comercial e a crise do balanço de pagamentos. A tentativa de equacionar a crise pela via da ampliação do endividamento externo para a implantação do II PND (num contexto de taxas de juros internacionais em elevação), de modo a aprofundar a diversificação da estrutura produtiva industrial, permitindo substituir importações de bens industrializados por sua produção interna e diversificar a pauta de exportação com a ampliação de bens manufaturados, acentuou o desequilíbrio do balanço de pagamentos.

---

<sup>6</sup> O PIS/PASEP foi transformado no Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) por meio da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regulou o Programa do Seguro Desemprego e o abono salarial, entre outros.

<sup>7</sup> Esse choque determinou a elevação dos preços do petróleo e derivados e dos bens tecnológicos e intermediários elaborados, mas foi acompanhado pela depreciação relativa dos preços dos bens agropecuários e minerais, com consequências deletérias sobre a balança comercial e o balanço de pagamentos.



O segundo choque do petróleo de 1979 e a abrupta elevação das taxas de juros internacionais em 1980, somados à crise da dívida herdada e o desequilíbrio interno da economia, foram dizimando as reservas cambiais. A reação à crise cambial instalada ocorreu por meio da maxidesvalorização cambial de 30%, em 1979, para incentivar exportações e desestimular importações, tendo em vista atenuar os efeitos negativos sobre as reservas cambiais.

O risco cambial determinou um comportamento de recusa das correções cambiais pelos devedores, que tinham que arregimentar mais moeda nacional para cobrir os compromissos externos, e de apoio por parte dos credores, que viam uma oportunidade de ganhos especulativos com a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN)<sup>8</sup> dolarizadas. Finalmente, como consequência da falta de credibilidade nas operações de correção monetária, os aplicadores em poupança financeira se dirigiram para o *Open Market*<sup>9</sup>.

Uma outra indexação ocorreu em 1986, no contexto do Plano Cruzado, com a emissão das Letras do Banco Central (LBCs)<sup>10</sup> e dos fundos de curto prazo. Este título expressou uma indexação financeira, com valor de face atrelado à taxa média de juros nas operações de um dia no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Nesse contexto, marcado pela elevação das taxas de juros, pelo agravamento do risco cambial nos empréstimos em moeda estrangeira e pela política monetária contracionista, as empresas (e os bancos) recorreram à reestruturação patrimonial. Empresas deslocaram capitais para a esfera especulativa, adquirindo títulos do governo, numa lógica de defesa do valor dos seus capitais e de ganhos. Empresas endividadas, cujos contratos haviam sido estabelecidos em dólar, procuraram liquidá-los. Com a possibilidade de repasse da dívida em dólar para o Estado, mesmo no contexto de redução abrupta do PIB no início dos anos 1980, as empresas continuaram demandando empréstimos ofertados pelo BNDES, mas para encaminhá-los em grande parte para a própria especulação financeira.

O saneamento da dívida privada em dólar de empresas e bancos pelo governo converteu-se no grande instrumento de socialização das perdas do capital por meio do

---

<sup>8</sup> Título público federal emitido entre 1964 e 1986 cuja remuneração era realizada com correção monetária calculada por índices de inflação governamentais.

<sup>9</sup> Operações de mercado aberto, as quais consistem em compra e venda de títulos por parte dos Bancos Centrais, expandindo ou retraindo a oferta de moeda na Economia.

<sup>10</sup> Os LBCs têm por objetivo servir de instrumento da política fiscal do Banco Central. Possuem prazo máximo de 30 meses.

comprometimento do fundo público. Por outro lado, amplificou os problemas quanto ao equilíbrio do balanço de pagamentos, fortemente agravado com os efeitos da elevação dos preços do petróleo e derivados, dos insumos industriais e dos bens de capital, bem como dos custos da dívida pública externa ampliada pelos juros internacionais e pela estatização das dívidas externas privadas<sup>11</sup>.

Mediante a restrição da realização de financiamento produtivo pelos bancos públicos decorrente do custo da rolagem da dívida externa e das pressões de eminente crise cambial, de um lado, e as pressões do FMI para a adoção de um programa austero de equilíbrio fiscal, de outro lado, o governo incentivou as estatais para que se endividassem em dólar<sup>12</sup>.

A dívida interna também cresceu em decorrência de processos como o declínio da carga tributária e a defasagem das tarifas públicas, o que determinava a reiteração do endividamento interno, consolidado como espaço da expansão do capital e da reestruturação patrimonial de bancos e de empresas, isto é, de reprodução do capital pela via da financeirização.

#### **2.4 O aprofundamento da lógica especulativa**

Uma instabilidade profunda ocorreu junto aos bancos comerciais estaduais públicos a partir da segunda metade dos anos 1970 e, principalmente, nos anos 1980. O controle dos governos estaduais sobre os bancos estaduais e a estratégia destes governos de assegurar investimento de infraestrutura, promoção de incentivos creditícios (e fiscais) em favor da iniciativa privada e financiamento das suas despesas por meio do seu endividamento junto a estes bancos, levaram estas instituições a uma crise irremediável.

Os bancos comerciais privados apresentaram uma elevada rentabilidade, em que pese o contexto recessivo dos anos 1980 e a consequente redução do financiamento ao consumidor. Esta rentabilidade foi viabilizada por meio das operações dos bancos

---

<sup>11</sup> O Estado teve ampliado o seu endividado externo à medida que o governo estatizou a dívida em dólar de empresas e de bancos. O pagamento dessas dívidas em moeda nacional pelas empresas e bancos concorreu para que o governo financiasse gastos do Estado. Posteriormente à liquidação dessas dívidas e mediante a necessidade da continuidade de financiamento dos gastos do Estado, o governo emitiu títulos da dívida pública adquiridos por empresas e bancos, tornando o Estado endividado junto a eles.

<sup>12</sup> Nota-se que, enquanto garantia as dívidas das empresas privadas, o governo sucateava as empresas estatais, socializando as perdas por duas vias. Os lucros, no entanto, continuaram privados.

comerciais com títulos do governo federal. Ocorria, em termos fundamentais, uma triangulação na colocação de títulos de dívidas públicas, qual seja, o governo captava recursos a juros reais, os bancos ganhavam *spreads*<sup>13</sup> vultosos com riscos reduzidos e os aplicadores obtinham juros reais e lhes era garantida liquidez imediata.

A captação via depósitos decaiu nos bancos comerciais oficiais (estaduais e federais), o que obrigou o repasse de recursos para os mesmos por parte do Banco Central, tendo em vista socorrê-los. As dificuldades destes bancos eram intensificadas, ainda, pela indução à concessão de crédito nos períodos de desaceleração econômica e pelo ônus dos movimentos de ajuste sobre os indexadores, o que representava queima de ativos dos bancos e/ou transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. A captação via depósitos também decaiu nos bancos comerciais privados, mas estes equilibraram seus ganhos com as operações de especulação financeira.

Nos anos 1980, a fragilidade financeira do Estado foi se aprofundando, os sistemas empresariais privados foram se protegendo e a economia real foi realizando uma trajetória de queda de crescimento. Aceleração inflacionária, aumento da imprevisibilidade nos negócios, juros internos elevados e grandes empresas priorizando a liquidação de suas dívidas fizeram com que o pequeno crescimento econômico ocorresse fundamentalmente puxado pela exportação. A crise da dívida externa, em função dos seus encargos sob taxa de juros internacionais exorbitantes, e a dívida interna, em função das regulamentações dos títulos públicos sob taxa de juros nacional elevadas, levaram ao colapso a estrutura de financiamento da economia brasileira como um todo, posto que esta se estruturou com base no capital internacional, que passou a realizar remessas de capitais do país, e no Estado, que não mais conseguiu se quer financiar adequadamente as suas despesas. A economia brasileira passou a conviver com uma situação de subfinanciamento crônico.

Os bancos comerciais privados se adaptaram ao novo contexto. A atividade de intermediação financeira, que até meados dos anos 1980 era desenvolvida graças ao governo, que se tornara o principal tomador de crédito a partir de então, praticamente se estagnou. Os lucros bancários passaram a se originar da aplicação no *Open Market* do saldo das disponibilidades líquidas. Todavia, desde então, sempre que ocorria uma queda repentina de inflação e/ou de juros e um crescimento da demanda de crédito de curto prazo, os bancos privados expandiam imediatamente a oferta de crédito corrente,

---

<sup>13</sup> Diferença entre o preço da compra e o preço da venda nas operações financeiras.

compelidos pela redução dos ganhos no *Open Market* e em outras operações financeiras especulativas.

Na conjuntura dos anos 1980, ocorreu uma redução do número de empresas de capital aberto, uma ampliação da liquidez no mercado de capitais de curto prazo e atrofia da liquidez e instrumentos no mercado de capitais de longo prazo e uma vulnerabilidade dos bancos oficiais de intermediação financeira de curto e de longo prazo. Enfim, a estrutura e as formas de financiamento da economia brasileira do modelo econômico desenvolvimentista, conformada inicialmente entre os anos 1930 e meados dos anos 1950, reestruturada e consolidada sob a vigência do padrão de acumulação e financiamento dependente-associado, colapsou nos anos 1980.

### **3 CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA E FORMAS DE FINANCIAMENTO NO FINAL DOS ANOS 1980 E NOS ANOS 1990**

Entre meados dos anos 1970 e meados dos anos 1980, ocorreu a transição e consolidação do padrão de reprodução do capital flexível-neoliberal. Ele foi marcado por aspectos tais como: a liberalização das economias nacionais, a liberalização dos fluxos internacionais de mercadorias e capitais, a redução da intervenção do Estado na economia e a flexibilização da contratação da força de trabalho e das políticas públicas sociais.

Conforme Carneiro (2002), as principais características do sistema monetário-financeiro internacional integrado ao referido padrão foram a livre mobilidade de capitais, o regime de taxas de câmbio flutuantes e, em princípio, a autonomia das políticas econômicas domésticas. As economias nacionais passaram a operar em um sistema monetário-financeiro hierarquizado, com base em três categorias de moeda, a saber: a moeda reserva (dólar), as moedas conversíveis (moedas dos demais países centrais) e as moedas não-conversíveis (moedas dos países periféricos).

No âmbito do país da moeda central (reserva), definiu-se a taxa de juros básica do sistema monetário-financeiro, que é a taxa de juros mais baixa, posto que se supõe que a moeda central seja a mais segura. À medida que se desloca do país da moeda central para os países de moedas conversíveis, e destes para os países de moedas não-

conversíveis, as taxas de juros aumentam, posto que o mercado financeiro supõe que o “risco país” torna-se maior<sup>14</sup>.

Os países periféricos, ao se integrarem à abertura (globalização) financeira, perderam a suposta autonomia das políticas econômicas domésticas (ou a viram restringida), posto que a tentativa de confrontar as agências especializadas que avaliam o “risco-país”, e determinar taxas de juros em patamares menores do que aquelas que refletem a “expectativa do mercado”, desencadeariam a não entrada de capitais, bem como ocorreria a fuga de capitais locais estrangeiros (e domésticos)<sup>15</sup>.

### 3.1 Ajuste e transição para uma estrutura de financiamento

Nos anos 1980, a crise do padrão de acumulação e financiamento dependente-associado se elevou para a crise do modelo econômico desenvolvimentista. No final dos anos 1980 e, principalmente, no início dos anos 1990, teve início o processo de liberalização da economia brasileira e de integração periférica do país ao mercado mundial, o que redundaria na conformação e na consolidação do padrão econômico exportador apoiado na especialização produtiva, marcado por aspectos como a liberalização e desregulamentação da economia, a ampliação e diversificação da entrada de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no país, a especialização da estrutura produtiva industrial e a reprimarização do padrão de comércio exterior.

O padrão de acumulação e financiamento dependente-subordinado, sobre o qual o novo modelo se apoia, assumiu características como a ampliação da participação direta e indireta do capital bancário internacional na intermediação comercial-financeira do consumo interno e a exportação de *commodities*<sup>16</sup> como eixo de realização do equilíbrio externo e de parte do financiamento produtivo interno.

---

<sup>14</sup> A taxa de juros fora do núcleo do sistema monetário-financeiro – os EUA – é a taxa de juros vigente no núcleo acrescida de uma taxa definida pelo grau de “risco país”, avaliado e classificado por agências especializadas.

<sup>15</sup> Os países centrais de moeda conversível podem baixar a taxa de juros para além da “expectativa do mercado” e arcar com a fuga de capitais. Isto acarretaria desvalorização do câmbio e dos ativos produtivos e de serviços do país, o que levaria ao retorno dos capitais para adquiri-los desvalorizados e retomaria os fluxos de capitais. Nos países periféricos, tais iniciativas tendem a ter implicações diversas, posto que a desvalorização cambial e de ativos, ao não levar à aquisição destes últimos sob processo de aguda desvalorização, conduziria a uma desvalorização descontrolada e à própria queda de confiança que poderia conduzir ao questionamento da própria existência da moeda desse país.

<sup>16</sup> Mercadorias primárias provenientes da agricultura ou do extrativismo mineral, com pouca ou nenhuma industrialização, produzidas em grandes quantidades por grande número de produtores e com qualidade quase uniforme.

O novo modelo econômico e o padrão de acumulação e financiamento acarretaram aspectos como as transformações das relações capital-trabalho, mediante a desestruturação do mercado de trabalho e o processo generalizado de precarização do trabalho, com desdobramentos como o crescimento do desemprego estrutural e o aumento do trabalho informal; a reconfiguração da correlação de forças entre as frações do capital no âmbito do bloco no poder, com o capital industrial *stricto sensu* perdendo a hegemonia política e a liderança do processo econômico e da dinâmica macroeconômica em favor do capital financeiro – nacional e internacional – e do capital industrial que se financeirizou organicamente; a inserção econômica internacional passiva, com abertura comercial e financeira e especialização comercial externa concentrada em *commodities* agropecuárias e minerais (*in natura*, semimanufaturadas e manufaturadas), complementados com setores específicos de atividade industrial intensivos no uso de capital e de tecnologia, com destaque para o setor de veículos e material de transportes, submetendo a dinâmica macroeconômica aos ciclos do comércio internacional e aos movimentos de curto prazo do capital financeiro nacional/internacional; e a redefinição da estrutura e do funcionamento do Estado mediante privatização das estatais, desregulamentação econômica/proposição de novo marco regulatório via agências reguladoras e regulamentos próprios, redução da capacidade do Estado de conceber/realizar política econômica soberana e de realizar investimentos e condução de reformas liberais (previdência, trabalhista etc.) (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007).

No tocante à estrutura e formas de financiamento, ocorreu a reestruturação do sistema financeiro por meio da sua concentração, da redução do número de bancos públicos, da desnacionalização do setor bancário-financeiro, da atuação prioritária dos bancos privados nos serviços bancários e no financiamento da dívida pública e da preservação do financiamento de longo prazo predominantemente realizado por bancos públicos.

Portanto, em termos estritamente econômicos, pressupôs o abandono da política econômica doméstica sob relativa soberania e do projeto de uma estrutura econômica apoiada na industrialização diversificada e progressivamente internalizadora de todos os setores industriais. A perspectiva estratégica desse projeto era a consolidação do setor industrial produtor de bens de capital (com a sua transformação no polo dinâmico da

economia), a constituição de uma estrutura e formas de financiamento sobre bases fundamentalmente nacionais e o desenvolvimento científico e tecnológico soberano<sup>17</sup>. O projeto de integração periférica se apoiou na industrialização aberta ao capital internacional e especializada em apenas alguns ramos produtivos, complementada por exportação de *commodities*, na estrutura e formas de financiamentos organicamente internacionalizados e no desenvolvimento científico e tecnológico doméstico de estágio secundário.

Um marco da reestruturação e adequação da estrutura e formas de financiamento aos novos padrões de reprodução do capital, modelo econômico e padrão de acumulação e financiamento foi a Resolução 1.524, de 1988. Ela rompeu com a segmentação do mercado financeiro previsto na reforma financeira do final dos anos 1960 (e que foi parcialmente burlada pelos conglomerados financeiros nacionais), oficializando a constituição dos Bancos Múltiplos no Brasil. Desde então, os conglomerados financeiros existentes transformaram-se legalmente em Bancos Múltiplos por meio da fusão e/ou da incorporação de financeiras, bancos de investimentos, sociedades imobiliárias e empresas de *leasing* ao Banco Comercial do conglomerado.

Os Bancos Múltiplos tornaram-se pessoas jurídicas independentes que poderiam operar em cinco tipos de instituições, qual sejam, banco comercial, banco de investimento, banco de crédito financiamento e investimento, banco de crédito imobiliário e banco de desenvolvimento. A origem da empresa que constituiria a formação dos Bancos Múltiplos ficou em aberto, o que permitiu que empresas não financeiras, a exemplo de conglomerados industriais, viessem a se incorporar ao mercado financeiro (CORRÊA e ADATI, 2004). Por fim, foram facilitados os processos formais que viabilizavam a venda de instituições bancárias dos conglomerados, entre os conglomerados e fora dos mesmos.

Observa-se que a Resolução 1.524 criou as condições jurídico-políticas para a intensificação da concentração e centralização do capital bancário no âmbito do sistema bancário nacional, na medida em que formalizou a constituição dos bancos múltiplos e facilitou a venda de instituições bancárias. Criou, ainda, as condições jurídico-políticas para a convergência entre conglomerados bancários e industriais na constituição dos

---

<sup>17</sup> Esta perspectiva, fortemente influenciada pelas teorias político-econômicas estruturalistas e neoestruturalistas, acentuava a articulação necessária entre o desenvolvimento científico e tecnológico e o desenvolvimento do setor industrial produtor de bens de capital.

bancos múltiplos, a ampliação das áreas de atuação dos conglomerados bancários e a composição e recomposição dos capitais bancários em direção da concentração/centralização de capital. Enfim, deu início às condições jurídico-políticas de conformação do capital financeiro no Brasil.

Outro aspecto marcante, e que de certo modo se relacionou com a Resolução 1.524, foi a moderação do processo de ampliação da rede de bancos comerciais, ainda em curso até meados dos anos 1990. Todavia, os custos operacionais desta rede delinearam uma trajetória de queda mediante a redução progressiva do número de trabalhadores empregados e a tecnologização do sistema, entre 1986 e 1993<sup>18</sup>. Em contrapartida, ocorreu elevação de investimentos em automação voltada para as operações bancárias, enfim, uma elevação da composição orgânica do capital na rede de bancos comerciais.

Desta forma, a conjuntura recessiva e inflacionária do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, ao determinar uma redução da intermediação financeira de curto prazo e dos depósitos à vista, sendo este último uma fonte de recursos financeiros para a aplicação no *Open Market* e em outras aplicações financeiras (que eram as fontes básicas de remuneração dos bancos comerciais), concorria para a redução dos custos operacionais das redes dos bancos comerciais pela via da racionalização, modernização e organização, proporcionadas pela incorporação das tecnologias de informação e de automação e dos métodos de gestão flexíveis pós-fordista. Portanto, a via da racionalização, modernização e organização capitalista da estrutura e formas de financiamento também concorreria para a criação do capital financeiro no Brasil.

Os efeitos da Resolução 1.524 em termos de concentração/centralização de capitais, podem ser analisados por meio das Tabelas 1 e 2. Pode-se, também, constatar a inflexão ocorrida por meio da referida resolução, na análise dos dados de 1988 e de 1989. Verifica-se, a partir de então, a brutal redução da quantidade de sedes de instituições bancário-financeiras autorizadas e em funcionamento dos Bancos Comerciais, dos Bancos de Investimento, de Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento, de Sociedade de Distribuição, de Sociedade de Arrendamento Mercantil, de Sociedade de Crédito Imobiliário, de Caixas Econômicas e de Sociedade de Investimento. Em contrapartida, verifica-se o aumento dos Bancos Múltiplos a partir de 1989, bem como das Sociedades Cooperativas de Crédito, a partir de 1988.

---

<sup>18</sup> Entre 1986 e 1993, ocorreu uma redução de 230 mil postos de trabalho (25% do total de 1986).



**Tabela 1 - Quantidade de Sedes Autorizadas e em Funcionamento**

	86	87	88	89	90	91	92	93
<b>B. Com.</b>	105	103	106	66	50	45	36	34
<b>B. Multi.</b>	-	-	-	113	166	180	198	211
<b>B. Desen.</b>	14	14	14	13	11	9	9	7
<b>B.Inv.</b>	41	44	56	36	23	21	20	17
<b>Caixa E.</b>	5	5	5	5	3	2	2	2
<b>Soc. Co.</b>	583	579	661	767	806	838	840	822
<b>S.C.F.I.*</b>	112	112	107	70	51	45	41	40
<b>Soc. Cor.</b>	275	277	273	282	260	273	279	285
<b>Soc. Dist.</b>	412	434	447	419	395	386	370	372
<b>Soc. Inv.</b>	9	9	9	9	7	7	7	5
<b>S.A.M.*</b>	124	122	56	61	60	62	63	65
<b>S.C.I.*</b>	79	70	57	42	29	25	26	25
<b>As. P.E.*</b>	-	-	2	2	2	2	2	2
<b>Ad. Co.*</b>	-	-	-	-	-	561	531	514

Fonte: BACEN/DECAD.

\*SCFI=Sociedade de Crédito Financeiro e Investimento; SAM=Sociedade de Arrendamento Mercantil  
SCI=Sociedade de Crédito Imobiliário; AsPE=Associação de Poupança e empréstimo; Ad. Co= Administradora de Consórcio.

A recomposição do número de instituições bancário-financeiras foi acompanhada da recomposição do número de agências em funcionamento destas instituições, confirmando a tendência de concentração/centralização de capitais pela via da redução do número de agências. A redução somente não foi verificada nos Bancos Múltiplos, nas Sociedades Corporativas e nas Administradoras de Consórcios. Evidentemente, parte da ampliação do número de agências dos Bancos Múltiplos e da redução do número de agências de outras instituições bancário-financeiras foi oriunda de processo de incorporação dos últimos pelos primeiros.

**Tabela 2 - Quantidade de Agências em Funcionamento**

	86	87	88	89	90	91	92	93
<b>B. Com.</b>	14679	14087	13837	7174	6233	5046	446	4227
<b>B. Multi.</b>	-	-	-	8842	11002	10963	11429	11286
<b>B. Desen.</b>	19	19	19	18	15	12	12	9
<b>B.Inv.</b>	148	133	133	84	80	66	73	51
<b>Caixa E.</b>	2419	2438	2374	2341	2761	1933	1930	1929
<b>Soc. Co.</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>S.C.F.I.*</b>	506	471	561	387	306	212	179	102
<b>Soc. Cor.</b>	166	177	199	229	476	431	461	398

<b>Soc. Dist.</b>	828	692	731	710	972	917	841	649
<b>Soc. Inv.</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>S.A.M.*</b>	124	122	136	151	206	230	225	112
<b>S.C.I.*</b>	667	531	565	381	227	155	155	124
<b>As. P.E.*</b>	-	-	2	2	2	1	1	1
<b>Ad. Co.*</b>	-	-	-	-	-	-	2810	3560

Fonte: BACEN/DECAD.

\*SCFI=Sociedade de Crédito Financeiro e Investimento; SAM=Sociedade de Arrendamento Mercantil; SCI=Sociedade de Crédito Imobiliário; AsPE=Associação de Poupança e empréstimo; Ad. Co= Administradora de Consórcio.

Para Corrêa e Adati (2004), as mudanças identificadas no Sistema Financeiro Nacional (como a legalização de fato dos Bancos Múltiplos, a entrada de empresas não financeiras no setor e a redução do número de agências e modernização tecnológica e organizacional das mesmas) teriam se integrado à manutenção da estratégia dos bancos de priorizar os lucros advindos do *floating* e das operações de baixo risco. Deve-se ressaltar também aspectos como a concentração/centralização de capital e a convergência entre capital bancário e industrial. Este último fenômeno assumiu formas distintas daquelas presentes na Europa do século XIX, visto que conglomerados industriais adquiriram bancos e conglomerados bancários operavam financiamento de consumo e serviços, mas poucos conglomerados bancários assumiram o controle acionário de conglomerados industriais. De fato, os conglomerados industriais continuaram buscando financiamento de longo prazo nos bancos públicos de financiamento, com os bancos de financiamento privados assumindo um papel pouco expressivo neste tipo de operação.

### 3.2 Estrutura de financiamento em face da reestruturação produtiva

No início dos anos 1990, delineou-se uma tendência de acomodação e queda da inflação. A própria abertura comercial concorria para tanto, à medida que tendia a equalizar preços internos e externos. O Plano Real, por sua vez, concorreu de forma mais decisiva para o controle do processo inflacionário por meio da combinação entre a abertura comercial (aprofundada) e a âncora cambial. Neste contexto, a estratégia do sistema financeiro nacional de assegurar lucros advindos do *floating* foi se demonstrando inviável a curto e médio prazo e as autoridades financeiras preparam uma nova etapa de reestruturação da estrutura e formas de financiamento do país.

A reestruturação tinha como propósito acentuar o processo de concentração/centralização de capitais por meio de aquisições, fusões e incorporações, de modo a reduzir o número de bancos, bem como privatizar os bancos públicos estaduais.

O principal instrumento da reestruturação foi o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), aprovado por meio da Resolução 2.208, de novembro de 1995, que consistiu em um programa de assistência destinada a sanear instituições financeiras em dificuldades e contribuir com a transferência do controle acionário em favor de instituições bancárias mais sólidas. Sob o discurso de que o PROER salvaria o depositante e evitaria o risco de crise bancária sistêmica, o Banco Central preparou as instituições a serem vendidas, organizando a venda da parte “boa” e organizando o saneamento da parte “ruim” por meio dos recursos do programa para a venda futura<sup>19</sup>.

Outro instrumento da reestruturação foi o programa de incentivo à redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), aprovado por meio da medida provisória 1.514, de agosto de 1996, que consistiu em um programa de reestruturação do Sistema Financeiro Estadual, tendo em vista a privatização do mesmo. Embora a privatização fosse o objeto central, o programa facultou ainda a liquidação, a transformação em agências de fomento e a permanência do banco na mesma situação<sup>20</sup>.

Os processos de compra-fusão-liquidação de bancos determinaram a concentração do sistema bancário-financeiro, a redução do número de bancos comerciais oficiais e a entrada de bancos estrangeiros no Sistema Financeiro Nacional<sup>21</sup>. Os recursos públicos se fizeram presentes nos processos de compra, fusão e liquidação de bancos.

---

<sup>19</sup> Os recursos deveriam legalmente se originar dos depósitos compulsórios das instituições integrantes do Sistema Financeiro junto ao Banco Central, mas no processo ocorreu grandes transferências diretas do Tesouro para o PROER.

<sup>20</sup> Os bancos comerciais estaduais foram saneados a partir de fundos públicos e privatizados, principalmente entre 1997 e 2000.

<sup>21</sup> A abertura do Sistema Financeiro Nacional aos bancos estrangeiros foi justificada segundo a perspectiva da desregulamentação do mercado e da abertura financeira. Alegava-se que o ingresso dos bancos estrangeiros aumentaria a concorrência e geraria modernização tecnológica e redução dos *spreads* e tarifas bancárias; proporcionaria alongamento dos prazos das operações de crédito em decorrência da maior facilidade de repasse de recurso externo; e asseguraria maior estabilidade ao Sistema Bancário Nacional por conta da solidez patrimonial dos mesmos. A expansão destes bancos foi notável, alcançando 8,35% do patrimônio do SFN, em 1993, e 27,41% do mesmo, em 2000 (CARNEIRO, 2002).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) apresentou novas características a partir do final dos anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990. Todavia, foi preservado o poder dos bancos privados de cobrar elevados *spreads*, a especulação com títulos públicos, bem como a proteção do Estado a estas instituições. As novas características e a lógica histórica e estrutural das operações bancárias convergiram no SFN.

A propriedade e a rentabilidade financeira passaram a compor de forma significativa os ganhos de bancos, empresas e famílias. Nesse contexto, o Estado se rendeu à dívida pública interna, instrumento central da financeirização, e o bloco no poder foi transformado, sob a hegemonia das frações burguesas financeirizadas.

Desde o advento do Governo Lula, sobretudo a partir de 2004, teve curso uma política voltada para explorar possibilidades no âmbito das novas características do SFN. Perseguiu-se a redução da taxa SELIC, a ampliação da participação dos bancos privados no financiamento produtivo, o alongamento do perfil dos financiamentos produtivos e a competitividade em torno dos serviços bancários.

Conforme demonstrado no artigo *Elementos de Análise da Conjuntura Macroeconômica Brasileira no Contexto de Crise Internacional*, presente no primeiro número do *Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás*, a partir da crise internacional de 2007/2008, a exploração das possibilidades supracitadas foi intensificada, como reação à crise internacional e à queda da atividade econômica no país. Todavia, processos como a apreciação do dólar e a manifestação de repiques inflacionários podem limitar a exploração das possibilidades de reorientação da atuação do capital bancário e financeiro e de redução dos custos de financiamento de consumo e de produção, nos limites das características que o SFN consolidou a partir dos anos 1990.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX**. Campinas: Editora UNESP, 2002.

CORRÊA, Vanessa Petrelli, ADATI, Fabiana Mitiko. Mudanças Fundamentais na Estrutura de Financiamento Brasileira nos anos 90: Alteração de Propriedade e

Continuação da Lógica Especulativa. In: XAVIER, Clésio Lourenço (Org). **Desenvolvimento Desigual**. Uberlândia: Editora UFU, 2004.

FILGUEIRAS, L., GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

OSÓRIO, JAIME. Crítica de La economia vulgar. **Reproducción del capital y dependência**. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

TAVARES Maria Conceição; e BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, José Luiz (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

## **DADOS E INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA MICRORREGIÃO DE ANÁPOLIS PARA SUBSIDIAR A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO**

Equipe Técnica do Observatório<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é estabelecer uma interconexão entre os aspectos econômicos, demográficos, sociais e educacionais da Microrregião de Anápolis, tendo em vista subsidiar as ações educacionais relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão das instituições públicas de ensino. A primeira parte caracteriza a Microrregião, apresentando dados relativos à sua área, população, número de municípios, entre outros. A segunda parte traça os aspectos econômicos, com foco no mercado de trabalho. Em seguida, na terceira parte, são apresentados os aspectos demográficos e sociais da Microrregião. Na quarta parte, há levantamentos e análises a respeito dos aspectos educacionais. A última parte, Conclusões Gerais, se constitui em um quadro analítico do conjunto e sugere atuações para a oferta de cursos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Microrregião de Anápolis; Goiás; Oferta de Cursos.

### **INTRODUÇÃO**

A Microrregião de Anápolis possui 8.311,93Km<sup>2</sup> de área total e uma população de 540.220 (64,99 de densidade populacional), distribuída em 20 municípios. Do total da população, 92,73% vive em área urbana e apenas 7,26% em área rural. A população masculina (49,37%) é levemente inferior à feminina (50,63%). Um total de 85,16% dos habitantes da microrregião reside em suas quatro cidades mais populosas, as quais são (em ordem decrescente): Anápolis, Inhumas, Jaraguá e Itaberaí. Segundo a tipologia da

---

<sup>1</sup> Observatório da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Núcleo Centro-Oeste. Equipe Técnica do Observatório: Geraldo Coelho de Oliveira Júnior (Pesquisador Gestor), Maxmillian Lopes da Silva (Pesquisador Orientador), Waldir Barbosa (Pesquisador Orientador), Denise Talitha Soares Carneiro (Economista), Letícia Daniele Silva Ferreira (Aluna Bolsista), Luíza Batista da Costa (Aluna Bolsista), Marcelo Regis da Silva Filho (Estagiário).

Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), esta é uma microrregião de Alta Renda.

Os 20 municípios que compõem a Microrregião de Anápolis são: Anápolis, Araçu, Brazabranes, Campo Limpo de Goiás, Caturaí, Damolândia, Heitorá, Inhumas, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itauçu, Jaraguá, Jesópolis, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Petrolina de Goiás, Santa Rosa de Goiás, São Francisco de Goiás e Taquaral de Goiás. A Figura 1 apresenta o mapa dessa Microrregião.

Quanto ao contingente populacional, em 2010, a microrregião apresentou um aumento de 16,13% em relação aos dados do ano 2000, segundo dados do Instituto Mauro Borges (IMB). Portanto, trata-se de uma microrregião que convive com um processo de expansão demográfica significativo, destacando-se, principalmente, o Município de Anápolis (aumento de 16,15% entre 2000 e 2010) e também Jaraguá (aumento de 25,79% no mesmo período). Esse aumento populacional na Microrregião de Anápolis tende a continuar, visto que a oferta de empregos do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) deve ter ampliação relativamente constante a curto e médio prazo, em face da ampliação das estruturas industriais e de serviços, potencializadas pela conclusão da ferrovia Norte-Sul e sua integração com a Ferrovia Centro Atlântica, ambas no Município de Anápolis.

### Microrregião de Anápolis

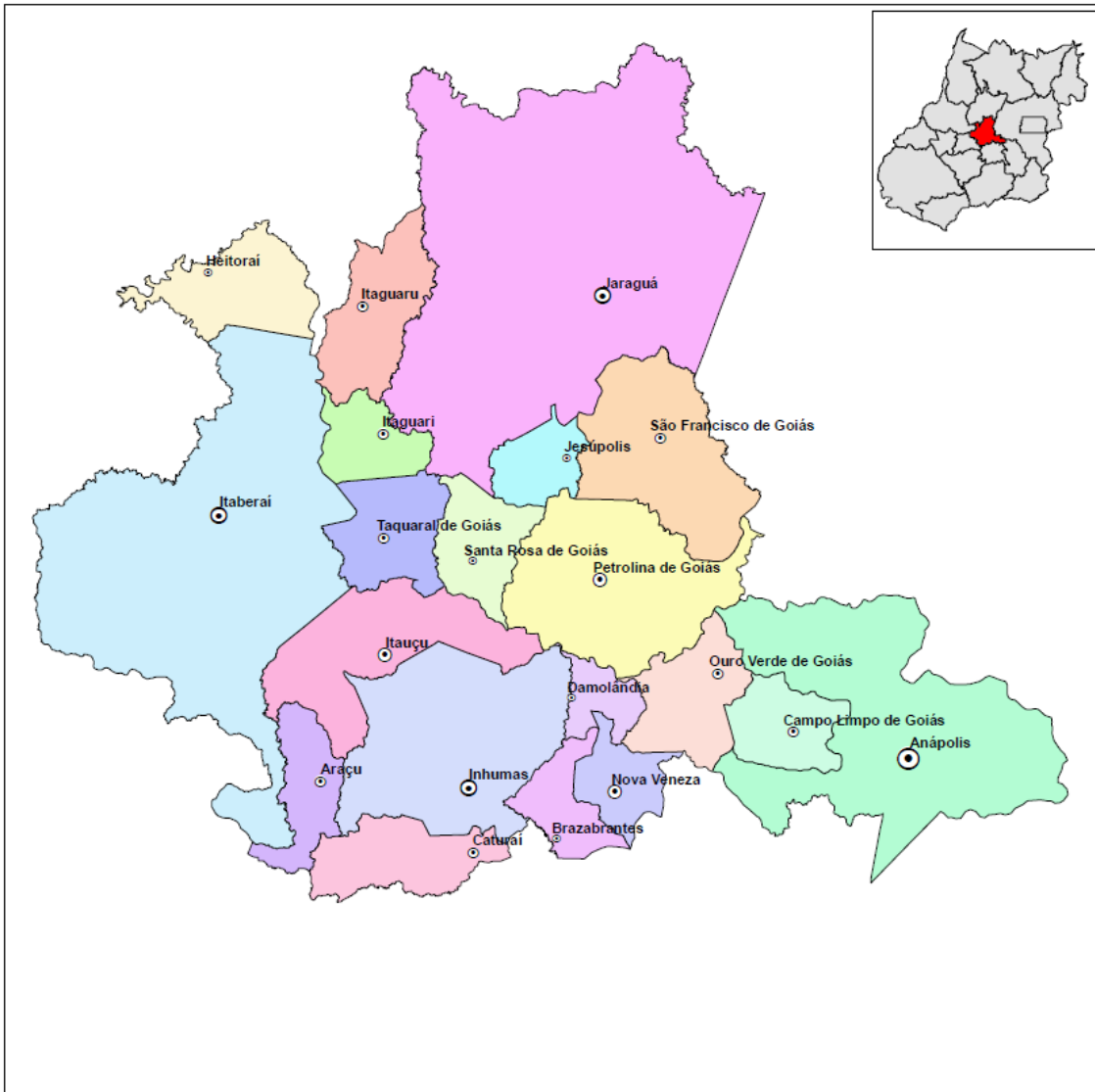


Figura 1 - Microrregião de Anápolis

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do mapa do portal do IMB/Segplan.



## 1 ASPECTOS ECONÔMICOS

### 1.1 Dados Setoriais

A Tabela 1.1 apresenta o PIB da Microrregião de Anápolis em 2011, desagregado por municípios. A maior parte do PIB da microrregião foi originada no setor de Serviços, embora seja o setor de Indústria o que mais concentrou empregos formais. O PIB originado pelo setor de Agropecuária foi bastante modesto, representando apenas 4,98% do total.

O Município de Anápolis foi responsável por 88,43% e por 76,28% do total do PIB da microrregião nos setores de Indústria e de Serviços, respectivamente, e também foi o município com maior PIB *per capita*. Já o maior PIB no setor de Agropecuária foi obtido pelo Município de Itaberaí, representando 19,18% do total da microrregião. Itaberaí também apresentou o segundo maior PIB *per capita* da microrregião.

**Tabela 1.1 – Produto Interno Bruto do Estado de Goiás, da Microrregião de Anápolis e de seus municípios – 2009**

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	VA	Impostos	PIB (R\$ mil)	População	PIB Per capita (R\$)
Anápolis	51.947	2.857.968	3.051.577	5.961.492	2.148.268	8.109.760	335.960	24.139,06
Araçu	13.631	2.378	14.861	30.869	992	31.862	3.946	8.074,43
Brazabrantes	13.201	8.858	13.040	35.098	2.027	37.125	3.345	11.098,76
Campo Limpo de Goiás	6.368	7.761	19.008	33.137	1.206	34.343	6.022	5.702,88
Caturai	17.989	3.189	17.475	38.653	1.412	40.064	4.667	8.584,6
Damolândia	9.267	2.437	11.340	23.044	906	23.950	2.809	8.526,14
Heitorai	17.762	2.212	13.649	33.623	899	34.522	3.706	9.315,2
Inhumas	70.685	91.352	256.644	418.680	33.878	452.559	46.786	9.672,95
Itaberaí	95.728	150.002	209.955	455.685	48.831	504.516	32.356	15.592,66
Itaguari	13.835	3.569	18.316	35.720	1.563	37.283	4.364	8.543,41
Itaguaru	27.816	3.657	24.380	55.853	1.705	57.557	5.591	10.294,67
Itauçu	19.495	6.876	32.229	58.600	2.618	61.218	9.117	6.714,72
Jaraquá	53.539	47.320	178.023	278.882	20.552	299.434	41.772	7.168,3
Jesópolis	3.226	1.395	8.036	12.658	447	13.105	2.296	5.707,75
Nova Veneza	15.868	22.777	30.609	69.254	5.190	74.444	7.240	10.282,29
Ouro Verde de Goiás	17.270	3.014	15.480	35.765	947	36.712	4.599	7.982,54
Petrolina de Goiás	22.551	8.086	37.753	68.389	2.953	71.342	10.061	7.090,95
Santa Rosa de Goiás	7.085	1.854	11.105	20.044	736	20.781	2.765	7.515,62
São Francisco de Goiás	8.557	4.574	22.842	35.972	2.111	38.083	5.823	6.540,12
Taquaral de Goiás	13.165	2.611	14.203	29.979	1.043	31.021	3.471	8.937,34
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>498.985</b>	<b>3.231.890</b>	<b>4.000.525</b>	<b>7.731.397</b>	<b>2.278.284</b>	<b>10.009.681</b>	<b>536.696</b>	<b>18.650,5601</b>
<b>Estado de Goiás</b>	<b>10.593.189</b>	<b>20.409.683</b>	<b>44.548.965</b>	<b>75.551.837</b>	<b>10.063.506</b>	<b>85.615.344</b>	<b>5.926.300</b>	<b>14.446,68</b>

Fonte: Elaborado pela Segplan – GO/IMB/ Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2011/ Adaptada.

A Microrregião de Anápolis possuía, em 2010, 29% dos empregos formais alocados no setor de Indústria de Transformação (Tabela 1.2), sendo este o setor que mais concentrou trabalhadores no referido ano. Em seguida, se encontram os setores de Serviços (22%) e de Comércio (20%).

Em comparação com o Brasil e com o Estado de Goiás, a microrregião possuía, em 2010, uma porcentagem significativamente maior de trabalhadores formais alocados no setor de Indústria de Transformação. Tal realidade decorria da presença do polo industrial DAIA na microrregião. Esta microrregião também concentra 32,29% do PIB na área industrial<sup>2</sup>, enquanto o Estado, apenas 23,84%.

Ainda comparativamente, o setor de Serviços e o de Administração Pública da microrregião apresentaram-se reduzidos em termos de oferta de empregos, embora o setor de Serviços seja o que mais contribuiu para o PIB da microrregião. Já o setor de Construção Civil era, proporcionalmente, maior na microrregião, indicando um maior aquecimento econômico nesse setor, haja vista, por exemplo, as obras relacionadas ao DAIA e à ferrovia Norte-Sul. O setor de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, por sua vez, apresentou 2,81 pontos percentuais a menos do que o do Estado de Goiás.

**Tabela 1.2 – Distribuição dos Empregos Formais por Setor de Atividade no Brasil, em Goiás e na Microrregião de Anápolis – 2010 (%)**

IBGE Setor	Brasil	Goiás	Microrregião de Anápolis
1 - Extrativa mineral	0,48	0,59	0,15
2 - Indústria de transformação	17,89	15,57	28,73
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0,91	0,68	0,14
4 - Construção Civil	5,69	5,82	6,68
5 - Comércio	19,02	19,12	20,55
6 - Serviços	32,55	26,23	21,71
7 - Administração Pública	20,25	25,76	18,63
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3,20	6,22	3,41
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

O setor mais importante em termos de empregabilidade na Microrregião de Anápolis foi o de Indústria de Transformação (Tabela 1.2). Conforme é possível verificar por meio da Tabela 1.3, que desagrega os setores em subsetores, os que mais

<sup>2</sup> Contando a industrial como um todo, não apenas a Indústria de Transformação, como anteriormente. Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás, n. 2, jun, 2013. (ISSN 2316-8706)

ofereceram empregos formais no setor de Indústria de Transformação, em 2010, foram, respectivamente: indústria química (27,3%), alimentos e bebidas (25,9%) e indústria têxtil (18,1%). Já os subsetores que mais se destacaram no segundo setor mais importante, o de Serviços, foram, respectivamente: Alojamento e Alimentação (30,5%) e Transporte e Comunicações (21,8%).

Os subsetores que melhor remuneraram foram aqueles representados pelas instituições financeiras e pelos serviços de utilidade pública. A jornada de trabalho nestes subsetores foi ligeiramente menor do que a média, enquanto a duração média do emprego foi maior. Estas características concorrem para a grande procura por ocupações relacionadas a esses subsetores.

**Tabela 1.3 – Distribuição dos Trabalhadores por Setor e Subsetor Econômico na Microrregião de Anápolis - 2010**

IBGE Subsetor	Total	%	Remuneração Média (SM)	Jornada de Trabalho (Horas/Semana)	Duração Média do Emprego (meses)
<b>01-EXTRATIVA MINERAL</b>	<b>172</b>	<b>100</b>	<b>2,4</b>	<b>44</b>	<b>23,2</b>
01-Extrativa Mineral	172	100	2,4	44	23,2
<b>02-Indústria de Transformação</b>	<b>32.348</b>	<b>100</b>	<b>2,1</b>	<b>43</b>	<b>29,3</b>
02-Prod. Mineral Não Metálico	2.195	6,8	1,8	43	24,0
03-Indústria Metalúrgica	1.558	4,8	1,9	39	19,0
04-Indústria Mecânica	732	2,3	2,8	44	14,1
05-Elétrico e Comunicação	83	0,3	1,3	44	11,7
06-Material de Transporte	1.954	6,0	1,8	44	9,7
07-Madeira e Mobiliário	981	3,0	1,3	44	30,9
08-Papel e Gráfico	1.143	3,5	1,9	44	30,7
09-Borracha, Fumo, Couros	566	1,7	1,7	44	30,9
10-Indústria Química	8.842	27,3	2,6	44	29,0
11-Indústria Têxtil	5.844	18,1	1,3	44	22,0
12-Indústria Calçados	78	0,2	1,1	44	8,3
13-Alimentos e Bebidas	8.372	25,9	2,3	43	34,5
<b>3 - SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA</b>	<b>152</b>	<b>100</b>	<b>5,5</b>	<b>43</b>	<b>72,6</b>
14-Serviço Utilidade Pública	152	100	5,5	43	72,6
<b>4 - CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	<b>7.517</b>	<b>100</b>	<b>1,9</b>	<b>44</b>	<b>11,3</b>
15-Construção Civil	7.517	100	1,9	44	11,3
<b>5 - COMÉRCIO</b>	<b>23.135</b>	<b>100</b>	<b>1,8</b>	<b>44</b>	<b>21,0</b>
16-Comércio Varejista	18.185	78,6	1,6	44	20,7
17-Comércio Atacadista	4.950	21,4	3,4	44	22,7
<b>6 - SERVIÇOS</b>	<b>24.445</b>	<b>100</b>	<b>1,9</b>	<b>42</b>	<b>32,5</b>
18-Instituição Financeira	1.116	4,6	6,7	36	54,7

19-Adm Técnica Profissional	3.734	15,3	1,7	43	24,2
20-Transporte e Comunicações	5.337	21,8	1,8	44	41,8
21-Alojamento e alimentação	7.451	30,5	1,4	43	26,7
22-Médicos Odontológicos e Veterinários	3.374	13,8	1,6	42	35,4
23-Ensino	3.433	14,0	1,8	36	30,5
<b>7 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>20.971</b>	<b>100</b>	<b>2,6</b>	<b>38</b>	<b>99,2</b>
24-Administração Pública	20.971	100	2,6	38	99,2
<b>8 - AGROPECUÁRIA, EXTRAÇÃO VEGETAL, CAÇA E PESCA</b>	<b>3.840</b>	<b>100</b>	<b>1,9</b>	<b>44</b>	<b>29,1</b>
25-Agricultura	3.840	100	1,9	44	29,1

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

## 1.2 Dados Municipais

No ano de 2010, quase todos os empregos formais da Microrregião de Anápolis nos setores de Indústria de Transformação, Comércio e Serviços estavam concentrados no Município de Anápolis (Tabela 1.4). Outros municípios que se destacaram, especialmente na Indústria de Transformação, setor mais importante na microrregião em termos de contratos formais de trabalho, foram: Inhumas, Itaberaí e Jaraguá.

**Tabela 1.4 – Distribuição dos Empregos Formais na Indústria de Transformação, no Comércio e nos Serviços na Microrregião de Anápolis por município – 2010 (%)**

Município	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços
Anápolis	68,90	79,47	85,68
Araçu	0,09	0,09	0,02
Brazabrantes	0,43	0,07	0,59
Campo Limpo de Goiás	0,58	0,16	0,29
Caturaí	0,07	0,22	0,03
Damolândia	0,29	0,07	0,09
Heitorá	0,08	0,15	0,03
Inhumas	8,89	8,67	4,58
Itaberaí	8,24	4,61	3,08
Itaguari	0,17	0,18	0,04
Itaguaru	0,28	0,32	0,19
Itauçu	1,09	0,48	0,66
Jaraguá	7,59	3,55	3,23
Jesópolis	0,12	0,08	0,01
Nova Veneza	1,25	0,55	0,47
Ouro Verde de Goiás	0,30	0,08	0,19
Petrolina de Goiás	0,43	0,50	0,47
Santa Rosa de Goiás	0,09	0,08	0,02

São Francisco de Goiás	0,54	0,54	0,28
Taquaral de Goiás	0,57	0,14	0,05
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

O Gráfico 1.1 apresenta a taxa de crescimento do número de empregos formais no Estado de Goiás e na Microrregião de Anápolis de 2001 a 2010. Pode-se notar que a empregabilidade na microrregião (em média 7,49%) cresceu a uma taxa superior à do Estado (em média 6,82%) e também que as duas oscilaram praticamente juntas e no mesmo sentido ao longo dos anos. A empregabilidade na microrregião é levemente mais instável que a do Estado, ou seja, sofreu flutuações com maior frequência, o que é possível constatar pelo seu desvio padrão superior (0,027 para a microrregião, 0,014 para o Estado).

Uma informação a ser realçada é que a “Crise dos *Subprime*”, em 2008, também afetou essa microrregião, assim como as demais, nas quais houve grandes quedas do número de empregos formais ou estagnação. Confirmando a tendência geral do Estado de Goiás, o número de empregos formais aumentou de 2006 a 2008 e caiu em seguida, a redução chegou a 2,16 pontos percentuais em 2009, conforme demonstra o Gráfico 2.1.

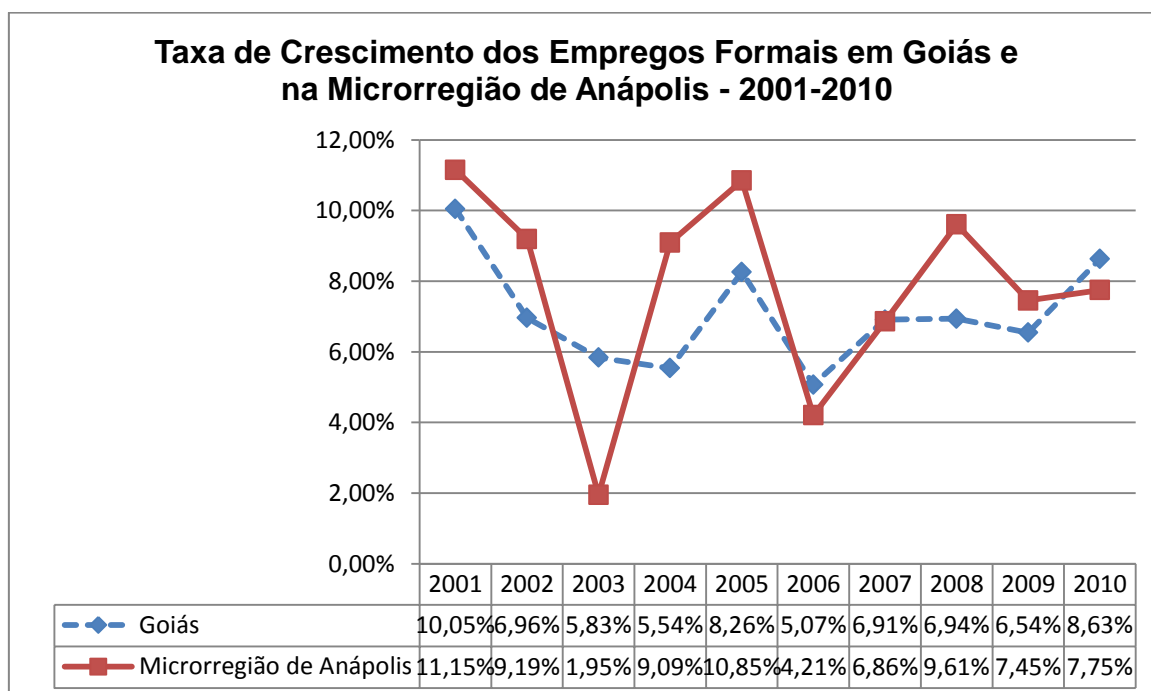


Gráfico 1.1 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais em Goiás e na Microrregião de Anápolis – 2001 - 2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

### 1.3 Faixa Salarial

Pode-se constatar, por meio da Tabela 1.5, que desde 2002 os empregos formais da Microrregião de Anápolis vêm se concentrando nas faixas salariais mais baixas, de até dois salários mínimos. Este fenômeno pode ser, em parte, explicado pela defasagem dos salários mais altos, que não acompanharam a elevação do salário mínimo.

**Tabela 1.5 – Distribuição dos Empregos Formais (em Salários Mínimos) na Microrregião de Anápolis por Faixa de Remuneração (%)**

Ano	2002	2004	2006	2008	2010
Até 0,50	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
0,51 a 1,00	7,2	7,9	8,0	7,9	7,8
1,01 a 1,50	36,1	37,6	41,9	40,5	40,9
1,51 a 2,00	18,3	18,8	18,0	18,8	17,8
2,01 a 3,00	17,4	16,9	14,7	15,6	16,1
3,01 a 4,00	6,8	7,1	5,7	5,9	6,4
4,01 a 5,00	4,2	3,4	2,9	2,9	3,1
5,01 a 7,00	3,7	3,3	3,3	3,4	3,0
7,01 a 10,00	2,8	2,3	2,5	2,2	2,1
10,01 a 15,00	1,7	1,3	1,3	1,2	1,2
15,01 a 20,00	0,8	0,5	0,5	0,4	0,4
Mais de 20,00	0,8	0,5	0,3	0,3	0,2
{ñ class}	0,1	0,3	0,7	0,7	0,7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Conforme demonstra a Tabela 1.6, a maior concentração de trabalhadores ocorreu na faixa de remuneração de 1,01 a 1,5 salários mínimos (41%), em seguida na faixa de 1,51 a dois e a de 2,01 a três salários mínimos. Em relação ao Brasil e ao Estado de Goiás, a Microrregião de Anápolis apresentou maior concentração dos empregos nas faixas de remuneração mais baixas, principalmente de 1,01 a 1,5 salários mínimos.

**Tabela 1.6 – Concentração de trabalhadores no Brasil, em Goiás e na Microrregião de Anápolis por Faixa Salarial – 2010 (Salários Mínimos)**

	Até 0,5	0,51 a 1	1,01 a 1,5	1,51 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20,00
Brasil	0,4	4,5	26,5	18,3	18,8	9,0	5,5	6,1	4,1	2,8	1,2	1,8
Goiás	0,6	7,4	35,9	18,2	15,7	6,8	4,1	5,6	2,4	1,3	0,5	0,6
Microrregião de Anápolis	0,2	7,8	40,9	17,8	16,1	6,4	3,1	3,0	2,1	1,2	0,4	0,2

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Em comparação com as remunerações dos empregos formais em âmbitos nacional e estadual, a remuneração na Microrregião de Anápolis foi inferior (respectivamente 0,3 e 0,8 pontos percentuais, em média), principalmente se comparada nas faixas etárias a partir de 30 anos (Tabela 1.7).

**Tabela 1.7 – Remuneração Média no Brasil, em Goiás e na Microrregião de Anápolis por Faixa Etária – 2010 (Salários Mínimos)**

	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Média
Brasil	0,8	1,0	1,7	2,5	3,1	3,8	4,5	4,7	3,1
Goiás	0,8	0,9	1,6	2,2	2,6	3,2	3,7	4,0	2,6
Microrregião de Anápolis	0,9	1,0	1,5	2,1	2,4	2,6	2,9	3,1	2,3

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

#### 1.4 Escolaridade

De acordo com o Gráfico 1.2, mais da metade dos trabalhadores empregados na Microrregião de Anápolis possuía, em 2010, de nível médio completo a ensino superior. No entanto, a quantidade de trabalhadores com baixo nível educacional ainda foi alta. Nos níveis de ensino acima do médio, a microrregião possuía um número de trabalhadores (16,8%) pouco abaixo, proporcionalmente, do que o Brasil (20,64%). Os níveis foram bastante semelhantes aos apresentados pelo Estado de Goiás, possuindo ligeiramente mais trabalhadores com nível médio completo e menos com nível superior completo.



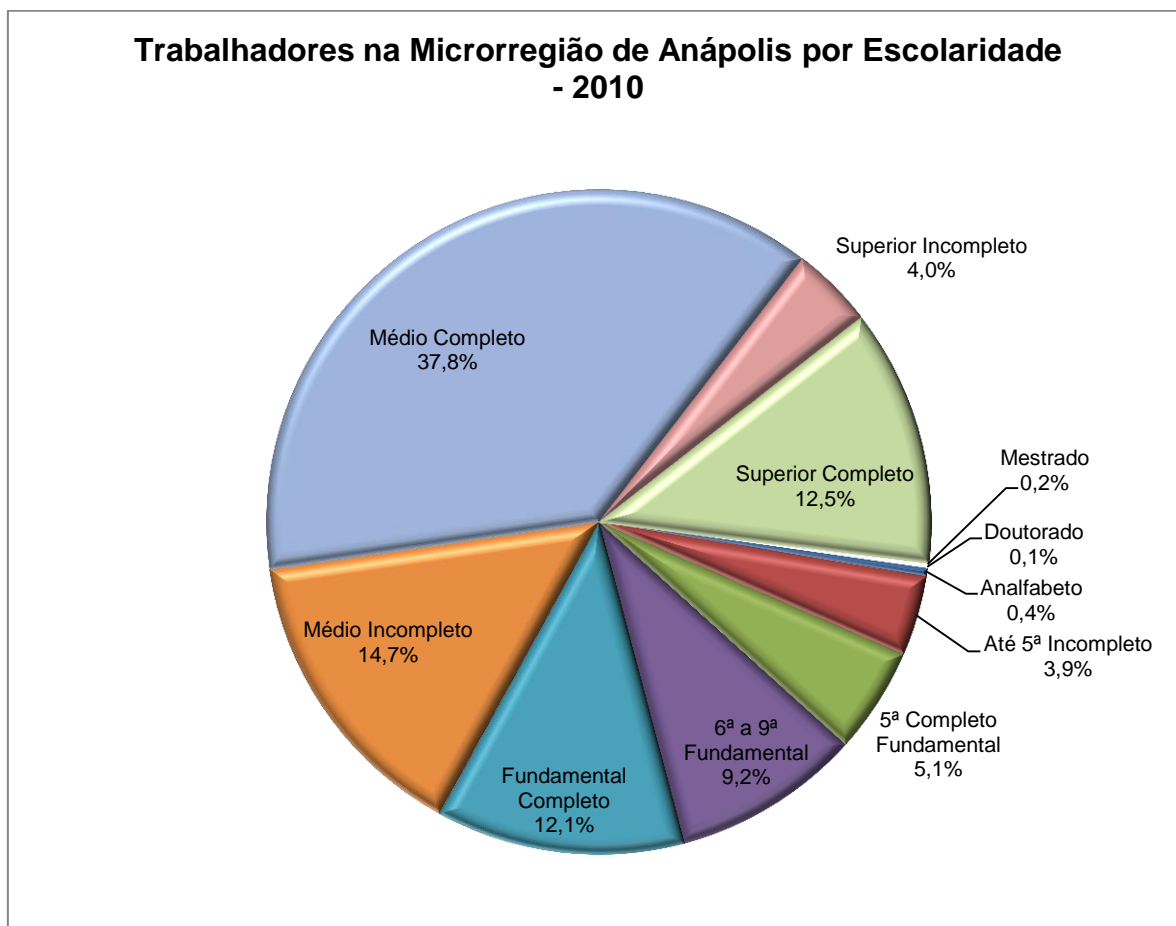


Gráfico 1.2 – Trabalhadores na Microrregião de Anápolis por Escolaridade - 2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

### 1.5 Ocupações por Número e Remuneração

A Tabela 1.8 apresenta as 20 ocupações que mais empregaram na Microrregião de Anápolis no ano de 2010. A maior parte dessas ocupações possuía remuneração baixa, de até dois salários mínimos, com exceção das ocupações de “Gerentes de áreas de apoio” e “professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental”. Dentre as ocupações, a que apresentou a maior taxa de crescimento médio anual, de 2005 a 2010, foi a de “Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental”, com 0,4% de crescimento.

**Tabela 1.8 – As 20 ocupações que mais empregam na Microrregião de Anápolis, sua remuneração média (em salários mínimos) e sua taxa de crescimento anual (média de 2005 a 2010) - 2010**

CBO 2002 subgrupo	2010	Média	SM
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	12.960	0,1	2,4
Vendedores e demonstradores	7.508	0,1	1,8

Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação	6.164	0,1	2,0
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios	6.059	0,1	1,4
Trabalhadores da confecção de roupas	4.229	0,0	1,1
Embaladores e alimentadores de produção	3.735	0,2	1,3
Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário	3.118	0,0	1,8
Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental	2.909	0,4	3,8
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	2.693	0,1	1,2
Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção	2.591	0,2	1,9
Trabalhadores de manobras sobre trilhos e movimentação e cargas	2.365	0,0	1,6
Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança	2.334	0,1	1,7
Trabalhadores da construção civil e obras públicas	2.200	0,1	2,1
Trabalhadores dos serviços de saúde	2.193	0,1	1,4
Trabalhadores de montagem de tubulações, estruturas metálicas e de compósitos	2.118	0,3	2,3
Ajudantes de obras	2.068	0,2	1,6
Caixas, bilheteiros e afins	1.862	0,1	1,5
Técnicos da ciência da saúde humana	1.806	0,1	1,8
Gerentes de áreas de apoio	1.778	0,1	5,1
Técnicos de bioquímica e da biotecnologia	1.626	0,2	1,4

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 1.9 apresenta as 20 ocupações que melhor remuneraram em 2010. Em geral, foram ocupações ligadas à atividade industrial e que exigiam nível técnico ou superior. As profissões mais bem remuneradas são indicadores importantes sobre qual tipo de trabalho é mais valorizado na região e apresentam um possível foco para a atuação na educação, em seus diversos níveis e modalidades.

**Tabela 1.9 – As 20 ocupações que melhor remuneraram em 2010 – Microrregião de Anápolis (Salários Mínimos)**

<b>CBO 2002 subgrupo</b>	<b>Total</b>
Pesquisadores	16,5
Operadores na geração e distribuição de energia (centrais hidrelétricas, termelétrica etc.)	11,6
Diretores gerais	11,2
Profissionais em navegação aérea, marítima e fluvial	10,4
Engenheiros, arquitetos e afins	10,2
Diretores de áreas de apoio	10,0
Diretores de produção e operações	9,5
Agrônomos e afins	8,5
Diretores e gerentes em empresa de serviços de saúde, de educação, ou de serviços culturais	7,4

Profissionais da eletromecânica	6,9
Supervisores da produção de utilidades	6,7
Técnicos de apoio em pesquisa e desenvolvimento	6,5
Auditores fiscais públicos	6,3
Profissionais de relações públicas, publicidade, marketing e comercialização	6,2
Técnicos da produção agropecuária	6,1
Supervisores de produção, em indústrias químicas, petroquímicas e afins	6,1
Advogados, procuradores, tabeliões e afins	6,0
Supervisores de vendas e de prestação de serviços	6,0
Supervisores da extração mineral e da construção civil	5,9
Supervisores em serviços de reparação e manutenção mecânica	5,4

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

### 1.6 Planos Governamentais de Desenvolvimento no Plano Plurianual - PPA 2012

Dentre os principais objetivos do Estado de Goiás até 2015, previstos no plano plurianual (PPA 2012/2015: Plano de Desenvolvimento Estratégico. GOIÁS, 2012), encontram-se: aumento da eficiência dos órgãos públicos, educação básica de qualidade (por meio da qualificação do quadro de professores e aprimoramento dos métodos pedagógicos, entre outros), programas de ampliação da segurança (inclusive melhoria da polícia técnico-científica), fortalecimento do setor agropecuário, melhoria na infraestrutura urbana (ênfase em estradas e saneamento), otimização industrial (ênfase na indústria química), desenvolvimento do turismo, melhora do sistema de saúde (ênfase no acompanhamento da gravidez e no atendimento de crianças até dois anos).

Os projetos diretamente ligados à microrregião de Anápolis são:

- Polo de Desenvolvimento Turístico-Histórico do Eixo Brasília/Corumbá/Pirenópolis/Jaraguá/Goiás: possui por objetivo o desenvolvimento sócio-cultural-econômico desse eixo histórico, promovendo a capacitação profissional e fomento às atividades ligadas ao turismo e à cultura. Entre suas ações algumas são voltadas exclusivamente ao desenvolvimento sociocultural econômico da cidade de Jaraguá, tais como criação de estradas e sinalização turística.
- Programa de Desenvolvimento da Região de Anápolis: são ações deste programa: ações da UEG para a região de Anápolis; apoio à construção de centro de convenções, cultura e agropecuário de Anápolis, apoio à implantação da plataforma logística; apoio à implantação do aeroporto industrial de Anápolis, apoio à implantação do DAIA II, oferecendo

suporte ao polo de Biotecnologia e ao setor metal-mecânico, apoio à implantação do polo de Biotecnologia, articulação para implantação de zona de processamento à exportação, articulação para a implantação do centro de treinamento aeroespacial em Anápolis, articulação para a implantação do entreposto da Zona Franca de Manaus; Construção do Anel Aviário do Distrito Agroindustrial de Anápolis; fomento a projetos de desenvolvimento municipal/regional; implantação de infraestrutura urbana e social; implantação de eixo de desenvolvimento tecnológico Goiânia-Anápolis.

### **1.7 Arranjos Produtivos Locais**

A Microrregião de Anápolis, com base nos dados da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (SETEC), apresenta apenas um arranjo produtivo local consolidado: Confecções da Região de Jaraguá, cuja cidade polo é Jaraguá e o produto é Confecções – Jeans.

A presença dos arranjos produtivos locais estabelecidos e em processo de estabelecimento, assim como os potenciais, demanda uma atuação das instituições de educação que oferecem ensino superior que não se restrinjam à formação profissional. Essa atuação também pode envolver pesquisa e desenvolvimento, promoção de projetos cooperativos por meio de atividade extensionista, aquisição de produtos e serviços, entre outros.

Finalmente, as instituições de ensino superior, sobretudo públicas, devem participar e fortalecer a sua presença na Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (RG – APL). Participação e presença orientada por princípios como formação profissional com elevação da escolaridade, vinculação dos projetos com vista na elevação de emprego e renda e promoção do desenvolvimento regional e local que seja inclusivo social e economicamente.

## 2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

### 2.1 Dados Demográficos

A Microrregião de Anápolis é a terceira com maior contingente populacional do Estado de Goiás, atrás das microrregiões de Goiânia e do Entorno de Brasília. Nesta microrregião, destaca-se principalmente o município de Anápolis, por seu potencial econômico e quantitativo populacional.

Na Microrregião de Anápolis há seis unidades de Instituições de Ensino Superior Públicas. Os municípios de Anápolis e de Inhumas possuem dois câmpus cada, sendo um da Universidade Estadual de Goiás e outro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Nos municípios de Itaberaí e de Jaraguá, há apenas um câmpus da Universidade Estadual de Goiás em cada município.

Em 2010, do total de 540.220 habitantes da Microrregião de Anápolis, 61,94% (334.613) residiam no município de Anápolis (Tabela 2.1). O total da população dos municípios de Inhumas, de Itaberaí e de Jaraguá é de 125.487 pessoas, o que equivale a 23,22% da população da microrregião. Assim, quatro dos 20 municípios que compunham a Microrregião de Anápolis concentravam 85,16% da população. A população da microrregião corresponde a 8,99% do total da população do Estado de Goiás.

Na microrregião predominam pessoas de cor ou raça parda, representando 48,36% do total da população, sendo que no município de Anápolis essas pessoas totalizam 47%, em Itaberaí, 51,85% e em Jaraguá, 55,56% do total de suas respectivas populações. Somente em Inhumas a população branca (48%) foi superior à parda (46,16%).

**Tabela 2.1 - População residente, por cor ou raça, segundo os municípios da Microrregião de Anápolis – 2010**

Municípios/Microrregião e Estado	População residente						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Anápolis	334.613	154.201	17.770	4.968	157.378	295	1
Araçu	3.802	1.643	151	72	1.935	1	-
Brazabrantes	3.232	1.540	105	17	1.570	-	-
Campo Limpo de Goiás	6.241	2.538	565	159	2.976	3	-
Caturai	4.686	1.831	122	134	2.598	1	-
Damolândia	2.747	1.349	70	7	1.321	-	-
Heitorai	3.571	1.503	269	70	1.726	3	-

Inhumas	48.246	23.194	2.233	522	22.272	25	-
Itaberaí	35.371	14.759	1.602	612	18.340	58	-
Itaguari	4.513	1.875	137	29	2.472	-	-
Itaguaru	5.437	1.492	247	63	3.631	4	-
Itauçu	8.575	4.188	277	124	3.986	-	-
Jaraguá	41.870	15.944	1.794	832	23.267	33	-
Jesópolis	2.300	654	64	6	1.576	-	-
Nova Veneza	8.129	4.284	300	75	3.469	1	-
Ouro Verde de Goiás	4.034	1.859	205	58	1.904	8	-
Petrolina de Goiás	10.283	4.682	295	318	4.986	2	-
Santa Rosa de Goiás	2.909	1.948	40	4	917	-	-
São Francisco de Goiás	6.120	2.260	342	250	3.264	4	-
Taquaral de Goiás	3.541	1.749	80	36	1.670	6	-
Microrregião de Anápolis	540.220	243.493	26.668	8.356	261.258	444	1
<b>Goiás</b>	<b>6.003.788</b>	<b>2.502.119</b>	<b>391.918</b>	<b>98.478</b>	<b>3.002.673</b>	<b>8.533</b>	<b>67</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

## 2.2 Aspectos Sociais

Conforme a Tabela 2.2, em 2010, 28,32% do total da população residente na Microrregião de Anápolis frequentava alguma modalidade de ensino, ou seja, 153.029 pessoas. Desse total, 51,35% frequentavam o Ensino Fundamental; 19,82%, o Ensino Médio; 12,92%, o Ensino Superior e 6,72%, a Pré-escola.

Os municípios acompanharam, em termos gerais, os dados da microrregião, predominando as pessoas que frequentavam o Ensino Fundamental (49,75% em Anápolis, 48,63% em Inhumas, 53,82% em Itaberaí, e 57,21% em Jaraguá) e o Ensino Médio (20,19% em Anápolis, 18,63% em Inhumas, 21,34% em Itaberaí, e 15,61% em Jaraguá). Em Jaraguá, o total de pessoas que frequentavam a Pré-escola (9,62%) era maior do que aqueles que frequentavam o Ensino Superior (6,48%).

**Tabela 2.2 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam, segundo os municípios da Microrregião de Anápolis - 2010**

Municípios	Pessoas que frequentavam escola ou creche								
	Total	Curso que frequentavam							
		Creche	Pré-escolar	Classe de alfabetização	Alfabetização de jovens e adultos	Fundamental	Médio	Superior	Especialização de nível superior, mestrado ou doutorado
Anápolis	97.554	1.768	5.954	4.488	604	48.538	19.705	14.916	1.581
Araçu	865	-	51	101	12	497	137	60	8
Brazabrantes	860	-	83	31	3	449	205	88	-
Campo Limpo de Goiás	2.116	91	117	45	4	1.380	363	112	4
Caturai	1.109	-	88	63	4	693	171	86	5
Damolândia	627	6	86	42	2	305	130	44	13
Heitorai	924	31	28	-	4	550	238	59	13
Inhumas	13.804	283	865	996	199	6.714	2.573	1.928	246
Itaberaí	9.846	343	560	629	87	5.300	2.102	701	126
Itaguari	1.077	26	111	133	5	487	242	69	3
Itaguaru	1.332	2	111	34	3	706	306	153	16
Itauçu	2.029	31	240	87	-	1.048	402	190	31
Jaraguá	10.997	210	1.058	836	34	6.292	1.717	713	136
Jesúpolis	1.008	3	32	6	18	722	192	30	6
Nova Veneza	2.022	2	306	94	4	1.066	364	177	8
Ouro Verde de Goiás	1.087	10	83	22	-	634	235	93	10
Petrolina de Goiás	2.977	36	208	121	11	1.668	716	173	45
Santa Rosa de Goiás	621	3	51	7	-	362	138	58	3
São Francisco de Goiás	1.414	37	159	67	7	831	217	92	3
Taquaral de Goiás	761	4	101	58	3	353	189	31	24
Microrregião de Anápolis	153.029	2.887	10.292	7.857	1.004	78.593	30.342	19.773	2.281
<b>Goiás</b>	<b>1.787.847</b>	<b>45.620</b>	<b>137.316</b>	<b>99.304</b>	<b>17.289</b>	<b>905.673</b>	<b>337.198</b>	<b>218.548</b>	<b>26.900</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Conforme a Tabela 2.3, na Microrregião de Anápolis, 50,02% das pessoas de 10 anos ou mais de idade não tinham instrução ou possuíam somente o Ensino Fundamental Incompleto, 23,63% tinham o Ensino Médio Completo e Superior Incompleto, 18,14% possuíam o Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto. Por fim, apenas 7,74% tinham o Ensino Superior Completo.

Nos municípios ocorreu a reprodução desse quadro da microrregião. As pessoas com 10 anos ou mais de idade Sem Instrução e Fundamental Incompleto representavam 44,26% em Anápolis, 57,64% em Inhumas, 57,55% em Itaberaí, e 60,75% em Jaraguá. Em Anápolis e em Jaraguá, as pessoas de 10 anos ou mais de idade que tinham o Ensino

Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás, n. 2, jun, 2013. (ISSN 2316-8706)

Médio Completo e Superior Incompleto representavam, respectivamente, 27,13% e 18,75%. Já em Inhumas e em Itaberaí, a segunda maior representatividade foi das pessoas com Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto, respectivamente, 19,06% e 18,83%.

**Tabela 2.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os municípios da Microrregião de Anápolis - 2010**

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Nível de instrução				
		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Anápolis	285.577	126.404	55.398	77.495	25.386	894
Araçu	3.381	2.203	467	574	120	17
Brazabrantes	2.837	1.681	467	616	73	-
Campo Limpo de Goiás	5.133	3.434	887	649	130	32
Caturai	3.992	2.637	666	537	149	2
Damolândia	2.396	1.488	387	419	103	-
Heitorai	3.080	1.799	593	576	112	-
Inhumas	42.060	24.247	8.019	6.995	2.609	191
Itaberaí	30.275	17.426	5.702	5.322	1.734	91
Itaguari	3.909	2.338	643	808	118	2
Itaguaru	4.789	2.764	803	1.011	204	6
Itauçu	7.560	4.285	1.231	1.585	392	67
Jaraguá	35.241	21.411	5.619	6.610	1.524	78
Jesópolis	1.962	1.325	326	239	72	-
Nova Veneza	6.960	3.862	1.075	1.732	285	6
Ouro Verde de Goiás	3.490	1.868	843	630	150	-
Petrolina de Goiás	9.028	5.145	1.675	1.767	308	134
Santa Rosa de Goiás	2.558	1.550	477	440	85	5
São Francisco de Goiás	5.257	3.532	804	739	156	26
Taquaral de Goiás	3.192	1.859	522	615	137	58
Microrregião de Anápolis	462.676	231.260	86.602	109.359	33.847	1.609
<b>Goiás</b>	<b>5.092.674</b>	<b>2.527.434</b>	<b>924.234</b>	<b>1.213.946</b>	<b>394.491</b>	<b>32.568</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

O Censo Demográfico 2010 do IBGE indica que das 3.158.254 pessoas economicamente ativas do Estado de Goiás, 280.893 (8,89%) estavam na Microrregião de Anápolis. Dessas, 94,15% estavam ocupadas (Tabela 2.4).



**Tabela 2.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo os municípios da Microrregião de Anápolis - 2010**

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade				
		Condição de atividade na semana de referência			
		Total	Economicamente ativas		Não economicamente ativas
			Ocupadas	Desocupadas	
Anápolis	285.577	172.283	160.589	11.693	113.294
Araçu	3.381	1.618	1.560	58	1.762
Brazabrantes	2.837	1.654	1.508	146	1.183
Campo Limpo de Goiás	5.133	3.050	2.967	82	2.083
Caturai	3.992	2.424	2.248	176	1.568
Damolândia	2.396	1.426	1.369	57	970
Heitorai	3.080	1.613	1.590	22	1.467
Inhumas	42.060	25.969	24.822	1.146	16.092
Itaberaí	30.275	19.248	18.165	1.083	11.027
Itaguari	3.909	2.618	2.524	94	1.292
Itaguaru	4.789	2.745	2.651	94	2.044
Itauçu	7.560	4.647	4.532	115	2.913
Jaraguá	35.241	22.356	21.640	716	12.885
Jesúpolis	1.962	1.009	985	23	954
Nova Veneza	6.960	4.455	4.220	235	2.505
Ouro Verde de Goiás	3.490	2.013	1.866	147	1.477
Petrolina de Goiás	9.028	5.135	4.906	229	3.894
Santa Rosa de Goiás	2.558	1.300	1.270	29	1.258
São Francisco de Goiás	5.257	3.244	3.005	239	2.013
Taquaral de Goiás	3.192	2.089	2.063	25	1.103
Microrregião de Anápolis	462.676	280.893	264.483	16.410	181.784
<b>Goiás</b>	<b>5.092.674</b>	<b>3.158.254</b>	<b>2.959.329</b>	<b>198.924</b>	<b>1.934.420</b>
Pessoas com Idade entre 10 a 13 anos					
Anápolis	23.053	969	836	134	22.083
Araçu	289	4	4	-	284
Brazabrantes	233	7	2	5	226
Campo Limpo de Goiás	524	42	42	-	482
Caturai	324	13	9	4	311
Damolândia	146	8	8	-	138
Heitorai	239	18	18	-	221
Inhumas	3.062	261	201	60	2.801
Itaberaí	2.323	186	153	33	2.137
Itaguari	279	86	77	9	193
Itaguaru	324	31	31	-	294
Itauçu	517	40	32	8	476
Jaraguá	3.082	444	391	53	2.637
Jesúpolis	166	1	1	-	165
Nova Veneza	546	55	55	-	491
Ouro Verde de Goiás	291	12	8	4	279
Petrolina de Goiás	594	38	38	-	555
Santa Rosa de Goiás	183	3	3	-	180
São Francisco de Goiás	460	27	17	10	433

Taquaral de Goiás	219	27	24	3	192
Microrregião de Anápolis	36.855	2.275	1.952	323	34.580
<b>Goiás</b>	<b>422.417</b>	<b>27.289</b>	<b>23.067</b>	<b>4.222</b>	<b>395.128</b>
Pessoas com 14 anos ou mais					
Anápolis	262.524	171.313	159.754	11.560	91.211
Araçu	3.092	1.614	1.556	58	1.478
Brazabrantes	2.604	1.647	1.506	141	957
Campo Limpo de Goiás	4.608	3.008	2.925	82	1.601
Caturaiá	3.668	2.411	2.239	172	1.258
Damolândia	2.249	1.417	1.360	57	832
Heitoraiá	2.840	1.595	1.572	22	1.246
Inhumas	38.998	25.707	24.621	1.086	13.291
Itaberaí	27.951	19.062	18.012	1.050	8.889
Itaguari	3.630	2.532	2.447	85	1.098
Itaguaru	4.464	2.714	2.621	94	1.750
Itauçu	7.043	4.606	4.500	107	2.437
Jaraguá	32.160	21.911	21.248	663	10.248
Jesúpolis	1.796	1.008	984	23	788
Nova Veneza	6.414	4.400	4.164	235	2.014
Ouro Verde de Goiás	3.200	2.002	1.858	143	1.198
Petrolina de Goiás	8.434	5.096	4.867	229	3.338
Santa Rosa de Goiás	2.375	1.297	1.267	29	1.078
São Francisco de Goiás	4.798	3.217	2.989	228	1.580
Taquaral de Goiás	2.972	2.062	2.039	22	911
Microrregião de Anápolis	425.822	278.618	262.531	16.087	147.204
<b>Goiás</b>	<b>4.670.258</b>	<b>3.130.965</b>	<b>2.936.262</b>	<b>194.703</b>	<b>1.539.292</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quanto ao gênero das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência na Microrregião de Anápolis (Tabela 2.5), 60,25% eram homens. O rendimento médio dos trabalhadores do gênero masculino era superior ao das mulheres em 31,01%, ou seja, eles recebiam em média R\$ 322,87 a mais do que as mulheres.

**Tabela 2.5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, segundo os municípios da Microrregião de Anápolis - 2010**

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho			Valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$)					
				Médio			Mediano		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Anápolis	157.331	93.416	63.915	1.296,61	1.495,98	1.005,23	800	900	600
Araçu	1.456	918	539	1.089,71	1.339,71	663,81	600	600	510
Brazabranes	1.476	963	513	866,51	945,07	718,99	600	700	510
Campo Limpo de Goiás	2.793	1.888	905	877,44	1.013,03	594,52	600	700	510
Caturai	2.147	1.419	728	836,85	911,76	690,87	600	700	510
Damolândia	1.286	875	411	949,93	1.068,87	696,91	510	600	510
Heitorai	1.484	939	545	863,72	1.005,35	619,59	510	510	510
Inhumas	24.032	13.963	10.069	1.074,27	1.264,32	810,72	700	800	510
Itaberaí	17.300	10.710	6.591	1.120,93	1.304,16	823,2	700	800	510
Itaguari	2.427	1.500	927	826,90	932,77	655,68	510	600	510
Itaguaru	2.533	1.645	888	959,66	1.075,50	745,09	510	520	510
Itaçu	4.376	2.585	1.791	923,58	1.062,95	722,36	510	600	510
Jaraguá	20.398	12.234	8.165	970,2	1.105,70	767,17	600	740	510
Jesúpolis	916	658	258	811,98	878,26	642,70	510	510	510
Nova Veneza	3.824	2.378	1.446	811,26	881,49	695,78	510	600	510
Ouro Verde de Goiás	1.705	1.170	535	902,37	935,93	828,96	510	600	510
Petrolina de Goiás	4.747	3.367	1.379	885,35	981,40	650,85	600	700	510
Santa Rosa de Goiás	1.248	856	392	722,58	797,69	558,31	510	510	510
São Francisco de Goiás	2.697	1.709	988	793,08	840,25	711,49	510	510	510
Taquaral de Goiás	2.002	1.163	839	888,27	980,27	760,68	510	510	510
Microrregião de Anápolis	256.180	154.357	101.823	923,56	1.041,02	718,15	510	600	510
<b>Goiás</b>	<b>2.844.988</b>	<b>1.686.143</b>	<b>1.158.844</b>	<b>1.323,53</b>	<b>1.509,42</b>	<b>1.053,04</b>	<b>750</b>	<b>800</b>	<b>600</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: A média e a mediana são medidas de tendência central. A média é calculada pela soma de todas as observações dividida pelo número total das observações. Já a mediana é o valor central de todas as observações quando colocadas em ordem crescente, separando a metade superior da inferior. No caso de um número par de observações, a mediana é dada pela média das duas observações centrais. Embora geralmente a média seja uma medida mais precisa, também é mais sujeita às distorções provocadas pelos *outliers*.

### 2.3 Índice de Desenvolvimento Humano

Segundo informações do Portal do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil – PNUD, está sendo produzido um novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Com dados do Censo 2010, esse novo Atlas terá seu lançamento no início de 2013 e apresentará o IDH de todos os municípios do país, bem como indicadores de suporte à análise do IDH. Assim, para essa parte do estudo,

será considerado o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2003, que tem como base o Censo do ano 2000.

O Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M) é uma média dos IDH's de renda, educação e longevidade. Nos municípios da Microrregião de Anápolis (Tabela 2.6), o município de Jaraguá foi o que apresentou a maior elevação no IDH-M entre 1991 e 2000, 0,092, apesar do município de Anápolis apresentar os maiores índices.

De acordo com a classificação segundo o IDH, todos os municípios tem IDH-M considerado médio (entre 0,500 a 0,799). Entre todos os IDHs, os de educação são os maiores, sendo classificados como elevado (igual ou superior 0,800) em todos os municípios, exceto Itaberaí (0,796).

**Tabela 2.6 - Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios que sediam Instituições de Ensino Superior Públicas por Microrregião. Microrregião de Anápolis.**

Índices	Anápolis		Inhumas		Itaberaí		Jaraguá	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
IDH-M/Renda	0,684	0,721	0,650	0,699	0,626	0,697	0,579	0,653
IDH-M/Educação	0,810	0,889	0,745	0,842	0,718	0,796	0,691	0,803
IDH-M/Longevidade	0,670	0,754	0,637	0,754	0,639	0,725	0,637	0,727
<b>IDH - Municipal</b>	<b>0,721</b>	<b>0,788</b>	<b>0,677</b>	<b>0,765</b>	<b>0,661</b>	<b>0,739</b>	<b>0,636</b>	<b>0,728</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Segplan/IMB – 2012.

## 2.4 Endemias

Em 2011 na Microrregião de Anápolis houve 213 casos de dengue, sendo que 211 foram casos de dengue clássico (Tabela 2.7). No entanto, estes dados, em geral, são subnotificados, pois há problemas nas secretarias municipais e estaduais de saúde no que tange às notificações.

**Tabela 2.7 - Número de Casos de Dengue Registrados por Microrregião. Microrregião de Anápolis - 2011**

Endemias	Microrregião de Anápolis
Dengue	211
Febre hemorrágica devido ao vírus da dengue	2
<b>TOTAL</b>	<b>213</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do DATASUS.

### 3 ASPECTOS EDUCACIONAIS

De acordo com a Tabela 3.1 nota-se que na Microrregião de Anápolis o número total de professores aumentou 2,43%, passando de 6.119, em 2001, para 6.268 professores, em 2006. Em 2011, o número de professores caiu para 5.870, o que representa uma redução de 4,06% em relação a 2001.

Percebe-se que dos 20 municípios, apenas sete tinham mais docentes no ano de 2011, se comparado ao ano de 2001, a saber, Brazabranes, Campo Limpo de Goiás, Damolândia, Itaberaí, Itaguaru, Jaraguá, Jesúpolis. Desses, somente Campo Limpo de Goiás, Itaguaru e Jaraguá apresentaram um crescimento contínuo, ou seja, em todos os anos da série.

Em 2011, os municípios que apresentaram o maior número de professores foram Anápolis, Inhumas, Itaberaí e Jaraguá, juntos representam 84,87% do total de docentes da microrregião.

**Tabela 3.1 - Número total de docentes em atividade no ensino pré-escolar, fundamental e médio na Microrregião de Anápolis – 2001, 2006, 2011.**

<b>Número de Docentes</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2001</b>	<b>2006</b>	<b>2011</b>
Anápolis	3.610	3.863	3.456
Araçu	73	39	38
Brazabranes	36	39	37
Campo Limpo de Goiás	53	62	73
Caturaí	48	48	43
Damolândia	28	30	29
Heitorá	51	56	51
Inhumas	664	706	663
Itaberaí	338	324	438
Itaguari	71	51	56
Itaguaru	77	80	87
Itauçu	153	105	80
Jaraguá	412	421	425
Jesúpolis	29	24	27
Nova Veneza	89	81	80
Ouro Verde de Goiás	66	54	54
Petrolina de Goiás	145	123	104
Santa Rosa de Goiás	45	39	31
São Francisco de Goiás	75	74	57
Taquaral de Goiás	56	49	41
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>6.119</b>	<b>6.268</b>	<b>5.870</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

A microrregião apresentou redução de 19 estabelecimentos de ensino entre 2001 e 2011, o que representa uma diminuição de 4,89%. Entre 2001 e 2006 houve um decréscimo de 37 estabelecimentos de ensino (9,53%). Já de 2006 para 2011 houve um aumento de 18 estabelecimentos (5,12%).

Observa-se que, entre todos os municípios, seis tinham em 2011 o mesmo número de estabelecimentos que constatados em 2001, a saber, Brazabranes (5 estabelecimentos), Damolândia (2 estabelecimentos), Itaguari (4 estabelecimentos), Itaguaru (5 estabelecimentos), Santa Rosa de Goiás (2 estabelecimentos) e São Francisco de Goiás (4 estabelecimentos).

Os municípios que possuíam o maior número de estabelecimentos em 2011 são Anápolis, Inhumas, Jaraguá e Itaberaí. Esses quatro municípios detêm 82,92% dos estabelecimentos de ensino da microrregião.

**Tabela 3.2 - Número total de estabelecimentos de ensino pré-escolar, fundamental e médio na Microrregião de Anápolis – 2001, 2006, 2011.**

<b>Número de Estabelecimentos de Ensino</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2001</b>	<b>2006</b>	<b>2011</b>
Anápolis	187	182	204
Araçu	6	3	3
Brazabranes	5	5	5
Campo Limpo de Goiás	2	2	3
Caturaí	4	3	2
Damolândia	2	3	2
Heitorai	9	6	6
Inhumas	56	49	48
Itaberaí	26	21	22
Itaguari	4	3	4
Itaguaru	5	5	5
Itauçu	14	8	8
Jaraguá	38	33	32
Jesúpolis	1	2	2
Nova Veneza	7	6	6
Ouro Verde de Goiás	3	3	2
Petrolina de Goiás	9	9	7
Santa Rosa de Goiás	2	2	2
São Francisco de Goiás	4	4	4
Taquaral de Goiás	4	2	2
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>388</b>	<b>351</b>	<b>369</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Apesar de terem apresentado redução no número de estabelecimento de ensino e do número de docentes na microrregião, houve um aumento no número de salas de aula. Na microrregião como um todo o crescimento foi de 18,31%.

Apenas cinco municípios tiveram redução no número de salas de aula, são eles, Araçu, Caturai, Itauçu, Ouro Verde de Goiás e Taquaral de Goiás. Os municípios que possuem o maior número de salas de aula são Anápolis, Inhumas, Jaraguá e Itaberaí.

**Tabela 3.3 - Número total de salas de aula dos estabelecimentos de ensino pré-escolar, fundamental e médio na Microrregião de Anápolis - 2001, 2006, 2011.**

<b>Número de Salas de Aula</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2001</b>	<b>2006</b>	<b>2011</b>
Anápolis	1.722	1.809	2.085
Araçu	32	24	26
Brazabrantes	20	21	21
Campo Limpo de Goiás	22	26	34
Caturai	24	23	23
Damolândia	11	21	20
Heitorai	31	30	39
Inhumas	310	313	363
Itaberaí	158	155	192
Itaguari	33	30	38
Itaguaru	41	34	41
Itauçu	87	66	58
Jaraguá	202	234	250
Jesúpolis	9	15	17
Nova Veneza	47	47	57
Ouro Verde de Goiás	26	27	25
Petrolina de Goiás	59	68	77
Santa Rosa de Goiás	18	17	21
São Francisco de Goiás	34	39	39
Taquaral de Goiás	30	20	24
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>2.916</b>	<b>3.019</b>	<b>3.450</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Quanto à taxa de alfabetização da microrregião, essa apresentou elevação significativa de 1991 a 2010. Conforme demonstra a Tabela 3.4, todos os municípios tiveram crescimento nas taxas de alfabetização, por conseguinte teve curso na Microrregião Anápolis houve um aumento de 19,04 pontos percentuais do primeiro ano considerado até 2010.

Quanto aos municípios, os que apresentaram as maiores taxas de alfabetização em 2010 foram Brazabrantes (90,01%), Inhumas (90,69%), Itaberaí (90,54%), Jaraguá (91,23%), Nova Veneza (91,99%), Petrolina de Goiás (90,77%) e Anápolis (94,7%).

**Tabela 3.4 - Taxa de Alfabetização (%) das pessoas de 10 anos ou mais na Microrregião de Anápolis – 1991, 2000, 2010.**

<b>Taxa de Alfabetização</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Anápolis	87,5	92	94,7
Araçu	74,8	81,5	85,37
Brazabrantes	76,4	86,2	90,01
Campo Limpo de Goiás	-	-	87,8
Caturai	75,7	83,2	88,55
Damolândia	80,6	84,9	88,09
Heitorai	78,2	85,8	88,03
Inhumas	81,6	87,8	90,69
Itaberaí	78,3	84,2	90,54
Itaguari	76,2	82,1	86,24
Itaguaru	75,9	86	87,03
Itauçu	79,9	85,1	88,85
Jaraguá	77,1	86,6	91,23
Jesúpolis	-	82,6	85,91
Nova Veneza	79,1	86,5	91,99
Ouro Verde de Goiás	76,2	85,9	89,19
Petrolina de Goiás	75,8	82	90,77
Santa Rosa de Goiás	76,7	82,7	86,13
São Francisco de Goiás	71,5	82,3	86,33
Taquaral de Goiás	74,7	84,6	89,47
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>69,8</b>	<b>80,6</b>	<b>88,84</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Quanto ao número de alunos matriculados na Educação Básica, houve um decréscimo significativo de matrículas, ficando 19,02 % menor nos últimos dez anos da série.

**Tabela 3.5 - Número de alunos matriculados na rede de ensino federal, estadual, municipal e particular na Microrregião de Anápolis – 2002, 2007, 2012.**

<b>Número de Matrículas Total</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2002</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>
Anápolis	94.708	77.656	79.240
Araçu	1.354	1.018	839
Brazabrantes	910	733	638
Campo Limpo de Goiás	1.606	1.549	1.730
Caturai	1.329	1.099	1.079
Damolândia	946	680	607
Heitorai	1.208	991	903
Inhumas	16.884	13.262	11.314
Itaberaí	8.646	8.258	8.248
Itaguari	1.468	1.140	1.098
Itaguaru	2.040	1.394	1.127
Itauçu	2.658	2.000	1.605
Jaraguá	10.594	10.455	10.236



Jesúpolis	691	594	592
Nova Veneza	2.183	1.912	1.727
Ouro Verde de Goiás	1.237	1.163	854
Petrolina de Goiás	2.970	2.395	1.733
Santa Rosa de Goiás	1.081	765	571
São Francisco de Goiás	1.903	1.513	1.296
Taquaral de Goiás	1.277	802	634
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>155.693</b>	<b>129.379</b>	<b>126.071</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Na tabela 3.6 encontramos um crescimento exponencial de alunos matriculados em creches na Microrregião de Anápolis. Temos um crescimento de 241,35 % no período compreendido entre 2002 e 2012.

**Tabela 3.6 - Número de alunos matriculados na creche na rede federal, estadual, municipal e na Microrregião de Anápolis – 2002, 2007, 2012.**

<b>Número de Matrículas na Creche</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2002</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>
Anápolis	581	1.030	2.239
Araçu	-	-	-
Brazabrantes	-	-	-
Campo Limpo de Goiás	-	22	146
Caturai	-	-	-
Damolândia	-	-	-
Heitorai	57	43	96
Inhumas	353	429	693
Itaberaí	-	443	448
Itaguari	-	48	35
Itaguaru	-	-	8
Itaçu	-	65	57
Jaraguá	120	228	328
Jesúpolis	-	-	-
Nova Veneza	16	41	3
Ouro Verde de Goiás	-	17	17
Petrolina de Goiás	36	39	56
Santa Rosa de Goiás	-	-	-
São Francisco de Goiás	80	82	117
Taquaral de Goiás	-	-	-
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>1.243</b>	<b>2.487</b>	<b>4.243</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Na educação de Jovens e Adultos da Educação Básica, temos um decréscimo de -85,33 % no número de matrículas na Microrregião. Tal processo pode estar ligado à pouca procura por parte da população alvo dessa modalidade de ensino, o próprio

desinteresse pela escola e pela educação, a redução do número de alunos potenciais para a EJA, entre outros fatores. Tal realidade demanda a condução de uma pesquisa mais aprofundada nessa microrregião.

**Tabela 3.7 - Número de alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos na rede federal, estadual, municipal e particular na Microrregião de Anápolis – 2002, 2007, 2012.**

<b>Número de Matrículas na EJA</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2002</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>
Anápolis	9.911	6.218	1.128
Araçu	190	33	15
Brazabrantes	-	-	3
Campo Limpo de Goiás	-	51	33
Caturai	-	110	35
Damolândia	60	-	7
Heitorai	71	64	13
Inhumas	1.613	860	224
Itaberaí	609	430	153
Itaguari	-	15	15
Itaguaru	270	88	25
Itauçu	257	-	28
Jaraguá	562	289	241
Jesúpolis	-	16	24
Nova Veneza	78	-	61
Ouro Verde de Goiás	-	11	13
Petrolina de Goiás	296	193	30
Santa Rosa de Goiás	81	-	8
São Francisco de Goiás	58	59	47
Taquaral de Goiás	345	21	9
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>14.401</b>	<b>8.458</b>	<b>2.112</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Na Educação Especial aconteceu, a partir de 2007, um aumento considerável na oferta de matrículas para essa modalidade. Esse aumento foi de 620,05 % no período analisado.

**Tabela 3.8 - Número de alunos matriculados na Educação Especial na rede federal, estadual, municipal e particular na Microrregião de Anápolis – 2002, 2007, 2012.**

<b>Número de Matrículas na Educação Especial</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2002</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>
Anápolis	529	1.015	3.864
Araçu	-	12	-
Brazabrantés	-	5	-
Campo Limpo de Goiás	-	6	-
Caturai	-	4	33
Damolândia	-	12	-
Heitorai	-	7	51
Inhumas	127	182	558
Itaberaí	-	51	469
Itaguari	-	7	23
Itaguaru	-	8	72
Itaçu	-	22	-
Jaraguá	76	157	200
Jesúpolis	-	22	-
Nova Veneza	-	42	33
Ouro Verde de Goiás	-	24	-
Petrolina de Goiás	-	41	11
Santa Rosa de Goiás	6	1	-
São Francisco de Goiás	-	15	-
Taquaral de Goiás	-	11	-
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>738</b>	<b>1.644</b>	<b>5.314</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Na Educação Profissional aconteceu um aumento considerável na oferta cursos e no número de alunos matriculados a partir de 2007. O número de alunos matriculados chegou, em 2012, a 2.610.

**Tabela 3.9 - Número de alunos matriculados na Educação Profissional na rede federal, estadual, municipal e particular na Microrregião de Anápolis – 2002, 2007, 2012.**

<b>Número de Matrículas na Educação Profissional</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2002</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>
Anápolis	-	885	2.550
Araçu	-	-	-
Brazabrantés	-	-	-
Campo Limpo de Goiás	-	-	-
Caturai	-	-	-
Damolândia	-	-	-
Heitorai	-	-	-
Inhumas	-	-	23
Itaberaí	-	-	-
Itaguari	-	-	-
Itaguaru	-	-	-
Itaçu	-	-	-

Jaraguá	-	-	37
Jesúpolis	-	-	-
Nova Veneza	-	-	-
Ouro Verde de Goiás	-	-	-
Petrolina de Goiás	-	-	-
Santa Rosa de Goiás	-	-	-
São Francisco de Goiás	-	-	-
Taquaral de Goiás	-	-	-
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>0</b>	<b>885</b>	<b>2.610</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Na Pré-escola, ocorreu um crescimento moderado do número de alunos nesse segmento, o que pode estar ligado ao crescimento de algumas cidades que compõe essa Microrregião, sobretudo da cidade de Anápolis, que tem recebido número crescente de trabalhadores atraídos pela retomada do processo de industrialização no município. Tal realidade também concorre para o aumento do número de matrículas.

**Tabela 3.10 - Número de alunos matriculados na Pré-escola na rede federal, estadual, municipal e particular na Microrregião de Anápolis – 2002, 2007, 2012.**

<b>Número de Matrículas na Pré-Escola</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2002</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>
Anápolis	2.727	2.337	4.392
Araçu	67	84	77
Brazabrantes	83	97	85
Campo Limpo de Goiás	40	81	150
Caturai	122	104	127
Damolândia	31	47	69
Heitorai	72	52	49
Inhumas	1.246	1.232	1.132
Itaberaí	699	462	563
Itaguari	159	124	117
Itaguaru	227	160	97
Itauçu	231	235	143
Jaraguá	516	1.128	1.059
Jesúpolis	-	16	61
Nova Veneza	338	259	238
Ouro Verde de Goiás	65	117	76
Petrolina de Goiás	215	169	125
Santa Rosa de Goiás	55	59	68
São Francisco de Goiás	121	58	96
Taquaral de Goiás	59	90	61
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>7.073</b>	<b>6.911</b>	<b>8.785</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

Quando se analisa as matrículas no ensino Fundamental na Microrregião de Anápolis, percebe-se uma queda sistemática no número de alunos nos anos da série. A própria pirâmide etária da população brasileira concorre para tanto à medida que tem curso um processo de diminuição da população até de 15 anos e um aumento das faixas etárias mais avançadas, o que reflete claramente no número de nas matrículas nesse nível de ensino.

**Tabela 3.11 - Número de alunos matriculados no Ensino Fundamental na rede federal, estadual, municipal e particular na Microrregião de Anápolis – 2002, 2007, 2012.**

<b>Número de Matrículas no Ensino Fundamental</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2002</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>
Anápolis	59.054	49.627	48.819
Araçu	819	669	544
Brazabrantes	702	503	451
Campo Limpo de Goiás	1.267	1.119	1.127
Caturai	979	694	671
Damolândia	652	466	390
Heitorai	792	631	547
Inhumas	10.203	8.010	6.422
Itaberaí	5.606	5.689	5.143
Itaguari	1.058	742	684
Itaguaru	1.090	870	687
Itauçu	1.561	1.287	1.061
Jaraguá	6.750	6.825	6.528
Jesúpolis	574	401	388
Nova Veneza	1.334	1.167	1.061
Ouro Verde de Goiás	937	774	580
Petrolina de Goiás	1.806	1.549	1.141
Santa Rosa de Goiás	712	516	374
São Francisco de Goiás	1.245	1.040	774
Taquaral de Goiás	685	523	416
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>97.826</b>	<b>83.102</b>	<b>77.808</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

O número de alunos matriculados no Ensino Médio permaneceu praticamente inalterado ao longo dos dez anos da série. Em 2012, 65,65 % das matrículas nessa modalidade de ensino estavam na cidade de Anápolis.

**Tabela 3.12 - Número de alunos matriculados no Ensino Médio na rede federal, estadual, municipal e particular na Microrregião de Anápolis – 2002, 2007, 2012.**

<b>Número de Matrículas no Ensino Médio</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2002</b>	<b>2007</b>	<b>2012</b>
Anápolis	15.747	16.544	16.248
Araçu	227	220	203
Brazabrantes	79	128	99
Campo Limpo de Goiás	205	270	274
Caturai	148	187	213
Damolândia	143	155	141
Heitorai	205	194	147
Inhumas	2.211	2.549	2.262
Itaberaí	1.659	1.183	1.472
Itaguari	245	204	224
Itaguaru	446	268	238
Itaçu	481	391	316
Jaraguá	1.716	1.828	1.843
Jesúpolis	117	139	119
Nova Veneza	302	403	331
Ouro Verde de Goiás	171	220	168
Petrolina de Goiás	401	404	370
Santa Rosa de Goiás	180	189	121
São Francisco de Goiás	287	259	262
Taquaral de Goiás	153	157	148
<b>Microrregião de Anápolis</b>	<b>25.123</b>	<b>25.892</b>	<b>25.199</b>

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2012.

#### **4 LEVANTAMENTO DE CURSOS E IDENTIFICAÇÃO DE EIXOS CIENTÍFICO-TECNOLÓGICOS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ANÁPOLIS<sup>3</sup>**

O Câmpus Anápolis do IFG apresenta como prioridade institucional a oferta de cursos técnicos integrados e de cursos superiores a eles articulados, a partir das áreas constituídas para a oferta desses cursos técnicos. Essa prioridade está orientada

<sup>3</sup> Os eixos científico-tecnológicos são elementos articuladores dos projetos de cursos, pesquisas e extensão, em uma perspectiva de verticalização acadêmica concebida a partir das áreas epistemológicas e tecnológicas convergentes e/ou afins. Neste sentido, os eixos científico-tecnológicos concorrem para o estabelecimento dos polos de ensino e formação, que são a constituição de convergências entre diversas modalidades de ensino e de cursos incluindo a pós-graduação *stricto sensu*, bem como a sua articulação com a pesquisa e a extensão, no âmbito de cada câmpus, tendo em vista alcançar uma concentração e excelência em áreas de formação profissional e tecnológica. O estabelecimento de ‘polos’ constitui-se, portanto, em uma iniciativa de estruturação da vida acadêmica e da organização da instituição, com o objetivo de moderar dinâmicas que tendem a promover a fragmentação e a dispersão de instituições de ensino organizadas por meio de estruturas pluricurriculares e multicampi e que oferecem uma grande diversidade de níveis e de modalidades de ensino, bem como de cursos. Os primeiros passos no sentido da conformação de ‘polos de ensino e formação’ são determinados pela definição do(s) eixo(s) científico-tecnológico(s) de cada câmpus, a partir dos quais serão oferecidos os primeiros cursos, numa perspectiva de agregação pluricurricular.

fundamentalmente para o setor de Transporte e Logística, por meio do Curso na Modalidade Projeja em Transporte de Cargas, curso superior de Tecnologia em Transporte de Cargas e Bacharelado em Engenharia da Mobilidade. O Câmpus também está orientado para os setores de indústria da construção civil, por meio do Curso Técnico Integrado em Edificações, de serviços, por meio dos Cursos Técnico Integrado em Informática para Internet e do Curso Técnico Integrado Projeja em Secretaria Escolar, ainda atua na área de química, com o curso Técnico Integrado e uma Licenciatura e ainda vai ofertar uma licenciatura na área de ciências humanas com o curso de Sociologia.

Pode-se verificar, pelo Quadro 4.1, que os cursos e modalidades ofertados no Câmpus Anápolis do IFG se distribuem em vários eixos tecnológicos:

**Quadro 4.1 - Cursos Ofertados no IFG – Câmpus Anápolis. Microrregião de Anápolis.**

MODALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA FINAL			Ano de Implantação/alteração	EIXO
	Curso	Turno	Vagas	Curso	Turno	Vagas		
INTEGRADO	Edificações	mat	30	Edificações	Int	30	2013	Infraestrutura
	Secretaria Escolar	mat	30	Secretaria Escolar	0	0	2013	Desenvolvimento Educacional e Social
	Química	mat	30	Química	Int	30	2013	Controle e Processos Industriais
	Informática para Internet	mat	30	Informática para Internet	0	0	2013	Informação e comunicação
				Comércio Exterior	Int	30	2013	Gestão e Negócios
SUBSEQUENTE	Edificações	not	60	Edificações	0	0	2013_1	Infraestrutura
PROEJA	Transporte de Cargas	not	60	Transporte de Cargas	not	30	2013_1	Infraestrutura
				Secretaria Escolar	not	30	2013_1	Desenvolvimento Educacional e Social
LICENCIATURA	Química	not	60	Química	not	30	2013_1	Ciências Exatas e da Terra
				Ciências Sociais	vesp	30	2013_1	Ciências Humanas
TECNÓLOGO E BACHARELADO	Tecnólogo em Logística	not	60	Tecnólogo em Logística	not	30	2013_1	Gestão e Negócios
				Engenharia da Mobilidade	mat	30	2014_1	Engenharias

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Pró-Reitoria de Ensino do IFG.

Nota: Nesse quadro foram utilizados os conceitos de Áreas do Conhecimento da Capes e Eixos Tecnológicos que constam dos Catálogos de Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia do MEC, diferente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Observa-se, por meio do Quadro 4.2, que os cursos e modalidades atualmente oferecidos pelo Campus Anápolis do IFG estão voltados prioritariamente para o atendimento do arco de ocupações profissionais vinculados às atividades de transporte e logística e de indústria.

Em nossa perspectiva, o eixo científico-tecnológico de Transporte e Logística, está bem estruturado, proporcionando assim a criação de condições favoráveis para o desencadeamento de um processo de consolidação de um Polo de Ensino e Formação de Logística, vinculando também a ele o curso Técnico Integrado em Edificações.

O eixo científico-tecnológico de Gestão e Educação não tende a formar polo, mas será importante instrumento de consolidação do Câmpus com os cursos: Proeja em Secretariado Escolar, Licenciatura em Ciências Sociais e o Técnico Integrado em Comércio Exterior. O eixo científico-Tecnológico de Indústria, com os cursos Técnico Integrado em Química, Licenciatura em Química e Técnico Integrado em Edificações, não tende a formar um polo, mas possibilitará à Instituição interagir com o setor industrial farmoquímico que se estabelece em Anápolis, possibilitando a inserção da Instituição no desenvolvimento regional também pela oferta de cursos para esse setor industrial.

**Quadro 4.2 - Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – IFG Câmpus Anápolis. Microrregião de Anápolis.**

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO</b>
Engenharia da Mobilidade	Bacharelado	Logística
Tecnólogo em Logística	Tecnólogo	
Transporte de Cargas	Proeja	
<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO</b>
Secretariado Escolar	PROEJA	Gestão e Educação
Licenciatura em Ciências Sociais	Licenciatura	
Comercio Exterior	Técnico Integrado	
<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL</b>
Química	Técnico Integrado	Indústria
Quimica	Licenciatura	
Edificações	Técnico Integrado	

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Pró-Reitoria de Ensino do IFG.



Quanto aos cursos e modalidades atualmente oferecidos pelo Câmpus Inhumas do IFG observa-se que estão voltados prioritariamente para o atendimento de um arco de ocupações profissionais vinculados a indústria química e alimentos e ciências da informação e, de forma complementar, a formação de professores. Os cursos e modalidades aglutinados nos eixos científico-tecnológicos de Indústria e Alimentos e de Ciências da Informação apresentam pouca articulação entre si. Nenhum dos dois eixos estão consolidados, necessitando de oferta de novos cursos que, complementarão a conformação dos eixos, tais como Engenharia de Computação e Engenharia de Alimentos respectivamente.

**Quadro 4.3 - Cursos Ofertados no IFG – Câmpus Inhumas. Região Metropolitana de Goiânia.**

MODALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA FINAL			Ano de Implantação/ alteração	EIXO
	Curso	Turno	Vagas	Curso	Turno	Vagas		
Integrado	Alimentos	int	30	Alimentos	0	0	2013_1	Produção Alimentícia
	Informática	int	30	Informática	int	30	Em andamento	Informação e Comunicação
	Química	int	30	Química	int	30	Em andamento	Controle e Processos Industriais
Subsequente								
Proeja	Manut. e Sup. Em Informática	not	60	Manut. E Sup. Em Informática	0	0	2013_1	Informação e Comunicação
				Agroindústria	not	30	2014_1	Produção Alimentícia
				Panificação	not	30	2013_1	Produção Alimentícia
Licenciatura	Química	not	60	Química	not	30	2013_1	Ciências Exatas e da Terra
				Ciências Biológicas	not	30	2013_2	Ciências Biológicas
Tecnólogo e Bacharelado	Bacharelado em Informática	not	60	Bacharelado em Informática	0	0	2013_1	Ciências Exatas e da Terra
				Bacharelado em Sistemas da Informação	mat	30	2013_1	Ciências Exatas e da Terra
				Tecnologia em Alimentos	not	30	2013_2	Produção Alimentícia

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Pró-Reitoria de Ensino do IFG.

Nota: Nesse quadro foram utilizados os conceitos de Áreas do Conhecimento da Capes e Eixos Tecnológicos que constam dos Catálogos de Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia do MEC, diferente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

Da forma que está se encaminhando a oferta de cursos do Câmpus Inhumas percebe-se uma fragmentação em quatro áreas, isto é, permanece sem articular e consolidar eixos científico-tecnológicos.

A tentativa de consolidação de um eixo científico-tecnológico de Informática, com um curso de bacharelado e um Técnico Integrado em Informática, se estabelece sob determinados limites. De um lado, o município não apresenta uma sem profundidade de demanda e, por outro lado, não possui interações profundas entre cursos dentro dos eixos.

Recomenda-se que Câmpus leve em conta a vocação social e econômica do município de Inhumas e região ao seu entorno: agroecologia, hortifrutigranjeiros e agricultura familiar. Essas características não estão contempladas em nenhum dos cursos ofertados, posto que o curso Superior de Tecnologia em Alimentos e o curso Técnico na modalidade PROEJA em Agroindústria atendem fundamentalmente ao agronegócio e a produção agroindustrial. O agronegócio dominante na região possui basicamente indústria de açúcar e álcool, que é atendido pelo curso Técnico Subsequente em Açúcar e Álcool na modalidade de ensino à distância.

É importante salientar, que cursos pouco conhecidos pelo mercado, como o curso Superior de Tecnologia em Alimentos, terão além de pouca procura por parte dos alunos, uma difícil inserção dos egressos no mercado de trabalho, uma vez que essa área de atuação já está sendo consolidada com os cursos de Engenharia de Alimentos oferecidos por várias instituições em Goiânia, inclusive pela UFG.

A conformação de um eixo científico-tecnológico em Ciências da Terra e Produção Alimentícia, que estaria em sintonia com a vocação social e econômica do município de Inhumas da região ao seu entorno, seria necessária a oferta de cursos que estabelecessem uma conexão com a agricultura familiar e a pequena propriedade rural desvinculada do agronegócio, ao não vinculada diretamente a este. Recomenda-se criar o Curso Técnico Integrado e/ou PROEJA em Fruticultura e o Curso Superior de Tecnologia em Horticultura com previsão de duração determinado. Este curso daria lugar ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, que seria estabelecido com turmas e duração também definidas, gerando assim um itinerário formativo capaz de capacitar um grupo consistente de profissionais nos dois cursos, formados em mais de um ramo de atuação na agricultura familiar. Por outro lado, esses cursos poderiam ser ofertados em regime de alternância, recebendo assim alunos de todo o Estado de Goiás.

Essas ofertas poderiam concorrer para a consolidação do Câmpus Inhumas como alternativa de formação profissional voltada para os trabalhadores da agricultura de produção alimentícia a partir da pequena propriedade, atuando também em cursos de Formação Inicial e Continuada e Certificação de Saberes nesse segmento.

**Quadro 4.4 - Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – IFG Câmpus Inhumas. Região Metropolitana de Goiânia.**

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
		Não há eixo estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
Informática	Técnico Integrado	Gestão, informação e comunicação
Sistemas da Informação	Bacharelado	
Química	Técnico Integrado	Alimentos, química e processos industriais
Química	Licenciatura	
Agroindústria	PROEJA	
Panificação	PROEJA	
Alimentos	CST	
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
Ciências Biológicas	Licenciatura	Ciências biológicas e recursos naturais

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Pró-Reitoria de Ensino do IFG.

O Câmpus Anápolis da UEG constituiu-se com base nos seguintes áreas acadêmicas: Ciências Exatas e da terra, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde. Os cursos ofertados estão prioritariamente voltados para a área de Ciências Exatas e da Terra.

**Quadro 4.5 - Cursos Ofertados na UEG – Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas, Câmpus Anápolis. Microrregião de Anápolis.**

CURSO	MODALIDADE	TURNOS	VAGAS POR EDITAL	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Integral	30	Ciências Sociais Aplicadas
Ciências Biológicas	Licenciatura	Integral	30	Ciências Biológicas
Química	Licenciatura	Matutino e Vespertino	30	Ciências Exatas e da Terra
Engenharia Agrícola	Bacharelado	Integral	30	Engenharias
Engenharia Civil	Bacharelado	Integral	30	Engenharias

Farmácia	Bacharelado	Integral	30	Ciências da Saúde
Matemática	Licenciatura	Matutino	-	Ciências Exatas e da Terra
Química Industrial	Bacharelado	Integral	30	Ciências Exatas e da Terra
Sistemas de Informação	Bacharelado	Noturno	-	Ciências Exatas e da Terra
Física	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Exatas e da Terra

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Portal da UEG <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012.

Nota: Nesse quadro foram utilizados os conceitos de Áreas do Conhecimento da Capes e Eixos Tecnológicos que constam dos Catálogos de Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia do MEC, diferente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

O Câmpus Anápolis da UEG articulou-se, até o presente momento, tendo como eixo científico-tecnológico estabelecido Engenharia, Ciências Exatas e Afins. Apresenta também dois eixos científico-tecnológicos em processo de conformação, o eixo Ciências Biológicas e da Saúde e Química e Ciências da Terra, retratado no Quadro 4.6.

**Quadro 4.6 - Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial da UEG - Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas, Câmpus Anápolis. Microrregião de Anápolis.**

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Engenharias, Ciências Exatas e afins
Engenharia Civil	Bacharelado	
Matemática	Licenciatura	
Sistemas de Informação	Bacharelado	
Física	Licenciatura	
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
Ciências Biológicas	Licenciatura	Ciências Biológicas e da Saúde
Farmácia	Bacharelado	
Química	Licenciatura	Química e Ciências da Terra
Engenharia Agrícola	Bacharelado	
Química Industrial	Bacharelado	
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
-	-	Não há eixo potencial.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Portal da UEG <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012.

O Câmpus Anápolis da UEG - Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas constituiu-se com base nas seguintes áreas acadêmicas: Ciências Sociais Aplicadas, de linguística, letras e artes e de ciências humanas. Os cursos ofertados estão prioritariamente voltados para a formação de professores para a educação básica.

**Quadro 4.7 - Cursos Ofertados na UEG – Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, Câmpus Anápolis. Microrregião de Anápolis.**

CURSO	MODALIDADE	TURNOS	VAGAS POR EDITAL	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO
Administração	Bacharelado	Noturno	-	Ciências Sociais Aplicadas
Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	-	Ciências Sociais Aplicadas
Ciências Econômicas	Bacharelado	Noturno	-	Ciências Sociais Aplicadas
Geografia	Licenciatura	Matutino	-	Ciências Humanas
História	Licenciatura	Matutino	-	Ciências Humanas
Letras-Português/Inglês	Licenciatura	Matutino	-	Linguística, Letras e Artes
Pedagogia	Licenciatura	Matutino	-	Ciências Humanas

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Portal da UEG <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012.

Nota: Nesse quadro foram utilizados os conceitos de Áreas do Conhecimento da Capes e Eixos Tecnológicos que constam dos Catálogos de Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia do MEC, diferente do conceito de Eixo Científico-Tecnológico desenvolvido pelo Observatório e utilizado ao longo desse estudo.

O Câmpus Anápolis da UEG articulou-se, até o presente momento, tendo como base o eixo científico-tecnológico de Ciências Humanas. Esse câmpus da UEG apresenta o eixo científico-tecnológico de Gestão em processo de conformação, conforme retratado no Quadro 4.8.

**Quadro 4.8 - Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – UEG Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Câmpus Anápolis. Microrregião de Anápolis.**

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO
Geografia	Licenciatura	Ciências Humanas
História	Licenciatura	
Letras-Português/Inglês	Licenciatura	
Pedagogia	Licenciatura	
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE

		CONFORMAÇÃO
Administração	Bacharelado	Gestão
Ciências Contábeis	Bacharelado	
Ciências Econômicas	Bacharelado	
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL
-	-	Não há eixo potencial.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Portal da UEG <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012.

O Câmpus Anápolis da UEG constituiu-se também com cursos de graduação à distância, estabelecendo relação estreita com os eixos científico-Tecnológicos já estabelecidos ou em processo de formação no referido Câmpus. Esses cursos estão prioritariamente voltados para a formação de professores para a educação básica e disponibilizados na modalidade a distancia a partir dos cursos já ofertados presencialmente, conforme o quadro 4.9:

**Quadro 4.9 - Cursos Ofertados na UEG – Unidade Universitária de Educação à Distância, Câmpus Anápolis. Microrregião de Anápolis.**

Informática	Licenciatura	EAD	Eixo Científico-Tecnológico Engenharias, Ciências Exatas e afins	Área acadêmica de Informação e Comunicação
História	Licenciatura	EAD	Eixo Científico-Tecnológico Ciências Humanas	Área Acadêmica de Ciências Humanas
Ciências Biológicas	Licenciatura	EAD	Eixo Científico-Tecnológico Ciências Biológicas e da Saúde	Área Acadêmica de Ciências Biológicas
Bacharelados em Administração	Bacharelado	EAD	Eixo Científico-Tecnológico Gestão	Área Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Portal da UEG <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012.

O Câmpus Inhumas da UEG constituiu-se com cursos de graduação em licenciatura, com base nas seguintes áreas acadêmicas: Linguística, Letras e Artes e de Ciências Humanas. Os cursos ofertados estão voltados para a formação de professores para a educação básica. Conforme se observa no quadro 4.10:

**Quadro 4.10 - Cursos Ofertados na UEG – Câmpus Inhumas. Microrregião de Anápolis.**

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>TURN O</b>	<b>VAGAS POR EDITAL</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO</b>
Letras-Português/Inglês	Licenciatura	Noturno	-	Linguística, Letras e Artes
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Humanas

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Portal da UEG <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012.

O Câmpus Inhumas da UEG não possui um eixo científico-tecnológico estabelecido. Possui um eixo científico-tecnológico potencial de Ciências Humanas, que necessita da oferta de novos cursos dentro do eixo para que se possibilite a consolidação do ensino, da pesquisa e da extensão específica, conforme retratado no Quadro 4.11.

**Quadro 4.11 - Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – UEG Câmpus Inhumas. Microrregião de Anápolis.**

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO</b>
		Não há eixo estabelecido.
<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO</b>
		Não há eixo conformado.
<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL</b>
Letras-Português/Inglês	Licenciatura	Ciências Humanas
Pedagogia	Licenciatura	

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Portal da UEG <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012.

O Câmpus Itaberaí da UEG constituiu-se com cursos de graduação em duas áreas acadêmicas: Ciências exatas e da terra e ciências humanas. Os cursos ofertados não formam eixo científico-tecnológico estabelecido, potencial ou em conformação.

**Quadro 4.12 - Cursos Ofertados na UEG – Câmpus Itaberaí. Microrregião de Anápolis.**

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>TURN O</b>	<b>VAGAS POR EDITAL</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO</b>
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Humanas
Sistemas de Informação	Bacharelado	Noturno	-	Ciências Exatas e da Terra

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Portal da UEG <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012.

O Câmpus Jaraguá da UEG constituiu-se com cursos de graduação em duas áreas acadêmicas: Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Os cursos ofertados não formam eixo científico-tecnológico estabelecido, em conformação ou potencial.

**Quadro 4.13 - Cursos Ofertados na UEG – Câmpus Jaraguá. Microrregião de Anápolis.**

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>TURNO</b>	<b>VAGAS POR EDITAL</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO</b>
Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	-	Ciências Sociais Aplicadas
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Humanas

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados do Portal da UEG <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012.

## CONCLUSÕES GERAIS

A partir da análise dos dados e informações levantados, foram identificadas demandas urgentes para o Estado de Goiás: geração de energia com base em biomassa, pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia com foco no bioma Cerrado voltado para farmacologia, cosméticos e similares, promoção de políticas e formação de profissionais para o acompanhamento e assistência de idosos e de dependentes químicos, condução de pesquisas e formação de profissionais voltados para a plataforma logística multimodal da Região Centro-Oeste e de Goiás e a mobilidade urbana, condução de pesquisas e formação de profissionais voltados para a reparação dos danos ambientais causados pela emissão de afluentes mananciais e impactos e do desmatamento, de projetos de extração de minérios e lençóis aquíferos pela prática da agricultura com utilização de produtos químicos, condução de pesquisa, projetos sociais e formação de profissionais voltados para a coleta, classificação, tratamento e beneficiamento de afluentes, lixos e entulhos e desarticulação da “economia da contravenção”.

Os projetos potenciais diretamente ligados à Microrregião de Anápolis, identificados pelo Observatório, são:

- Conformação de uma política de fortalecimento e desenvolvimento da pequena e média produção agropecuária e da sua transformação artesanal e industrial, que envolve diretamente os municípios de Inhumas, Caturá, Brazabrantes, Nerópolis e Nova Veneza; fortalecimento da bacia leiteira da produção e hortifrutigranjeira desses municípios, apoio às atividades de viticultura do município de Inhumas.



- Conformação de uma política de fortalecimento e desenvolvimento da atividade têxtil na Microrregião: apoio às atividades vinculadas a tecidos e confecções no município de Anápolis mediante formação profissional, assistência técnica e financiamento.
- A UEG e o IFG devem trabalhar em conjunto, com parcerias com os governos estadual e municipais, para o desenvolvimento regional no que tange às políticas educacionais focadas no campo, sobretudo por meio da oferta de cursos que capacitem o trabalhador para a produção de alimentos. Há necessidade urgente de inserção do IFG na oferta de cursos técnicos e superiores, na formação de profissionais e na capacitação de trabalhadores voltados para a agricultura familiar. Essas instituições não estão atingindo um contingente significativo da população envolvida com a agricultura familiar, potencialmente beneficiária da oferta de ensino, pesquisa e extensão dessa natureza. Há necessidade de ampliar o universo de atuação dos câmpus, tanto do IFG quanto da UEG, que atuam na região, para que se possa atender demandas regionais que historicamente foram abandonadas pelo poder público.
- Os dados de empregabilidade e nível salarial sugerem grande necessidade de profissionais nos campos de eletromecânica e automação industrial, tanto engenheiros quanto técnicos. Também são necessários profissionais nas áreas de apoio à indústria, como marketing, administração e direito.
- Há demanda, na microrregião e no Estado de Goiás como um todo, por profissionais capacitados nas áreas de Serviços, principalmente em finanças, comércio e vendas.

Por fim, deve-se salientar que a estrutura produtiva industrial e a infraestrutura de transportes (rodoviária, ferroviária e aérea), presente no Município de Anápolis, no contexto nacional marcado pela expansão econômica da Região Centro-Oeste e pela revitalização do sistema de transporte ferroviário, tende a situar a Microrregião de Anápolis em um dos eixos estratégicos nacionais em termos dos modais articulados. Tal realidade demandará atenção para atuação institucional vinculada à Indústria de Transformação, à mobilidade de carga e urbana e às atividades de serviços a elas

vinculados. Esse contexto demanda intervenções institucionais voltadas para suprir demanda por elevação de escolarização de grandes contingentes de trabalhadores na Microrregião de Anápolis.

O conjunto dos dados indicados aponta no sentido da progressiva concentração da Indústria de Transformação na Microrregião de Anápolis. Concentração que tende a aprofundar uma divisão social do trabalho na Microrregião, reduzindo e/ou especializando a Indústria de Transformação presente nos municípios menores, reduzindo-os à condição de fornecedores de matérias primas e de força de trabalho para o município de Anápolis, salvo setores da Indústria de Transformação claramente voltados para mercados locais e que produzem bens de peso ou volume elevado e baixo valor agregado, a exemplo da indústria de envasamento de leite.

A Condição privilegiada do Município de Anápolis também se faz presente quando se considera os setores de atividade econômica do eixo urbano Goiânia-Anápolis-Brasília. Os polos DAIA não exerceram uma ação desagregadora deste, posto que o DAIA se consolidou como fornecedor de bens industriais à regiões metropolitanas de Goiânia e de Brasília. Por outro lado, o complexo de logística e transporte que envolve diretamente o DAIA o tende a transformá-lo em um polo industrial fornecedor de bens industrializados para outras regiões do país.

Nesse contexto, as atividades industriais da Microrregião de Anápolis tendem a crescer, na próxima década, de modo mais intenso e mais concentrado no município de Anápolis. Este crescimento também tenderá a exercer uma forte influência expansiva nos setores de comércio e serviços presentes na microrregião. Também reproduzindo níveis de concentração no município de Anápolis, embora em escala menor quando comparado à escala de crescente concentração do setor industrial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOVERNO DE GOIÁS. **Plano Plurianual 2012-2015: Plano de Desenvolvimento Estratégico**. Goiânia: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca do IBGE**. Disponível em:  
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/senadorcanedo.pdf>> Acesso em: nov. 2012.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Perfil e Potencialidades dos Municípios Goianos**. Goiânia: IMB, 2012. Disponível em:

<[http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/perfil\\_e\\_potencialidades\\_dos\\_munic%C3%ADpios\\_goianos.pdf](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/perfil_e_potencialidades_dos_munic%C3%ADpios_goianos.pdf)> Acesso em: 12 nov. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=5362&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5362&Itemid=>) Acesso em: 15 nov. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em: <<http://catalogonct.mec.gov.br/>> Acesso em: 05 nov. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)> Acesso em: 05 nov. 2012.